

# Avante!

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 59 - Série VII - N.º 797  
6 de Abril de 1989  
Preço: 50\$00

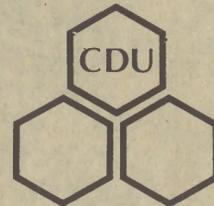
Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

## Profundo descrédito do Governo falência da política económica e sucessivos escândalos



A Comissão Política do Comité Central do PCP analisou os acontecimentos mais relevantes da situação política e social. O camarada Ângelo Veloso apresentou à imprensa o documento saído da reunião daquele organismo executivo do Comité Central.

## Confirmado e alargado o carácter unitário da CDU



Mais de 200 personalidades manifestaram o seu apoio à Coligação Democrática Unitária ao integrarem o seu Conselho Consultivo Nacional, agora formado. O Conselho reúne pela primeira vez no próximo sábado, às 14.30, seguindo-se, às 17.30, a sessão de apresentação pública da lista de candidatos ao Parlamento Europeu.

Pág. 11/Semana

### Em Foco

Avante!  
Ano 59 - Série VII  
N.º 797  
6 de Abril de 1989  
57 Cadeiros  
Não pode ser vendido  
separadamente

## Um pouco da CHINA de hoje



Entrevista com Song Ping

O tempo sempre corre pouco, para falar de um país que se há muito ultrapassou o bilho de milhares e de um povo que vive há anos em condições de pobreza e de luta. Um pouco da história da transformação da sociedade socialista, que abarcou todos os domínios da vida, do plano político ao cultural.

Delegação do PC da China, que a convite dos comunistas portugueses, esteve no nosso país, como notamos nas páginas do "Avante!". Tentamos fazer um pouco de tudo. Antes do mais, destacamos o momento das nossas relações entre partidos. Percebemos algumas das condições de trabalho no plano institucional, em que sempre concordamos. A China de hoje não se faz de hoje. Mas a partir de hoje, que aqui se enveredou na entrevista que tivemos com o camarada Song Ping.

## Comício de Amizade PCP/PC da China

Momento culminante da visita a Portugal da delegação do Partido Comunista da China, a convite do PCP, foi o comício de amizade realizado na semana passada, no Barreiro. Neste número, as intervenções dos camaradas Song Ping e Alvaro Cunhal

Págs. 6, 7, 8 e 9  
/Semana



## Intensa actividade do PCP



O primeiro trimestre de 1989 ficou assinalado a nível nacional por uma intensa actividade das organizações do PCP, vivamente empenhadas nas batalhas políticas deste ano. Assembleias aos mais variados níveis (bairro, sector, empresa, freguesia, concelho, distrito, região), encontros, sessões, plenários, reuniões, campanhas e outras iniciativas continuam a assinalar de viva voz a presença do PCP e dos seus militantes, determinados em dar concretização às orientações definidas pelo XII Congresso. Várias assembleias estão marcadas para o próximo fim-de-semana, salientando-se as das organizações regional de Setúbal, distrital de Viseu e do Sector Público da ORL. No último fim-de-semana múltiplas iniciativas, caso das assembleias, mobilizaram a intervenção dinâmica dos comunistas, como sucedeu, por exemplo, no distrito de Braga ou com a célula dos Serviços Municipalizados e Câmara de Loures, uma das mais de 20 assembleias que tiveram lugar só no distrito de Lisboa no passado fim-de-semana.

## CGTP prepara o Congresso e apela à participação

• 25 de Abril e 1.º de Maio coincidem, com o mesmo empenho, na preparação do VI Congresso da CGTP • Jornada dos metalúrgicos • Encontro na Segurança Social • FLS: 300 mil contos por pagar • Chiado continua a reclamar • Já há 35 horas no comércio • Debate na Amadora • Sumário sindical

Págs. 1, 2, 3/Semana



## Namíbia A independência ameaçada

Pág. 16/Semana

# Editorial

Avante!

Ano 59 — Série VII  
N.º 797  
6 de Abril de 1989  
1.º Caderno  
Não pode ser vendido  
separadamente

## Uma questão vital para o regime democrático

No contexto da notável movimentação de massas, que nos últimos meses tem mobilizado de modo invulgar e sob diversificadas formas sectores profissionais de um vasto leque da sociedade portuguesa, avizinham-se as grandes batalhas políticas de 1989.

Revisão da Constituição; comemorações nacionais do 25 de Abril, Dia da Liberdade, e do 1.º de Maio, Dia dos Trabalhadores; eleições para o Parlamento Europeu em 18 de Junho; eleições autárquicas em Dezembro.

É uma situação singular de características novas, em vários aspectos decisiva, que coloca todos os democratas portugueses diante de si próprios, diante do seu Povo e do seu País, diante de indeclináveis responsabilidades.

Evidentemente a noção das responsabilidades não é uma questão linear. Varia segundo a óptica política e de classe dos intervenientes no processo político — cada um as «lê» com as suas próprias «lunetas».

Vivemos, porém, uma situação em que os passos irresponsáveis podem ter consequências imprevisíveis. Em certos casos a irresponsabilidade paga-se caro, assim o tem demonstrado a nossa instrutiva e complexa realidade política tão rica de exemplos, de experiências, de lições.

Neste exacto momento, quando se produzem as primeiras escaramuças de vulto deste exigente ano político, quando sérios perigos e ameaças impendem sobre o regime democrático, é útil lembrá-lo.

As grandes batalhas políticas de 1989 perfilam-se num horizonte contraditório, simultaneamente de unidade e luta, de convergência e confronto no seio do movimento democrático.

Mas produzem-se, também, quando se verificam importantes deslocamentos de forças reveladoras da sensível redução da base social e política de apoio do Governo de direita e da sua política, quando ganham volume factores de mudança que concitam à unidade, à convergência e à acção conjunta das forças democráticas.

É uma questão vital para o regime democrático em Portugal que tais batalhas se processem numa linha fundamental de interesses da democracia portuguesa com toda a sua diversidade política e o seu pluralismo ideológico contra uma direita governante abertamente empenhada no projecto contra-revolucionário, no restabelecimen-

to do poder dos monopólios e na subversão de Portugal de Abril. A realidade, porém, é outra.

Obviamente, pela sua natureza institucional, a batalha da revisão da Constituição, que no imediato vai entrar em discussão no Plenário da Assembleia da República num processo que alguns pretendem acelerar a marchas forçadas, tem no momento actual uma importância política de primeiro plano.

A revisão da nossa Lei Fundamental tem não somente uma projecção imediata na contenção ou pelo contrário na aceleração dos planos de destruição das conquistas democráticas essenciais da Revolução de Abril, como, a médio prazo, nos próprios destinos do regime saído do heróico «Movimento dos Capitães».

É à luz dessa importância política de primeiro plano que deve ser visto o acordo de revisão constitucional entre o PS e o PSD agora mais conhecido na sua verdadeira extensão.

As cedências conhecidas do PS ao PSD quer na matéria de facto já acordada em substância, quer nos prazos acordados entre os dois partidos para a aceleração dos debates em sede do Plenário da Assembleia da República, ultrapassam os limites da decência política de um partido que se reclama de esquerda e escancaram de facto as portas ao avanço do processo de restauração em Portugal do capitalismo monopolista de Estado, objectivo central imediato do Governo PSD/Cavaco Silva.

A liquidação indiscriminada das nacionalizações, a completa reprivatização do Sector Público e Empresarial do Estado; a consumação da ofensiva destruidora da Reforma Agrária; a revogação da legislação democrática nos domínios mais sensíveis dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e dos cidadãos acordadas entre o PS e o PSD, configuram — como justamente, aliás, afirmou o principal «negociador» do PSD, Rui Machete — não uma simples revisão constitucional mas, de facto, «uma nova Constituição» de cariz não democrático.

Como se sabe, por detrás da cortina das declarações de fachada de «oposição a cem por cento ao PSD» dos dirigentes máximos do PS, outros «consensos» — um eufemismo para baptizar as alianças, de facto, do PS

com a direita — se negociam entre os dois partidos visando desalojar a CDU, uma coligação de esquerda, das suas posições autárquicas nas eleições de Dezembro.

Entre as propostas sérias do PCP ao PS, para a constituição de coligações das forças democráticas e de esquerda, para derrotar a direita em pontos-chaves como Lisboa e Porto e noutras autarquias de menor importância onde a derrota da direita seria possível, e os acervos do PSD, o PS optou pelas alianças com a direita para derrotar a esquerda mais consequente coligada na CDU. Encara novas alianças com um PSD que o quer desalojar de 38 autarquias.

Surpreendentemente nesta última semana outro partido democrático, o PRD, decidiu também «coligar-se» com o PS não só para o Parlamento Europeu, em 18 de Junho, como para as importantes autarquias de Lisboa e Porto e outras nas eleições de Dezembro.

A surpresa deste acordo reside no facto de o PRD, cuja interessante força inicial se debilitou em inconsequências políticas incompreensíveis, se ter aliado agora com o partido que desde a sua formação mais o atacou, que a ele se referiu sempre como uma excrescência política sem razão de existir, ao contrário do PCP, que sempre o considerou um partido democrático com o seu espaço próprio no leque político português e com um importante papel a desempenhar.

É de registar como os dois partidos — o PS e o PRD — reagiram lamentavelmente, deformando-as, às críticas e reparos do PCP que não anulam nem fecham a porta a futuros e necessários entendimentos entre os partidos e organizações democráticas com vista a uma alternativa democrática viável ao Governo PSD/Cavaco e à sua política.

O anticomunismo não dá força aos que o assumem e não é uma boa credencial para o diálogo democrático.

As possibilidades de uma alternativa democrática viável ao Governo PSD/Cavaco Silva e à sua política tornar-se-ão mais distantes com o avolumar das tendências hegemónicas no seio da esquerda e com o irredentismo do estafado preconceito anticomunista.

A «oposição de fachada a 100% ao PSD» proclamada pelos dirigentes do PS, como cortina

das alianças e entendimentos, de facto, com a direita não dá rendimentos nem tem futuro para as suas ambições políticas.

A «bipolarização» do poder que esteve na base da formação e da ruptura do chamado «bloco central», da derrocada eleitoral do PS em Outubro de 85, da estagnação da sua base nas eleições de 19 de Julho de 87 e na derrota eleitoral das forças democráticas, continua a inspirar sob a nova encarnação bipolarizadora do «dualismo» as posições políticas do PS e prenunciam novas derrotas da democracia e um novo fôlego para a recuperação da direita governante.

A prática diluição (não é uma coligação) do PRD nas listas do PS para o Parlamento Europeu e a encerrada reedição do recente acordo do PRD com o PS para as eleições autárquicas de Dezembro, que amarra desde já a estratégia eleitoral dos renovadores democráticos às posições do PS — como é salientado na nota de 2.ª feira da Comissão Política do PCP — reforça de facto a tendência de derrota da «bipolarização», não aproveita à democracia, dá novas hipóteses à continuação da direita no Governo.

As discrepâncias e dissensões sem base entre as forças democráticas resultam no reforço da direita no poder e no prolongamento do seu domínio, favorecem os seus planos restauracionistas do capitalismo monopolista de Estado, podem atirar para as calendas gregas a necessária alternativa democrática. A crítica dos passos irresponsáveis não deve conduzir a situações de ruptura do diálogo e da convergência entre os partidos e organizações democráticas.

Para o PCP o «Inimigo principal» é a direita restauracionista governante, não confundimos a crítica com a «inimizade» no seio do movimento democrático.

Continuaremos infatigavelmente a pugnar por uma alternativa democrática ao Governo de direita e à sua política na base do entendimento, do respeito mútuo e de mútuas vantagens dos partidos e organizações democráticas.

Nessa linha fundamental visionaremos as grandes batalhas políticas de 1989. O apoio agora assinado por mais de 200 personalidades políticas à formação do Conselho Consultivo da CDU insere-se nessas superiores preocupações.

# Resumo

## 29 Quarta-feira

Os trabalhadores metalúrgicos efectuam uma jornada nacional de



luta contra o pacote laboral, entre outros objectivos ■ Sindicatos do distrito de Lisboa denunciam em plenário o acordo de revisão constitucional «negociado a dois nas costas dos trabalhadores e da opinião pública» ■ A conferência de líderes dos grupos parlamentares rejeita uma proposta do PS para fazer num prazo máximo de 60 horas e com recurso a sessões nocturnas a discussão em plenário da revisão constitucional; a discussão decorrerá às quartas (tarde), quintas (manhã e tarde) e sextas (manhã), a partir de 13 ou 18 de Abril ■ O general Soares Carneiro é um oficial «distinto, competente e dedicado» que «saberá exercer com isenção, apartidarismo e rigor» as funções de CEMGFA — afirma o PR na cerimónia de posse ■ Com a participação de Álvaro Cunhal e Song Ping, realiza-se no Barreiro um comício de amizade PCP-PC da China ■ O gabinete de imprensa do PCP comenta as eleições para o Congresso de Deputados do Povo da URSS ■ O Grande Prémio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores é atribuído a «Gente feliz com lágrimas», de João de Melo.

## 30 Quinta-feira

Os funcionários de investigação criminal da PJ decidem fazer mais 20 dias de greve ao trabalho nocturno e à condução de viaturas em serviço, de 26 de Abril a 15 de Maio ■ Com data de 27 de Fevereiro, é publicada no 2.º suplemento do «Diário da República» a lei dos despedimentos ■ O Conselho de Ministros aprova alterações ao regime de acesso ao ensino superior e um diploma sobre a situação dos trabalhadores afectados pelo incêndio do Chiado ■ A compra de equipamento informático no valor de 4 milhões de contos para tratamento dos novos impostos foi decidida pelo Governo sem concurso público — revela «o diário» ■ A ministra da Saúde fala em conferência de imprensa sobre os escândalos recentemente vindos a público e a demissão do secretário de Estado, Costa Freire ■ Organizado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses inicia-se em Leiria o encontro «Autarquias e Juventude» ■ A delegação do PC da China que visita Portugal a convite do PCP encontra-se com o Presidente da República, Mário Soares ■ Milhares de manifestantes assinam em Caná (Galileia) o 13.º Dia da Terra, assinalando o massacre de palestinianos em 1976 ■ No Zimbabwé, na presença dos

presidentes Joaquim Chissano e Robert Mugabe, a primeira-ministra britânica apela ao fim da actividade dos bandos da Renamo, cujos elementos considerou «terroristas particularmente brutais» ■ Dez mil polícias sul-coreanos tomam de assalto os dormitórios dos estaleiros de Ulsan, ocupados por trabalhadores em greve há mais de cem dias ■ São atribuídos em Los Angeles os «oscares» da Academia de Cinema norte-americana.

## 31 Sexta-feira

O facto de a lei dos baldios ter chumbado no Tribunal Constitucional é «uma grande vitória das populações serranas» — considera a CNA ■ Reúne em Lisboa o plenário nacional de sindicatos da CGTP-IN, que aprova o regulamento do VII Congresso da central, o relatório de contas de 1988, uma resolução sobre a situação político-sindical e um manifesto para as comemorações do 1.º de Maio ■ O MDM realiza em Lisboa um debate sobre «Mulheres protagonistas na História».

## 1 Sábado

O Conselho Nacional do PRD e a Comissão Política do PS aprovam, em reuniões separadas, a inclusão de militantes do PRD na lista do PS para o Parlamento Europeu; os socialistas anunciam que a lista será encabeçada por João Cravinho, seguindo-se Torres Couto, Fernando Gomes e um nome do PRD ■ Realiza-se no pavilhão do Sacavense o 1.º Encontro Nacional de Sargentos; na Voz do Operário centenas de polícias assinalam o 7.º aniversário da pró-Associação Sindical da PSP ■ Violentos confrontos entre polícias de obediência sul-africana e grupos da SWAPO assinalam o dia do início do processo de independência da Namíbia ■ A presidência da Liga dos Comunistas da Jugoslávia decide expulsar vários responsáveis, acusados de envolvimento no movimento de contestação nacionalista em Kosovo ■ A lista encabeçada por João Santos vence as eleições para os órgãos dirigentes do Sport Lisboa e Benfica, após uma votação que mobilizou 15 240 sócios do clube.

## 2 Domingo

Termina a IV Convenção Nacional Ecológica do Partido «Os Verdes», realizada em Lisboa no fim-de-semana com a presença de organizações congéneres de Espanha, França, RFA e Bélgica e do Secretariado dos «Verdes» europeus ■ Em trânsito para Cuba, onde inicia uma visita oficial de três dias, Mikhail Gorbachov encontra-se na Irlanda com o primeiro-ministro Charles Haughey; no regresso o chefe de Estado soviético e secretário-geral do PCUS encontram-se com a primeira-ministra britânica ■ Por unanimidade o Conselho Central da OLP designa Yasser Arafat chefe de Estado da Palestina ■

Falha uma tentativa de golpe de Estado contra o presidente do Haiti, Prosper Avril.

## 3 Segunda-feira

A Comissão Política do CC do PCP divulga um comunicado sobre a



situação política, pronunciando-se nomeadamente sobre uma eventual remodelação do Governo, a revisão constitucional e o acordo PS/PRD sobre as eleições de 18 de Junho para o Parlamento Europeu ■ A Pastoral da Saúde, órgão da Conferência Episcopal, defende a consagração na Constituição de um Serviço Nacional de Saúde universal e gratuito ■ Entram em vigor as restrições governamentais às operações de compra e venda a crédito, que afectam sobretudo automóveis e electrodomésticos e alargam consideravelmente a lista de artigos que só podem ser comprados a pronto ■ O Conselho de Segurança da ONU reúne de emergência para analisar a situação criada pelas tropas sul-africanas na Namíbia ■ Pelo menos dois mil árabes estão a combater nas fileiras dos grupos contra-revolucionários que tentam há semanas tomar a cidade afgã de Jalalabad — notícia a France Presse.

## 4 Terça-feira

O coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, apresenta à imprensa os projectos de documentos a debater no 6.º Congresso da organização, afirmando que este será «um congresso de viragem» nas formas de abordar e nas respostas a dar aos problemas do mundo do trabalho. ■ O ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, confirma em comunicado que parte do relatório sobre o inquérito aos Serviços de Utilização Comum dos Hospitais foi enviada à Polícia Judiciária. ■ O grupo parlamentar do PSD apresenta na mesa da AR um pedido de inquérito parlamentar ao Ministério da Saúde, antecipando-se ao PS que classificou a iniciativa de «manobra de fuga para a frente». ■ O comissário da CEE para as Políticas Regionais afirma em Lisboa que as autarquias locais têm de estar «directamente envolvidas na atribuição dos fundos estruturais», a propósito do PDR. ■ Responsáveis da UNTAG, na Namíbia, reconhecem a sua falta de meios e de informações independentes sobre os acontecimentos no norte daquele território. ■ Prosseguem os violentos combates no Líbano. ■ A TASS anuncia que 87 por cento dos deputados eleitos em 26 de Março são comunistas.

Avante!

Proprietários de todos os países: UNI-VOS

O jornal  
dos trabalhadores  
da democracia  
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido  
Comunista Português, Rua Soeiro  
Pereira Gomes — 1699 — Lisboa  
CODEX: Tel. 76 83 45  
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua  
Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa  
CODEX  
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:  
Av. Santos Dumont, 57-3.º  
— 1000 Lisboa  
DISTRIBUIÇÃO:  
CDL, Central Distribuidora Ljubeca,  
SARL, Serviços Centrais: Av.  
Santos Dumont, 57-2.º —  
1000 Lisboa  
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do  
Século, 80 — 1200 Lisboa  
Tel. 32 19 16  
ASSINATURAS:  
Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º  
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:  
R. João de Deus, 24 — Venda Nova  
2700 Amadora. Tel. 90 00 44  
ALTERAÇÕES  
DE ÚLTIMA HORA  
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte  
Centro Distribuidor do Porto:  
R. Miguel Bombarda, 578 —  
4000 Porto  
Tel. 69 39 08/69 96 15  
Centro Distribuidor de Coimbra:  
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra  
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL:  
Alameda St.º António dos Capuchos,  
6-B — 1100 Lisboa. Tel.  
77 69 36/77 67 50  
Porto — Rua do Almada, 18-2.º,  
Esq.º  
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Hésica  
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média de Março: 24 200 exemplares

## Plenário da CGTP

# Preparar o Congresso, ir à luta

O plenário nacional da CGTP, que se reuniu sexta-feira passada em Lisboa, depois de analisar profundamente «o agravamento da situação social de grandes camadas da população portuguesa», aprovou entre outras as seguintes decisões:

«1. Apelar ao empenhamento e participação dos activistas e dirigentes sindicais, no

sentido de que o seminário «A Discriminação das Mulheres Trabalhadoras e a Acção Reivindicativa na Promoção da Igualdade», a realizar em 13 e 14 Abril, constitua um marco importante na luta pela defesa dos direitos da mulher trabalhadora.

«2. Manifestar a firme disposição do movimento sindical de dinamizar os

trabalhos preparatórios do VI Congresso, levando a discussão das teses a todos os locais de trabalho.

«3. Exortar todos os trabalhadores a participarem entusiasticamente nas comemorações populares do 25 de Abril e do 1.º de Maio. «Assinalar a passagem, em 2.º de Abril, do 13.º aniversário da promulgação da Constituição da República Portuguesa.

«Reafirmar o propósito de fazer do 1.º de Maio de 1989 uma grande acção de massas».

Das numerosas decisões do plenário, destaque ainda para a continuação da luta pela melhoria dos salários, do sistema de segurança social, redução do tempo de trabalho, revogação da lei dos despedimentos, defesa do sector nacionalizado e da reforma agrária, contra a revisão inconstitucional da lei fundamental do País.



Manuel Carvalho da Silva, Manuel Lopes, Américo Nunes e José Ernesto Cartaxo que, entre outros dirigentes máximos da CGTP, se encontraram com os jornalistas para lhes apresentar os projectos de documentos a submeter ao VI Congresso da central que se efectua em Lisboa, entre 17 e 20 de Maio, no Pavilhão Carlos Lopes

## No Porto

Uma reunião de dirigentes e delegados sindicais, para fazer a abordagem das principais questões colocadas pelo Congresso da CGTP-IN, e um plenário distrital (próximo dia 12), no cinema Júlio Dinis, no Porto, que debaterá especialmente as comemorações do 1.º de Maio no distrito e outros aspectos da actividade sindical, foram algumas das iniciativas aprovadas na última reunião do conselho distrital da União dos Sindicatos do Porto. Foi ainda decidido dar desde já todo o apoio às comemorações populares do 25 de Abril, nomeadamente ao desfile de carros alegóricos, alusivos às principais conquistas e aos problemas dos trabalhadores e da população regional.

## Com o apoio das Uniões sindicais

# Forte acção dos metalúrgicos

## É preciso adaptar Portugal às consequências de 92

Plenários distritais das organizações intermédias da CGTP (Uniões de Lisboa, Porto, Coimbra, e outras localidades) coincidiram dia 29 com a jornada nacional dos metalúrgicos e com concentrações dos trabalhadores do sector em Lisboa, Porto e Leiria. A direcção da FSMMP, organização federativa e também intermédia da CGTP, destacava no dia da jornada que «milhares de metalúrgicos» tinham saído à rua em 29 e que, mais uma

vez, a serenidade se manteve em Lisboa, quando uma força policial, «a mando do Governo» tentou impedir o acesso ao local da concentração.

Ainda em Lisboa, a Federação já citada, dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minhas de Portugal (FSMMP), reclamava numa exposição entregue no Conselho de Ministros, «a adaptação de Portugal às consequências de 1992», que exige, segundo os sindicatos,

«mais emprego e mais qualificação profissional; abandono da lei dos despedimentos e estabilidade no emprego e na profissão — condição fundamental para elevar o nível de qualificação dos trabalhadores portugueses; viabilização das empresas, ampliando e modernizando o aparelho produtivo nacional»; e, entre outras reivindicações justas, «um sector empresarial do Estado forte e dinâmico ao serviço do País, capaz de fazer frente aos grandes

grupos económicos estrangeiros, que estão a penetrar em todas as áreas da nossa economia».

### Destacada acção no Porto

Além de acções de rua no distrito de Braga, com a entrega de folhas volantes, houve no Porto uma concentração em que participaram cerca de quinhentos trabalhadores metalúrgicos.

Já na parte final da concentração, que encerrou a jornada no Porto, em frente à associação patronal, Manuel Almeida disse ao «Avante!» como foi importante o facto de «o patronato se ter responsabilizado por uma maior abertura em relação às reivindicações dos trabalhadores».

Segundo aquele dirigente sindical, foi a primeira vez, «após muitos anos de luta, que ficou consagrada no contrato a regulamentação do subsídio de alimentação (80 escudos)».

Mas para o mesmo dirigente o grande problema que continua por resolver é a «polivalência» dos trabalhadores. Entre outras arbitrariedades, esse critério «polivalente» pode permitir aos pa-

trões, «se possível, pôr um serralheiro a varrer a oficina».

Em todos os plenários, acções de rua e documentos se faz apelo à participação empenhada de todos os tra-

balhadores no 25 de Abril e no 1.º de Maio que, segundo o lema aprovado pela CGTP-IN, deve decorrer «Com Abril na Constituição/Emprego, Progresso e Justiça Social».

## CP não parou

Embora seja necessário aguardar os resultados do plenário convocado para ontem pela Federação sindical dos ferroviários, para se saber quais as razões que levariam à desconvocação da greve marcada para esta semana na CP, sabe-se, pelo que entretanto veio a público, que os maquinistas e outros trabalhadores da CP teriam obtido, através das suas organizações sindicais (são várias na empresa) algumas garantias suficientes para evitar aquela forma de luta que deveria, segundo o pré-aviso a tempo emitido, abranger paralisações diárias de todos os trabalhadores no período de 3 a 7 do corrente, como destacámos, aliás, no «Avante!» da semana anterior.

Os comboios não chegaram afinal a parar porque o conselho de gerência da CP teria manifestado alguma disponibilidade para a médio prazo aceitar rever o acordo de empresa.

De um modo ou de outro, a movimentação sindical deve ter levado o conselho de gerência a ponderar algumas razões dos trabalhadores, embora fonte sindical unitária tenha referido que as posições do CG nada têm de novo.

De notar, por último, que o processo de unidade na CP é um processo difícil e que qualquer passo positivo nessa via pode facilitar a defesa comum dos interesses de muitos milhares de trabalhadores.

Veremos, no entanto, se as «novas posições» dos gestores, referidas em comunicado pelo Sindicato dos Maquinistas, serão bem aceites pelos restantes sindicatos e pessoal da CP.



Dirigentes da CT da SN, à porta da administração em Lisboa, 29.3

## Ignorâncias

Há um princípio geral do Direito que recusa a ignorância da lei como atenuante para a infracção praticada. Isto, juridicamente, formula-se de outra maneira, mas trocado por miúdos quer dizer simplesmente que o verbo «desconhecer» não serve de desculpa a quem pise o risco traçado pela lei.

Se ao cidadão comum está, pois, claramente vedado o recurso à ignorância para se furtar a responsabilidades, o mesmo nem sempre acontece com os representantes do poder. Há mesmo quem, nessas áreas, seja exímio a invocar o desconhecimento para evitar questões incómodas, em concomitância com uma total inaptidão para falar claro.

Sem recorreremos a exemplos históricos espalhafatosos (como o da eminência da fogueira para Galileu Galilei por causa da ignorância da Inquisição acerca do movimento de translação) podemos ilustrar facilmente esta bizzaria com casos mais próximos. O presidente da Câmara de Lisboa, por exemplo, é um perito em matéria de desconhecimento.

Sistematicamente, para Abecasis não há corrupção na Câmara, buracos nas ruas, caos nos transportes, terciarização da «baixa», atentados urbanísticos, negociatas imobiliárias, bairros degradados, especulação de terrenos e habitações (com Abecasis, de resto, um dia destes nem há Lisboa). Quando confrontado com qualquer destas realidades, por muito óbvias e comprovadas que sejam, o presidente do maior município do País desconhece sempre a sua existência — o que ele vê é uma capital próspera, protegida e feliz, com muitos «Luna-Parques» e prédios a cair pró ar graças à sua gestão autárquica. Valha a verdade que há precedentes célebres nesta matéria, a nível internacional.

Nixon ignorava que os seus homens de mão andassem a espiar o Partido Democrata, por isso ainda hoje não se sabe por que carga de água o escândalo Watergate o atirou do poder abaixo.

Reagan, por seu lado, não fazia a mínima ideia que a sua administração andava a fornecer armas ao Irão e aos «contras» da Nicarágua com os milhões obtidos através do tráfico de droga. Quando rebentou o escândalo «Irangate» esqueceu-se, mesmo, dos seus homens que decidiram fazer tal maroteira.

E os exemplos vão por aí fora: Kurt Waldheim não tinha conhecimento de alguma vez ter sido membro das tropas nazis, um dos responsáveis do Banco Ambrosiano enforcou-se em definitiva ignorância da sua ligação ao escândalo e, agora, os racistas de Pretória não têm a mais pávida ideia do que levou elementos da Swapo a serem chacinados por helicópteros da polícia racista, comprometendo assim o processo de independência da Namíbia.

Por cá as coisas são menos dramáticas, dados os nossos brandos costumes, mas não menos engenhosas e convincentes.

O ministro da Agricultura desconhece que se anda para aí a espoliar agricultores das terras dadas pelo próprio Governo na zona da Reforma Agrária, ou sequer a reconstituir latifúndios. O que ele sabe é que isto voltou a ser um País de proprietários felizes e de grande avanço agrícola. Os agricultores, então, estão tão avançados que saem maciçamente das suas terras à procura de trabalho.

O ministro do Trabalho não conhece desemprego em Portugal — o que os números lhe dizem é que o crescimento dos postos de trabalho continua em ritmo recorde, pelo que se calhar ainda vamos ter de importar também mão-de-obra da CEE.

O secretário de Estado da Saúde, Costa Freire, estava tão a leste de qualquer escândalo no seu pelouro que até se demitiu, saturado de desconhecimento. A ministra da Saúde, por seu lado, continua a não ter o mais leve indício sobre as alegadas irregularidades que, no *dossier* da Inspeção-Geral de Finanças, parece que se estendem por centenas de páginas.

No meio disto, vem agora o Primeiro-Ministro e explica: «Não me atrevo a dizer que não existe nenhuma corrupção no seio da Administração Pública. O que eu posso dizer, nesta matéria, é que todos os casos de corrupção de que tenha conhecimento serão enviados às autoridades competentes».

Está a ver, sr. Primeiro-Ministro, que essa coisa de não ler jornais só mantém uma pessoa na ignorância?

■ HC

## Trabalhadores



Pelo menos em Lisboa, ainda era assim em 87 (arquivo)

## Encontro na Segurança Social Abrangidos 40 mil trabalhadores por todo o País

O 6.º Encontro das Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORTs) da Segurança Social continuava marcado no princípio desta semana para os próximos dias 18 e 19 do corrente. Vítor Duarte, dirigente da Federação dos trabalhadores do Estado, organização sindical intermédia da CGTP, disse numa entrevista ao jornal «O Trabalhador da Função Pública», de Março, que o Encontro das ORTs da SS terá 200 participantes, aproximadamente, em representação de todos os distritos, incluindo Madeira e Açores, e todas as áreas da Segurança Social. Recorda aquele dirigente que os delegados ao Encontro

das ORTs (sindicatos e CTs) serão eleitos nos locais de trabalho, que incluem uma média nacional muito próxima dos 40 mil trabalhadores.

Vítor Duarte recordou que «é escandalosa a estagnação das carreiras profissionais. Encontram-se com facilidade — acrescenta — trabalhadores com 15 e 20 anos na mesma categoria. Isso causa grande desmotivação, que tem levado muitos trabalhadores a entrar em concursos noutros departamentos, tentando deixar a Secretaria de Estado da Segurança Social».

Ainda no jornal citado, propriedade da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores

da Função Pública (FSTFP), o mesmo dirigente federativo, ao caracterizar a vastidão do sector, destaca os locais de trabalho «mais significativos» e, além do Centro Nacional de Pensões, inclui nessa caracterização os Centros Regionais de Segurança Social,

as Casas do Povo, as Caixas não Integradas (por exemplo, a dos Jornalistas) e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), constituindo esse todo «um mundo complexo e cheio de problemas», como sublinha o mesmo dirigente da FSTFP.

## Sinistralidade

Como a sinistralidade é das maiores da Europa em Portugal, a FSTRU — Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos — vai efectuar um seminário sobre o assunto. A data escolhida por aquela organização intermédia da CGTP para tratar do tema «Segurança Rodoviária» é a primeira semana de Junho (dias 5 e 6). Voltaremos ao assunto com mais pormenores.

## Sumário sindical

**Pescadores** — Os dirigentes da Federação sindical do sector (FSSP) acusam o Governo de «lançar mais um ataque à pesca artesanal». Numa nota de 30 de Março, a comissão executiva daquela organização intermédia da CGTP afirma que a portaria 193 vem na prática retirar às pequenas embarcações a possibilidade de exercerem a sua actividade. Nesse diploma fixam-se níveis de produção que não têm em conta nem a «sorte do mar» nem, por exemplo, a falta de condições adequadas nas lotas. Por outro lado, os dirigentes (CE) da Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca fazem ainda valer argumentos no sentido de, em vez da legislação governamental confusa (portarias «avulsas», que ora retiram a possibilidade de pescar, «ora proíbem a pesca, ora a limitam, ora ainda exigem o inaceitável»), se dar apoio àquele tipo de pesca que é, «não raras vezes, um caso de sobrevivência». Entre várias perguntas, às quais o Governo certamente não vai responder, a Federação dos pescadores gostaria de saber quem definirá «os tais níveis de produtividade» para milhares de profissionais da artesanal; e se tal tipo de pesca vai ser alvo de uma comissão liquidatária formada, neste caso, pela Inspeção-Geral de Navios e pela Direcção-Geral das Pescas.

**Correios** — No quadro da comissão negociadora sindical dos CTT, de que fazem parte vários sindicatos e a Federação das Comunicações e Telecomunicações, são recordadas várias lutas dos trabalhadores dos CTT, este ano. Numa folha volante de distribuição recente, a FCT, o SNTCT e o Sintel dizem que a alternativa à luta é a satisfação por parte dos CTT de algumas reivindicações, onde avulta a «correção dos 6,44 por cento na tabela salarial de 1988», mantendo «todos os tipos de serviço existentes nas Obras Sociais» e melhora-

do a sua qualidade. Reclama-se ainda o «fim dos contratos a prazo» (prática abusiva) e, entre outras reivindicações, a «uniforização (pelo mais favorável) do horário de trabalho».

**Natação** — O 2.º Torneio Aberto da Função Pública inicia-se às 14 horas do próximo dia 29, na piscina do Sport Algés e Dafundo. Para esta prova, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, com sede em Lisboa, conta com o apoio da CGTP, da Federação sindical do sector (FNSFP), USL, Direcção-Geral dos Desportos, Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Oeiras, Inatel, Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e Grupo Desportivo do INE (Instituto Nacional de Estatística). Numa carta dirigida aos associados e à Imprensa, o STFP revela que a sua escola de natação conta com uma frequência de 1500 alunos. Entre os apoiantes da natação para trabalhadores, a direcção do STFP destaca, além de grupos desportivos e associações diversas, o CCD dos TLP e o CCD do Arsenal do Alfeite.

**Évora** — Termina no próximo dia 15, na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Évora (Travessa da Viola, 9) um dos três cursos de formação profissional que este Sindicato organiza com o apoio do Fundo Social Europeu. Trata-se do curso de produção animal, cujas inscrições podem também ser efectuadas nos próximos dias 10 e 11, na Câmara Municipal e Arraiolos. Inscrições ainda para outro curso podem ser feitas na delegação do STADE em Montemor-o-Novo. Horários de atendimento: das 9 às 17 horas, em todos os locais acabados de indicar.

Trabalhadores

## Incêndio do Chiado

# «Quem não deve não teme» repõe o CESL

O sindicato mais envolvido e mais representativo, neste caso, viu negado pelo Governo o acesso ao diploma que decide sobre 800 famílias atingidas pelo incêndio do Chiado

O CESL — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa — diz que continuará a empreender todos os esforços para ter acesso ao diploma que o Conselho de Ministros acaba de aprovar. Sexta-feira, o departamento de informação acrescentava que, apesar de o diploma ter sido mencionado em nota do Governo, nem a Presidência do Conselho de Ministros, nem a Secretaria de Estado da Segurança Social facultaram esse acesso, embora no mesmo dia «alguns órgãos da comunicação social» tenham afirmado, segundo o CESL, que o referido diploma não incluirá a «atribuição do subsídio extraordinário».

Os órgãos do Governo contactados pelo CESL remeteram o Sindicato para data indeterminada esta semana. Só «quem não deve não teme» — reafirma publicamente o CESL, que fez todos os esforços para conhecer o conteúdo do diploma governamental.

O que veio a público na sexta-feira sobre as decisões do Conselho de Ministros causou «natural alarme» — destaca o CESL — em centenas de tra-

balhadores da zona Incendiada do Chiado». Em 31, durante todo o dia, centenas de pessoas dirigiram-se à sede daquele Sindicato em Lisboa, procurando saber o que «efectivamente tinha sido decidido em Conselho de Ministros», reunido quinta-feira.

O CESL, que tem coordenado e desenvolvido as acções de luta dos trabalhadores do Chiado, desempregados depois do incêndio, protesta com veemência contra «o comportamento do Governo», que impediu «o conhecimento público imediato do conteúdo do diploma». Trata-se da sobrevivência a curto prazo de «mais de 800 famílias», recorda a informação do CESL, que só faz naturalmente fé no conteúdo aprovado e não apenas na «síntese» do porta-voz do Conselho de Ministros, na qual se basearam os órgãos de comunicação.

### 35 horas na informática

O mesmo Sindicato de Lisboa adiantava, entretanto, que

na empresa C. Santos, do comércio automóvel, os trabalhadores da informática (operadores mecanográficos) tinham conseguido um acordo de diminuição do trabalho semanal para 35 horas. A redução, negociada pela comissão de trabalhadores com a empresa, já foi publicada oficialmente. O CESL recorda que essa reivindicação alcançada no C. Santos corresponde às conclusões do Encontro dos trabalhadores de escritório com ecrã. O Encontro foi organizado pela Fepces (Federação e estrutura intermédia da CGTP, onde estão filiados os sindicatos do comércio, escritórios e serviços), em Fevereiro último.

Ainda no C. Santos e pelo mesmo acordo de redução de horários são abrangidos os trabalhadores do comércio retalhista e armazenista, que conquistaram as 40 horas, bem como os metalúrgicos, porteiros, pessoal de limpeza e transportes, que passam a ter um máximo de trabalho semanal de 42 horas e meia.

Como anteriormente, o descanso complementar e semanal mantém-se aos sábados e domingos.

## Uma comissão patronal «frenética como um caracol»

«Frenética como um caracol»: a expressão da Fepces colhe quanto à comissão negociadora patronal (CNP) diz respeito, no caso das negociações do acordo colectivo de trabalho (ACT) para os supermercados. São sete mil os trabalhadores abrangidos, mas mesmo assim, ou por isso, os responsáveis pelas cadeias Pingo Doce, Pão de Açúcar, Mini-preço, Continente, Europa, Novo Mundo, Modelos, Invictos, Inô e Saco-Cheio já vão nas oito reuniões com os sindicalistas e, segundo a mesma Fepces (Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços), só tinham sido aprovadas, até 23.3, vinte e duas das «oitenta definições de funções», trinta e duas delas suspensas por «falta de acordo».

Há reuniões em que nada se conclui. E ainda se vai na definição de funções. Quando chegar a definição dos salários, não será difícil adivinhar quantos quilos vai pesar a casca do animal.

Fácil é depreender também por que a patronal se move tão devagar nas funções, quando ainda nem sequer encontrou tempo para interpor uma contra-proposta ao pedido de aumentos salariais apresentado pelos sindicatos.

A falta de maleabilidade das grandes cadeias do retalho, oportunamente apontada pela Fepces, já que as negociações do ACT em Alcântara deveriam terminar em fins de Maio, faz na verdade lembrar — tudo é relativo — a carapaça de um bicho muito maior.

## Amanhã há debate na Amadora

A revisão da Constituição, do pacote laboral e os direitos dos trabalhadores são temas em debate amanhã, 7, no Coliseu dos Recreios (ex-Plaza), na Amadora. No âmbito da União dos Sindicatos de Lisboa — USL/CGTP —, a iniciativa pertence à delegação conjunta dos sindicatos da Amadora e à coordenado-

ra das comissões de trabalhadores do concelho. Segundo o gabinete de imprensa da USL, estarão presentes deputados de todos os grupos parlamentares, que presidirão à mesa do debate, juntamente com o vice-presidente da Câmara Municipal da Amadora e a delegação dos sindicatos daquele con-

celho lisboeta. Ainda segundo aquele gabinete, foram convidados a participar na iniciativa «todos os grupos parlamentares, a comissão eventual de revisão constitucional e todas as forças vivas do concelho da Amadora, nomeadamente, autarquias, colectividades, Igreja, escolas e centros de saúde».

## Hotelaria

# Pelos 13,5% na Enatur

Depois das greves da Páscoa, que tiveram forte adesão, os trabalhadores da Enatur exigem 13,5 por cento de aumentos salariais. A Federação sindical do sector (FESHOT) afirmava no passado dia 28 que «nova luta serão desencadeadas» para satisfazer as reivindicações. As greves de 25 a 26 de Março não foram suficientes.

Recorde-se que, entretanto no Sheraton em Lisboa, os trabalhadores conseguiram aumentos de 12 por cento, depois de a FESHOT ter emitido um pré-aviso de greve, que não chegou a realizar-se por o patronato ter acedido às propostas sindicais.

No dia 22, a Federação mencionada — dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo de Portugal, organização intermédia da CGTP — anunciava greves em 25 e 26 de Março nas pousadas Infante de Sagres, Santa Clara, Santa Isabel, Lóios e Santa Luzia.

Através da comissão executiva ( direcção) aquela organização sindical representativa indicava como objectivos para a greve nessas pousadas da Enatur, a obtenção de aumentos de «cinco e meio por cento em cima dos 8 por cento decididos pelo conselho de administração» daquela unidade hoteleira e «acordados (os 8 por cento) pelos divisionistas da UGT».

Além dessa reclamação de base, por assim dizer, a FESHOT acrescentava o «direito a dois dias de descanso semanal e a um horário semanal de 40 horas». No terceiro e último ponto dos

objectivos da greve, referia-se a «resposta a outras reivindicações já apresentadas».

Nestas últimas reivindicações pode incluir-se como exemplo, o que se passava em 23 de Março na pousada dos Lóios em Évora.

Afirmava a FESHOT sobre essa casa que, «vendendo um serviço a preços de luxo, tem como trabalhadores, em importantes áreas, jovens sem qualquer preparação e formação, arremetidos à pressa, face ao abandono da empresa por parte dos melhores profissionais, já cansados de aturarem a incompetência dos seus superiores hierárquicos».

Nesse meio tempo realizavam-se as greves de 25 e 26. E os dirigentes da FESHOT prestavam os seguintes esclarecimentos, devidos a imprecisões entretanto vindas a público:

«1. A greve decretada para 25 e 26 de Março em diversos estabelecimentos da Enatur pela Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal, foi considerada por esta organização um êxito.

«2. As adesões às greves nas pousadas de Santa Catarina (Miranda do Douro — 75

por cento); de Santo António (Serem do Vouga — 98 por cento); de Santa Maria (Marvão — 93 por cento); dos Lóios (Évora — 80 por cento); do Infante (Sagres — 92 por cento), foram fortíssimas, tendo inviabilizado o funcionamento normal dessas pousadas.

«3. Na pousada de Santa Isabel (Estremoz), a adesão à greve foi de apenas 25 por cento, em grande parte devido à posição desmobilizadora adoptada pelos delegados sindicais; em função do acontecido, vão ser substituídos.

«4. Na pousada de Santa Clara, cujos nove trabalhadores em plenário tinham decidido fazer greve, apenas em 26/3, acabou por não haver greve.

«5. Na pousada de Santa Luzia (Elvas), a empresa, a fim de evitar a greve, concordou em passar a praticar o regime de trabalho com dois dias de descanso semanal e com as 40 horas de trabalho; tal cedência, que já fora feita nas pousadas de São Pedro (Castelo do Bode/Tomar), foi determinante na posição de não fazer greve, adoptada conscientemente pelos trabalhadores dessas duas pousadas.

«6. A FESHOT irá dinamizar o prosseguimento da luta reivindicativa na Enatur, até que o conselho de administração generalize a todos os trabalhadores o que já foi obrigado a ceder para alguns».



Todas as formas de luta por aqui têm passado sem desistir (arquivo)

# 300 mil contos de salários Quem vai pagar?

Trezentos mil contos de salários em atraso é quanto a administração da Fábrica de Louças de Sacavém deve aos seus 500 trabalhadores. Essa verba, em números redondos, referida em 13 do mês passado pela comissão de trabalhadores e a comissão sindical da empresa, ORT's, não tem, ao que parece, cobertura. O Governo pelo menos não a deu. Pelo contrário. Apoiou até a posição do administrador, Clive Gilbert, que já em 16 de Fevereiro deste ano informara as organizações representati-

vas dos trabalhadores que «por falta de verbas — citamos as ORT's — para combustíveis e algumas matérias-primas as produções encerrariam no dia seguinte». Além do Governo (mais exactamente o Ministério da Indústria e Energia), onde uma funcionária se limitou a tirar apontamentos do que os representantes dos trabalhadores disseram, depois de não terem sido recebidos nem pelo secretário de Estado do Trabalho, nem por nenhum membro do Governo de outro qualquer ministério, as ORT's

da Fábrica de Louças de Sacavém acusam também «entidades bancárias», e pelo nome citam a Caixa Geral de Depósitos, de deixarem afundar 500 pontos de trabalho. Há no entanto leis sobre «recuperação de empresas» — citamos ainda as ORT's — que o Governo aprova e depois não cumpre. Os trabalhadores não querem abandonar a fábrica, onde tanto lutaram há sete anos atrás e — afirmam as ORT's — «vão continuar a luta para que amanhã voltem aos postos de trabalho».

PCP

**Braga****Assim se reforça o PC**

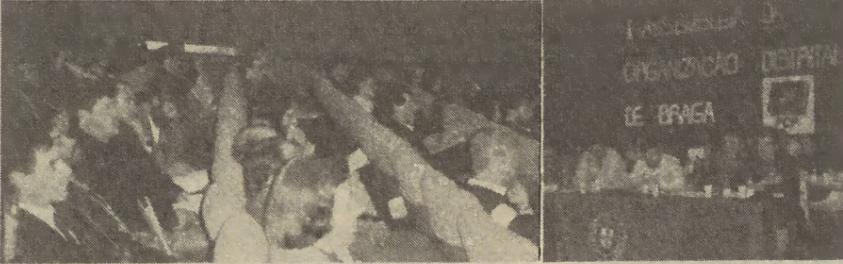
No passado domingo, numa sala de espectáculos de Braga, a organização distrital do PCP realizou a sua 1.ª Assembleia.

Da ordem de trabalhos constava a discussão e votação de um projecto de resolução sobre as questões de direcção e organização e a eleição da Comissão Distrital.

A resolução aprovada, que culmina e sintetiza um processo de debate interno dos comunistas de Braga sobre as ques-

tões do trabalho partidário no distrito, iniciado durante a preparação do XII Congresso, aponta decididamente para as medidas que permitam a elevação do nível de direcção, através de um efectivo trabalho de direcção e acompanhamento de toda a actividade do Partido no distrito, uma elevação da responsabilidade dirigente dos quadros, maior descentralização e responsabilidade — condições essenciais para o desenvolvimento orgânico e o reforço da actividade partidária.

A eleição de uma Comissão Distrital



com 30 membros, dos quais apenas 8 são funcionários do Partido, ilustra o rumo seguido pelos camaradas de Braga para darem cumprimento à Resolução Política do XII Congresso sobre o reforço e melhoria do trabalho de direcção.

As questões da actualidade política nacional e o papel dos comunistas constituíam o segundo ponto da ordem de trabalhos. Duas resoluções, uma sobre as eleições para o Parlamento Europeu, outra sobre as autárquicas, foram aprecia-

das, discutidas e aprovadas. Nelas estão contidas as apreciações e linhas orientadoras essenciais para estas importantes batalhas eleitorais, os objectivos e a confiança que anima os comunistas.

Seriam ainda aprovadas duas moções exortando à unidade dos democratas na defesa da Constituição e à luta dos trabalhadores contra a aplicação do pacote laboral, sobre as comemorações do 25 de Abril e a próxima jornada do primeiro de Maio.

## **Luis Sá em Loures «As grandes batalhas de 1989 estão estritamente ligadas entre si»**

Vários dirigentes nacionais do PCP participaram no último fim-de-semana em iniciativas das organizações do Partido, com destaque para assembleias e plenários, onde intervieram abordando temas da actualidade política e da situação social. O camarada **Luis Sá**, membro do Executivo da Comissão Política, esteve em Loures no domingo, e falou no encerramento da terceira Assembleia da célula do Partido na Câmara Municipal, onde os seus participantes aprovaram linhas de trabalho para o reforço qualitativo da acção do Partido e elegeram o novo organismo de direcção. Vejamos agora algumas passagens da intervenção de **Luis Sá**.

**A corrupção**

Há menos de 2 anos, a seguir a 19 de Julho, a generalidade dos sábios e «analistas» da nossa praça proclamavam a inevitável «mexicanização» do regime, isto é, a perspectiva de eternização do PSD no poder para dezenas de anos.

Hoje todos reconhecem a rapidíssima queda de popularidade do Governo PSD. Mais uma vez ficou provado que as coisas mudam, e muitas vezes mais depressa do que a direita pensa.

A verdade é que o problema não é de pessoas, de demitir este ou aquele membro do Governo, mas sim um problema de orientação global, da natureza de classe da política do Governo.

A corrupção, por exemplo, não é um fenómeno accidental. No grau e extensão que assume, a corrupção é a consequência lógica da ideologia e dos valores que o Governo adopta e difunde. Não se pode defender o «salve-se quem puder», apagar a justiça e a solidariedade social como objectivos essenciais da política do Estado, esquecer o combate à pobreza e às aberrações sociais que vemos todos os dias e até negar a sua existência e depois considerar accidental a corrupção, o espírito de enriquecimento fácil, a ausência de escrúpulos morais e a falta de sentido ético na actividade política.

A propósito há semanários que colocam todas as forças políticas no mesmo plano. Ainda ontem um deles utilizava o título «24 vão ficar ricos». Quero afirmar uma vez

mais que os deputados eleitos pela CDU têm e terão o princípio de não serem beneficiados nem prejudicados pelo exercício do seu cargo — continuou Luis Sá.

**Eleições de Junho**

As grandes batalhas de 1989 estão estreitamente ligadas entre si. As batalhas eleitorais, sendo importantes batalhas políticas, inserem-se inteiramente na batalha contra a direita e o Governo do PSD e na luta por uma alternativa. Projectar o descontentamento e a luta das massas, no voto CDU é prolongar e impulsionar a própria luta de massas.

Nas eleições de 18 de Junho o povo não vai só eleger os 24 deputados do Parlamento Europeu. Vai também dizer o que pensa das promessas do PSD por cumprir, da austeridade para os trabalhadores e as camadas médias e o do regabofe para os grandes negócios e as multinacionais, do pacote laboral, da corrupção que grassa um pouco por todo o lado, da inflação a cerca de 12 por cento, enquanto o Governo tinha proclamado, para efeitos de negociações salariais, que ficaria a 6 por cento, da péssima política de saúde e de habitação e de segurança social, da injusta reforma fiscal.

No plano estrito das questões relativas à CEE, orientamos e orientaremos a nossa intervenção eleitoral para o debate sério dos problemas e para a apresentação de propostas concretas de soluções.

O domínio da economia portuguesa pelas transnacio-

nais vão falar muito em «Portugal ganhar» e de patriotismo. Mesmo os que tudo fazem para limitar os direitos dos trabalhadores e as conquistas sociais vão proclamar-se adeptos ardentes da «coesão económica e social».

**Autárquicas**

O que se passa com as eleições autárquicas?

É um verdadeiro escândalo. O PSD detém hoje 148 presidências de municípios em 305, alicia os poucos presidentes do CDS para o PSD e proclama uma gula sem limites, incluindo o objectivo de ganhar mais cerca de quatro dezenas de câmaras ao PS e uma dezena à CDU. Para isso não hesita em monopolizar boa parte da comunicação social, manipular a tutela sobre as autárquias, os cargos e os dinheiros públicos.

O PS entretanto, envolve-se em graves e indesculpáveis negociações com o PSD para dezenas de alianças anti-CDU. Se as negociações do PS com o PSD não se estendem a concelhos como o de Loures não é porque o PS se tenha arrependido do que fez em 1985, mas apenas porque sabe que não tem qualquer possibilidade de conquistar a presidência da Câmara. E, se só se concretizarem meia dúzia de alianças ou coligações, não é porque o PS não quisesse mais, mas apenas porque cada Câmara só tem um galho e o PS e o PSD não se entendem sobre quem há-de ir para o principal poleiro.

**Namoro PS/PSD**

É evidente que as negociações do PS com o PSD não têm por objectivo resolver melhor os problemas das populações mas sim interromper a obra em curso. Derrotar as coligações ou alianças do PS com o PSD e afirmar a CDU como alternativa à direita onde o PS recusou as coligações para a enfrentar é a justa, necessária e possível resposta política a esta orientação.

O PS não pode pretender

representar uma alternativa ao PSD enquanto passa o tempo em namoro mais ou menos aberto com ele, encenando de vez em quando uns arrufos para tentar esconder à opinião pública o namoro nas autárquias e o casamento na revisão constitucional e em muitos outros domínios da vida nacional.

Torna-se difícil, à luz da prática política passada do PS e dos seus presentes entendimentos com o PSD, perceber em muitos sectores em

que consistiriam as suas políticas alternativas.

A questão que se nos coloca nesta situação é persistir na luta com confiança, persistir em afirmar mais e mais o PCP como o grande partido da esquerda, como o partido que não vacila na defesa dos direitos dos trabalhadores manuais e intelectuais e das camadas médias, como o partido de quem depende decisivamente a viabilidade e consistência de uma verdadeira política alternativa,

como o partido aberto a tudo o que é novo e que, exactamente por isso, sabe que a forma eficaz e fecunda de ser é o recurso ao marxismo-leninismo, teoria sempre inacabada, sempre aberta, antidogmática na sua essência, doutrina que mantém intactas e sempre reforçadas as suas potencialidades como instrumento de compreensão e transformação do mundo e que não só não exclui como implica o debate vivo e criador.

**Beira Interior****A situação de atraso e a política de direita****— um convite à reflexão**

Abordando as principais tarefas dos comunistas na região, a DORBI — Direcção Regional da Beira Interior, do PCP — sublinha que a preparação das eleições para o Parlamento Europeu, a preparação das listas para as eleições autárquicas e a formação de comissões de CDU são, neste momento, tarefas prioritárias e todos os militantes do Partido na região se devem sentir empenhados e mobilizados para estas duas importantes batalhas eleitorais. Reunida recentemente, a DORBI apreciou aspectos da situação política e social na região.

Dia 9 de Abril vai realizar-se um Encontro Distrital de militantes comunistas e outros activistas da CDU, de C. Branco, na sala da Assembleia Municipal, na Covilhã. O Encontro terá a participação do camarada **Luis Sá**, membro da Comissão Política do Partido. Esta iniciativa surge no seguimento de outra realizada no distrito da Guarda, em 26 de Fevereiro, com mais de 80 presenças, e tem o objectivo de dinamizar o trabalho com vista às eleições deste ano.

Integrado nas eleições para o PE vai realizar-se, em 6 de Maio, uma iniciativa sobre o desenvolvimento regional, promovido pela Comis-

são Distrital de Castelo Branco do PCP.

**É necessário continuar a luta**

A política de direita de Cavaco Silva tem cada dia consequências mais gravosas para o povo. A crise que se vai acentuando no sector dos lanifícios na Beira Interior preocupa os comunistas desta região. Há empresas que se debatem já com grandes dificuldades, como a **Ernesto Cruz, Lanofabril, Nlnafil, Sociedade de Lanifícios**, entre outras. Os comunistas sempre disseram que a chamada «reestruturação» dos lanifícios, apontada pelo Governo em obediência a interes-

ses da CEE, iria trazer graves custos ao sector, com salários em atraso, despedimentos, encerramento de empresas, custos não só para os trabalhadores e para as empresas, mas também para o comércio local. Os comunistas não pouparão esforços para dar luta contra uma reestruturação que é feita contra os interesses do País. **Defendemos uma reestruturação sem desemprego, com respeito pelos direitos e regalias sociais dos trabalhadores, sem encerramento das empresas, sem redução da produção do sector. Defendemos a instalação de novas empresas e novos ramos na região,** sublinha a DORBI.

O atraso económico da Beira Interior não é culpa do «destino», foi culpa do fascismo e continua a ser culpa dos governos de direita. Aqueles que têm votado nos partidos de direita e que vêem hoje o seu futuro comprometido, os seus direitos espezinhados e violentados, devem reflectir, tomar consciência da realidade e encontrar a solução certa.

PCP

## Eleições de Junho em primeiro plano

# Sector Público da ORL tem Assembleia no sábado

## Preparar melhor o Partido em oito grandes empresas

«A importância de que se revestem as eleições para o Parlamento Europeu, no próximo dia 18 de Junho, tendo em conta o objectivo definido na Resolução Política aprovada no XII Congresso de reforçar a votação na CDU do eleitorado que, tradicionalmente, o tem vindo a fazer em eleições anteriores para a Assembleia da República ou autarquias, exigem de toda a organização do Sector Público um forte e dinâmico empenhamento.»

São aquelas as palavras que abrem o documento de apoio à segunda Assembleia do Sector Público da Organização Regional da Lisboa (ORL), que terá lugar no próximo sábado, a partir das 10 horas, no Centro Vitória, na Avenida da Liberdade.

«O PCP com os trabalhadores. Intervir no presente. Garantir o futuro», é o lema desta Assembleia que reunirá 135 delegados eleitos mais os actuais 33 membros do organismo de direcção respectivo.

Englobando oito grandes empresas (CTT, TLP, Marconi, EDP, EPAL, EPAC, AGA e Silopor — esta última resultado da separação da EPAC), o Sector Público da ORL avança para esta Assembleia o objectivo essencial de preparar melhor o Partido e concretamente as células daquelas empresas para as tarefas e as responsabilidades que o momento actual e os tempos que se avizinham estão e vão exigir aos comunistas, tanto no

campo da batalha eleitoral como nas lutas sociais.

Os camaradas **Dias Coelho** e **Serra**, membros do secretariado do OD do Sector Público, estiveram na Redacção do «Avante!» para nos falarem desta Assembleia e em especial dos seus objectivos fundamentais.

### Renovar propostas

Os militantes comunistas que trabalham nas empresas mencionadas vão discutir os meios e as formas de intervenção na batalha eleitoral de 18 de Junho para o PE. A propósito da integração económica da CEE, há que definir e renovar as propostas para a defesa das empresas perante a integração e o Mercado Único europeu. Recor-



Dias Coelho

de-se que já em 1984, na altura da 1.ª Assembleia do sector, o Partido havia avançado propostas nesse sentido. Hoje, tais propostas podem ser renovadas e actualizadas. É que tanto dentro das instâncias comunitárias como fora delas, os comunistas regem a sua actuação pela firme defesa do interesse nacional.

Entretanto, questões de flagrante actualidade como as alterações ao tecido social, as novas tecnologias, a crescente precarização do emprego, as «reestruturações» contra a estabilidade dos postos de trabalho, e, consequentemente, as medidas de reforço da organiza-

ção e unidade dos trabalhadores e a luta pela definição e aplicação das suas reivindicações colocam aos comunistas vasta matéria de análise e reflexão.

Finalmente os camaradas que vieram à nossa redacção sublinham que a Assembleia vai também eleger o novo organismo de direcção do sector, tendo como objectivo uma melhor proposta do Partido às necessidades do momento.

O documento que tem sido discutido na fase preparatória da Assembleia e que, depois de alterado e enriquecido especialmente na perspectiva da definição rigorosa dos **objectivos de trabalho**, dará origem à proposta de Resolução Política da Assembleia, que será posta à votação no Vitória.

### Volta qualitativa

A intervenção do Partido em torno das questões do PE é uma tarefa de primeiro plano que, salientam os camaradas Dias Coelho e Serra, exige uma «volta qualitativa» no que respeita ao trabalho a desenvolver pelas células nas empresas. Há que agarrar as questões concretas. Há que estar preparado para uma poderosa acção de es-



Serra

clarecimento e debate junto dos trabalhadores. A este propósito o documento-base da Assembleia chama a atenção para estes aspectos:

*Os resultados obtidos nas eleições, para além da finalidade de eleger deputados portugueses ao PE, assumem particular importância pelas repercussões que terão na situação política interna e concretamente na luta que travamos para enfrentar a política de privatizações e o pacote laboral.*

*De acordo com a Resolução Política do Congresso as eleições não são um referendo a favor ou contra a CEE, não é a integração que vai ser votada, mas*

*sim quem tem maior competência, capacidade e dedicação para representar os interesses do povo e de Portugal na CEE.*

*As conclusões saídas do Congresso necessitam ser assimiladas por todos os camaradas, tendo em vista que é preciso ganhar a luta das ideias, desmistificando o facto de termos estado contra a integração na CEE, o que não impede a nossa intervenção construtiva em defesa dos interesses do País.*

*Em particular os organismos de direcção do Sector e das células da empresa devem ter em conta que, sendo a integração um facto, não é possível dirigir, devidamente, o trabalho do Partido se desconhecermos a política da CEE para cada empresa e muito menos elaborar propostas alternativas à política do Governo.*

*Constituem orientações no trabalho de mobilização do Partido a realização de reuniões dos organismos de direcção, de plenários de células e de secretariado de células, assim como a constituição e garantia de funcionamento de comissões eleitorais e de propaganda.*

■ JPO

## Comissão Distrital de Coimbra do PCP

# Duas palavras sobre o aniversário da Constituição

O 13.º aniversário da Constituição da República tem sido mencionado por várias organizações do Partido um pouco por todo o País. Texto fundamental que consagra as conquistas fundamentais alcançadas pelo povo português com o 25 de Abril, a Constituição e o seu aniversário (2 de Abril) merecem da Comissão Distrital de Coimbra do PCP uma breve nota, entretanto divulgada à comunicação social, onde se refere:

Este aniversário da Constituição decorre no preciso momento em que, a pretexto da

sua revisão, há quem vise subvertê-la, desfigurando ou eliminando princípios básicos

da nossa democracia.

A revisão pode e deve proporcionar o seu aperfeiçoamento, mas nunca a substituição das suas características essenciais, pois não se trata de fazer uma nova Constituição.

A sociedade mais justa e fraterna de que o 25 de Abril nos trouxe a esperança bem longínqua ficaria se alterações à Constituição fossem

aprovadas. Se fosse destruído o sector empresarial público e grandes grupos do capital privado voltassem a dominar em proveito próprio as riquezas nacionais e os sectores mais importantes da nossa economia, tal como sucedia com o poder dos monopólios no tempo do fascismo. Se a posse da terra nas zonas dos antigos latifúndios acabasse de ser retirada

àqueles que, numa luta tenaz, ainda hoje a trabalham e fazem frutificar. Se o pouco que resta do Serviço Nacional de Saúde e da sua gratuitidade desaparecesse. Se as relações de trabalho, o direito ao emprego e as liberdades dos trabalhadores se precarizassem ainda mais do que já agora sucede. Se os poderes da Assembleia da República e o número dos respectivos deputados (portanto a sua representatividade) fossem diminuídos. Se o sistema pluralista da proporcionalidade daqueles deputados ou dos eleitos autárquicos fosse adulterado. Se a regionalização fosse uma vez mais bloqueada, o controlo democrático da comunicação social fosse restringido ou governamentalizado.

Todavia, estes são apenas alguns exemplos do sério perigo a que o nosso regime está presentemente sujeito mercê do conluio do PS com o partido do Governo, o PSD.

Estamos colocados mais uma vez, infelizmente, perante novas e graves cedências e capitulações do PS à direita, em contradição com o seu discurso oficial «oposicionista». O PS não só continua como aprofunda as suas

alianças com a direita, quer no campo da revisão constitucional, quer no campo autárquico, laboral, da regionalização, etc.

Não obstante, a revisão ainda não foi efectuada e o PS está a tempo de, na fidelidade aos ideais democráticos de que se reclama, não permitir a destruição da Constituição de Abril, pois só com os votos dos seus deputados ela poderá ser possível.

Comemorar a promulgação da Constituição é, antes de mais, lutar pela sua defesa e consequentemente pela democracia política, económica, social e cultural que ela institucionaliza.

Esse é, pois, o alerta e o apelo que neste momento faz a Comissão Distrital de Coimbra do Partido Comunista Português.

Coimbra, 31.3.89



## Deputado comunista em Vila Pouca de Aguiar

O camarada António Mota, deputado do grupo parlamentar do PCP e membro do CC, visitou o concelho de Vila Pouca de Aguiar, no passado dia 2 de Abril.

Durante a visita teve contactos com os trabalhadores da Tabopan, com vários elementos da Comissão de Defesa da Linha do Corgo e reuniu com a população da aldeia de Sabroso de Aguiar.

Os trabalhadores da Tabopan informaram-no da grave situação que vivem neste momento. A empresa deve-

-lhes mais de 300 mil contos em salários em atraso.

Apesar de manterem vínculo à empresa (Decreto-Lei 17/86), a segurança social está a escrever cartas onde os informa que lhes serão retiradas as regalias sociais (abonos de família, assistência médica), no próximo mês de Junho. De referir que neste momento, à excepção de uns poucos, estes trabalhadores não recebem qualquer subsídio.

A reabertura da unidade fabril, a ser decidida em 7 de

Junho numa assembleia de credores, está gravemente comprometida porque não se faz qualquer manutenção ao equipamento e algum deste, pela calada da noite, está a ser retirado pela administração.

### Transporte ferroviário

Os elementos da Comissão de Defesa da Linha do Corgo salientam o importante papel social do comboio. Informaram também da recente medida do conselho de gerência da CP, que eliminou o

transporte de mercadorias. É desejo desta comissão encontrar-se com os diversos grupos parlamentares, para os quais estão a pedir audiências.

Da reunião que teve com a população da aldeia de Sabroso de Aguiar, que luta há mais de dois anos para passar a freguesia, o deputado António Mota, com o prévio acordo dos presentes, comprometeu-se a apresentar um projecto-lei que concretize esta aspiração do povo de Sabroso.

PCP

# Delegação do Partido Comunista da China visitou Portugal a convite do PCP

**Comunicado à Imprensa**

## Vontade de reforçar ainda mais as relações entre os dois partidos

A convite do Partido Comunista Português visitou Portugal de 26 a 31 de Março uma delegação do Partido Comunista da China dirigida por Song Ping, membro do Bureau Político do CC do

PCCh e que integrava ainda Li Schuzheng, membro suplente do CC e subchefe do Departamento de Relações Internacionais, Zhu Dacheng, director dos Assuntos da Europa Ocidental do DRI, Peng

Quinghua, subchefe de divisão do Departamento de Organização e Gu Honglin, subchefe de divisão do DRI.

A delegação do PCCh realizou conversações com uma delegação do PCP composta

por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral, Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado, Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Central de Controlo e Quadros, Albano Nunes, membro suplente do Secretariado e Manuela Bernardino, suplente do Comité Central.

Durante as conversações foram trocadas impressões e opiniões sobre a situação nos dois países e a actividade dos dois partidos e aspectos da situação internacional.

As duas delegações expressaram a sua satisfação pelo processo de aproximação fraternal entre os dois partidos que conduziu à nor-

malização das relações entre o PCP e o PCCh e a vontade de as reforçar ainda mais no futuro no interesse dos dois povos e países e da causa comum da paz, do progresso social e do socialismo.

A delegação do PCP expressa a sua solidariedade para com o PCCh no processo de edificação da sociedade socialista. A delegação do PCCh expressou a sua solidariedade para com a posição do PCP em defesa dos interesses dos trabalhadores e das conquistas democráticas da Revolução de Abril.

Durante a sua estadia a delegação do PCCh contactou directamente com a realidade portuguesa e a activida-

de do PCP tendo-se encontrado com uma delegação da Direcção Regional de Setúbal e visitado a empresa metalúrgica Sorefame, a UCP/Cooperativa da «Volta do Vale» em Coruche e a Câmara Municipal de Loures.

No dia 29 teve lugar no Barreiro um Comício de Amizade PCP/PCCh em que usaram a palavra Álvaro Cunhal e Song Ping.

A visita da delegação do PCCh constituiu um novo e importante passo no desenvolvimento das relações de amizade, cooperação e solidariedade entre o PCP e PCCh.

31 de Março de 1989

## Intervenção de Song Ping no comício do Barreiro

Querido Camarada,  
Queridos Camaradas e Amigos;

Em primeiro lugar, permiti que expresse, em nome da delegação e no meu próprio nome, o nosso sincero agradecimento ao Comité Central e à Direcção Regional de Setúbal, pela realização deste Comício de Amizade entre o PCP e o PCCh.

Trazemos connosco os sentimentos amistosos dos comunistas chineses e do povo chinês para com os comunistas portugueses e o povo português. Os nossos partidos e os nossos povos não são desconhecidos apesar da grande distância geográfica entre a China e Portugal. Os contactos entre os dois povos, chinês e português tinham começado desde o século XVI. O povo chinês sabe bem que o povo português é um povo trabalhador e corajoso. O PCP, estreitamente ligado às massas populares, conta com uma tradição gloriosa e uma experiência muito rica. Durante muito tempo, os comunistas portugueses fizeram incansáveis esforços e deram positivas contribuições à luta contra a ditadura fascista, pela salvaguarda da independência nacional, pela democracia, pelo progresso social e pela paz mundial. Actualmente, sob a direcção do Comité Central, com o camarada Álvaro Cunhal como Secretário-Geral, o vosso partido, à luz da orientação definida no XII Congresso, está a desenvolver grandes esforços pela realização da democracia avançada no limiar do século XXI, pelo impulso do progresso social no país e pela salvaguarda da paz mundial. Fazemos sinceros votos para que os comunistas portugueses consigam novos progressos na sua justa causa.

O PCCh e o PCP nasceram ambos em 1921, tendo mantido boas relações entre si, durante longos anos. Após um período de grandes mudanças, as relações entre os nossos dois partidos entraram num novo período de desenvolvimento. Na história das relações entre os nossos dois partidos, é a primeira vez que uma delegação do Partido Comunista da China visita Portugal a convite do vosso partido. Estamos certos de que esta visita favorecerá o incremento da compreensão mútua e a consolidação e o desenvolvimento das relações entre os dois partidos, o que contribuirá para o impulso da amizade e cooperação entre os dois países e os dois povos.

Camaradas e amigos,

A nossa visita a Portugal é efectuada num momento em que se verifica uma importante viragem na situação internacional. Presentemente o mundo está a passar do antagonismo ao diálogo, da tensão do desanuviamento e a tendência da solução política dos conflitos regionais fortifica-se cada dia mais. Tudo isto resulta ao desenvolvimento da história do pós-guerra e dos esforços conjuntos dos povos de todo o mundo. É claro que devemos estar conscientes de que ainda existem muitos factores de instabilidade no mundo contemporâneo. No entanto, a ânsia de paz e de desenvolvimento representa uma tendência geral e a paz e o desenvolvimento constituem já a corrente principal da época.

Camaradas e amigos,

A China está a dedicar-se à modernização socialista, precisa de um ambiente internacional pacífico e duradouro. O nosso país segue a política externa de paz, independência e autonomia. Referindo-nos à independência e autonomia, queremos dizer que, partindo dos interesses fundamentais do povo chinês e dos povos do mundo, nós definimos, por conta própria, as nossas estratégias e políticas em relação aos assuntos internacionais, não nos subordinamos a qualquer potência ou grupo de potências, nem à pressão de qualquer potência, não nos aliamos ou estabelecemos relações estratégicas com qualquer país. Lado a lado com todas as nações amantes da paz, a China prosseguirá insistentemente os seus esforços pelo desanuviamento prolongado da situação internacional, pela luta contra o hegemonismo e a política de força e pelo estabelecimento da nova ordem política internacional, baseada nos cinco princípios da coexistência pacífica e de uma nova ordem económica internacional baseada na igualdade e benefício mútuo. Sempre fomos favoráveis à solução de litígios internacionais mediante a negociação e contra o recurso à violência. O governo chinês chegou a acordo respectivamente com os governos britânico e português sobre as questões de Hong Kong e de Macau, dando o exemplo da solução negociada dos problemas legados pela história entre os países. A China preconiza o desarmamento completo, opõe-se à corrida armamentista, e continua a fazer esforços pelo seu impedimento, pela proibição definitiva e a liquidação total das armas nucleares, químicas e outras armas de destruição massiva e desarmamento convencional em grande escala. Sendo um país socialista em desenvolvimento, a China valoriza consideravelmente o relacionamento de solidariedade e amizade com

os países do 3.º mundo, apoia a cooperação Sul-Sul e impulsiona o diálogo Norte-Sul, de modo a promover a prosperidade e o desenvolvimento de todas as nações. Não podemos deixar de saudar o melhoramento das relações entre o Leste e o Oeste, sobretudo entre os EUA e a URSS. A China deseja manter e desenvolver as relações diplomáticas normais com os EUA e melhorar as relações com a URSS. Foi iniciado o processo de normalização das relações sino-soviéticas. A primeira sino-soviética no próximo mês de Maio será um acontecimento de grande importância que todo o mundo acompanhará atentamente. O relacionamento entre a China e os países da Europa Oriental entrou num novo período. O relacionamento entre a China e a Europa Ocidental, inclusive Portugal, continua a aprofundar-se e a alargar-se. Apreciamos a atitude positiva dos países da Europa Ocidental no que respeita ao desenvolvimento das relações e intercâmbio científico e tecnológico com a China. No que diz respeito à paz e ao desenvolvimento, a China e os países europeus compartilham os mesmos interesses. A cooperação entre ambas as partes vai entrar numa fase cada vez mais dinâmica e de maiores perspectivas.

Os comunistas e o povo chinês estão dispostos, lado a lado com os comunistas e o povo português a contribuir para a paz e o desenvolvimento do nosso planeta.

Camaradas e Amigos,

Vós, comunistas portugueses, acompanhai com grande interesse o desenvolvimento da China. Gostaria de vos dizer que actualmente e durante um período histórico longo, a prioridade do nosso trabalho consiste em concentrar esforços na modernização, desenvolver as forças produtivas sociais e construir o socialismo com as características chinesas. Este ano comemora-se o 40.º aniversário da fundação da República Popular da China. As experiências da construção socialista ao longo de várias décadas de anos mostram-nos que o socialismo tem um período histórico muito prolongado. Ainda estamos na etapa primária do socialismo e a sua tarefa essencial é desenvolver as forças produtivas. O socialismo quer acabar com a pobreza. A pobreza não é socialismo. Ao longo destes 40 anos obtivemos notáveis sucessos mas também sofremos reveses. A partir da 3.ª Sessão Plenária do XI Congresso do PCCh realizada em finais de 1978, procedemos ao balanço das experiências positivas e negativas, desde a fundação da

Nova China. Estudando e analisando as experiências internacionais e as mudanças ocorridas no mundo, procuramos com coragem o caminho do desenvolvimento socialista de características chinesas, e esforçamo-nos por criar uma nova fase da construção socialista. Traçamos a estratégia de desenvolvimento económico que se divide em três fases: a primeira, entre 1980 e 1990, com o objectivo de duplicar o PNB. Esta tarefa foi cumprida antecipadamente e o problema de alimentar e vestir o povo já se resolveu no fundamental; a segunda fase consiste em duplicar de novo o PNB até ao fim deste século de forma a proporcionar ao povo uma vida relativamente confortável; por último, até meados do próximo século, o PNB *per capita* deverá atingir o nível dos países de médio desenvolvimento. É a partir desta base que a China vai avançar. Para alcançar estes objectivos, é necessário empreender a reforma, para superar os males e deficiências surgidos ao longo do tempo sob a velha estrutura que restringiu as forças produtivas, e envidar esforços para desenvolver a economia mercantil planificada do socialismo. A reforma não significa alteração radical do sistema socialista, pelo contrário, é o seu constante auto-aperfeiçoamento. Por outro lado há que aplicar a política de abertura ao exterior. No contexto actual em que as relações económicas internacionais se encontram cada vez mais estreitas, nenhum país se pode desenvolver isolando-se do mundo. Um dos vários motivos responsável pelo atraso chinês na história é o auto-isolamento. Durante um período longo após a fundação da Nova China, atravessámos uma situação de bloqueamento o que nos trouxe dificuldades. As nossas experiências e lições indicam-nos que é impossível o empenhamento na construção e desenvolvimento do país com as portas fechadas. Para construir o socialismo na base de uma economia atrasada, a China precisa particularmente de ampliar o intercâmbio e a cooperação nos domínios económico e tecnológico com o exterior de modo a absorver as conquistas da civilização mundial e encurtar a pouco e pouco a distância que a separa dos países desenvolvidos.

As experiências históricas demonstram que o socialismo encontra-se ainda na sua fase de ensaio. Para a construção do socialismo não há um modelo fixo nem uma resposta nos livros. Só combinando a teoria do marxismo com a realidade concreta e fazendo constantes análises, se pode encontrar o caminho correcto adequado à realidade do próprio país. Ba-



PCP

## Comício de amizade no Barreiro

# Profundos sentimentos de solidariedade

O vasto salão dos **Penicheiros**, na cidade do Barreiro, encheu-se na noite do passado dia 29 para um entusiástico comício de amizade PCP-Partido Comunista da China.

Inserido no programa da visita realizada ao nosso país por uma delegação do PCCh, a convite do Partido, este comício do Barreiro teve como momentos mais significativos as intervenções dos camaradas **Song Ping**, membro do Bureau Político do CC do PCCh, e **Álvaro Cunhal**, secretário-geral do PCP. Publicamos neste caderno os dois discursos.

Para além da delegação chinesa e dos dois oradores da sessão, encontravam-se na Mesa camaradas da Direcção Regional de Setúbal (DORS), da Concelhia do Barreiro, do Comité Central e do seu Secretariado (Carlos Costa e Albano Nunes).

Depois da saudação de abertura por parte da Concelhia do Barreiro, foi dada a palavra ao camarada **Song Ping**. Um ambiente de fraternidade marcaria o desenrolar do comício, acentuando-se em momentos como o da entrega à delegação chinesa de várias lembranças, nomeadamente da célula da Quimigal (a maior célula do PCP em todo o País), da Concelhia do Barreiro e da DORS. Por sua vez, os camaradas do PCCh ofereceram à Direcção Regional de Setúbal do Partido uma bela tapeçaria.

Vivamente aplaudido pela numerosa assistência o camarada **Álvaro Cunhal** abordaria na sua intervenção temas de actualidade internacional e das relações do Partido e também a situação política e social do País.



seando-se na rica experiência da nossa reforma e abertura, o XIII Congresso do nosso Partido, realizado em Outubro de 1987, formulou a teoria de que a China está ainda na fase primária do socialismo e definiu para essa fase a linha fundamental, isto é, tendo como centro a construção económica, persistir na reforma e abertura e nos 4 princípios fundamentais, a saber: persistir no caminho socialista, na ditadura democrática e popular, na direcção do PCCh e no Marxismo, Leninismo e Pensamento de Mao Zedong. À luz desta linha, o nosso partido conduz todo o seu povo na luta pela materialização dos seus grandiosos objectivos.

Passados dez anos, a reforma na China tem sido como uma maré que atravessa todos os cantos do país, dos campos à cidade, do sector económico ao político, científico, tecnológico, educacional, etc., alargando a política democrática do socialismo e a autonomia das entidades de base. A velha estrutura rígida e fechada está a transformar-se numa nova estrutura cheia de vitalidade e aberta; a economia mercantil socialista é cada vez mais activa; as forças produtivas ganham um grande impulso; a vida do povo regista uma melhoria notável. A fisionomia do nosso país está a modificar-se. No sector económico o PNB passou de 348,5 biliões de yuans (moeda chinesa) no ano de 1978 a 1385,3 biliões de yuans em 1988, com o crescimento anual médio de 9,5%. A renda *per capita* da população urbana cresceu 85,6% nos últimos 10 anos, excluindo os factores de alterações de preços.

Naturalmente que encontramos também algumas dificuldades e problemas, ao longo do processo da reforma e abertura, como seja, o desequilíbrio entre a procura e a oferta na sociedade devido ao excesso de investimentos financeiros na construção civil básica, ao ritmo demasiado rápido do crescimento e ao consumo social prematuro verificado nos últimos anos. Devido às insuficiências surgidas na substituição da velha estrutura pela nova, verificaram-se alguns problemas na actividade económica, tal como, a inflação, as práticas especulativas, os desvios financeiros, a corrupção, etc. Com o objectivo de corrigir estes problemas, o nosso partido lançou, na 3.ª Sessão Plenária do XIII Congresso, a orientação no sentido de melhorar o ambiente económico, reorganizar a ordem económica e aprofundar a reforma em todos os sentidos. Alguns amigos estrangeiros têm possivelmente algumas dúvidas e perguntam com receio se a reforma e a abertura da China não encontrarão obstáculos ou não constituirão mesmo uma paragem no processo. Gostaria de afirmar, nesta ocasião, que o melhoramento e a rectificação da economia tem como único objectivo um desenvolvimento melhor e mais estável. A prática decorrente destes 10 anos prova que a nossa orientação sobre a reforma e a abertura é correcta e eficiente e não temos motivo para a inverter. Estamos convictos de que, seguindo firmemente a linha do nosso partido e resolvendo a tempo e com atenção os nossos problemas, superaremos as nossas dificuldades, conquistaremos sucessivos e novos êxitos e o nosso objectivo será alcançado.

Camaradas e Amigos,

O mundo actual desenvolve-se velozmente. Toda a humanidade que vive na era atómica enfrenta os problemas da paz, do desenvolvimento, da ecologia, e outros que afectam o seu próprio destino. A nossa era, que experimenta mudanças bruscas, fornece sem interrupção novas informações à Humanidade. Todos os comunistas encontram hoje novos e diferentes desafios. Como se assegura a paz duradoura na era actual? Como criar um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento do Terceiro Mundo, quando existe uma abismal diferença entre ricos e pobres e entre Norte e Sul? Como se protege a natureza, a base necessária para a sobrevivência humana, nas actuais condições de rápido progresso científico e tecnológico? Etc. O povo e os comunistas da China estão dispostos a enfrentar, juntamente com os povos de todo o mundo — inclusive o povo português — e dos comunistas de todos os países — incluindo os comunistas portugueses — o desafio da época, dedicar-se às novas soluções e fazer novos e incessantes esforços para que toda a humanidade alcance a paz duradoura, o progresso e o desenvolvimento em grande escala.

Para finalizar, queria reiterar os meus agradecimentos ao Comité Central do PCP e à Organização Regional de Setúbal, que nos forneceram esta oportunidade para nos encontrarmos com os companheiros e amigos presentes.

Faço votos para que se desenvolvam incessantemente os laços de amizade existentes entre o PCCh e o PCP; pelo maior aprofundamento da amizade entre os povos da China e de Portugal; por novos êxitos para os camaradas do PCP na sua grandiosa causa.

Muito obrigado!

Intervenção de **ÁLVARO CUNHAL**

## Um acontecimento político significativo

Camaradas:

A realização deste comício de amizade do Partido Comunista Português e do Partido Comunista da China é para nós comunista portugueses motivo de grande alegria, compartilhada, estamos certos, pelos trabalhadores e o povo do Barreiro, além do mais por ter sido escolhida a sua terra.

No seguimento de um processo altamente responsável de reaproximação fraternal, agora inteiramente normalizadas as relações entre os dois partidos, como foi proclamado no nosso XII Congresso, é com profundos sentimentos de solidariedade que recebemos a delegação do PC da China de visita a Portugal a convite do nosso Partido, que lhe mostramos a nossa realidade nacional e que assim aprofundamos o conhecimento recíproco e os laços de compreensão, fraternidade e cooperação que estamos decididamente determinados a reforçar e a desenvolver.

### Capitalismo, socialismo, movimento comunista

A evolução nas relações entre os nossos dois partidos é, em si mesma, um acontecimento político significativo. Para nós, comunistas portugueses, é um acontecimento de alto valor nas relações internacionais. Mas o seu significado é mais profundo. Não se trata de uma nova situação isolada na vida de cada um dos nossos dois partidos. É uma nova situação que se enquadra numa evolução mais geral da situação internacional, da vida e do relacionamento dos povos, da vida e do relacionamento dos partidos comunistas.

Não é apenas em Portugal que uma das grandes questões em debate é o sentido da evolução mundial, a definição do que caracteriza fundamentalmente a situação internacional, o discernimento de para onde se encaminha o mundo.

Na vida e nas relações dos Estados, assim como na vida dos povos, um problema maior, geral e comum, dominou a cena mundial nas últimas dezenas de anos: a defesa da paz na era nuclear. Com o potencial destrutivo das armas nucleares e os arsenais existentes, uma nova guerra mundial poderia significar a liquidação da própria vida humana em todo o planeta. A corrida aos armamentos comporta o perigo de conduzir a tal hecatombe. A defesa da paz tornou-se uma causa central de toda a humanidade.

Há razões para nos regozijarmos com os importantes passos dados na defesa da paz: com a atenuação da tensão internacional, com o acordo soviético-americano para a destruição dos mísseis de curto e médio alcance na Europa, com a realização da Conferência de Viena sobre a limitação das armas convencionais, com um novo clima de diálogo, negociação e busca de formas concretas de cooperação nas áreas mais diversas da vida social, com os processos em curso de solução política de conflitos regionais.

Estes progressos da luta pela paz devem-se em larga medida às propostas e às medidas concretas da União Soviética, que indubitavelmente tomou a iniciativa na arena internacional. Devem-se à força e influência dos países socialistas. Devem-se à luta dos povos em defesa da paz, luta na qual os comunistas desempenham papel de relevo.

A luta pela paz, no seu desenvolvimento e nas suas perspectivas, não se pode entretanto desligar da realidade do mundo dos nossos dias, dos traços característicos essenciais da nossa época, dos grandes conflitos que à escala mundial opõem explorados a exploradores, povos subjugados a potentados económicos e a Estados opressores, dos países socialistas onde, embora com processos diferenciados, irregulares e acidentados, se constroem novas sociedades, do imperialismo que conserva a sua natureza exploradora, agressiva e violenta.

Para nós, comunistas portugueses, a época que vivemos tem como traço característico fundamental o termo do domínio hegemónico mundial do capitalismo e uma viragem na socie-

dade humana a partir da revolução russa de Outubro de 1917, a que se seguiram na Europa, na Ásia, na América, novas revoluções socialistas (de que a revolução chinesa é um marco de importância mundial), a derrocada do sistema colonial pela vitoriosa luta libertadora dos povos que meio século atrás ninguém imaginava possível, e revoluções democráticas e nacionais encaminhando os países respectivos para a democracia, o progresso social e a independência nacional.

Nos seus traços essenciais a evolução mundial confirma a visão do mundo dos comunistas, a justeza dos seus objectivos e da sua luta, as razões da sua confiança no futuro.

Os ideólogos e propagandistas do capitalismo, aqueles que se recusam a aceitar que a evolução mundial se dá no sentido da libertação dos trabalhadores e dos povos da exploração, opressão e desigualdades e injustiças sociais, desenvolvem uma campanha intensa em torno de três principais chavões: **primeiro**, que o capitalismo está mostrando com os seus êxitos económicos e tecnológicos ser uma forma de organização social estável e a única capaz de resolver os problemas da humanidade; **segundo**, que a situação existente nos países socialistas mostra a falência do socialismo e o fim do projecto da construção de uma nova sociedade; **terceiro**, que o movimento comunista está em declínio irreversível e que o ideal comunista se revela como uma utopia à qual a História reservará apenas o lugar de um acidente conjuntural e passageiro.

Nós, comunistas portugueses, combatemos firmemente esta campanha ideológica que visa abalar a confiança dos trabalhadores e dos povos na sua própria luta e no seu futuro.

Para os três chavões, três respostas em três pontos. **Primeiro**: Utilizando os êxitos da revolução científico-técnica e as novas tecnologias, o capitalismo conseguiu nos países mais desenvolvidos um desenvolvimento das forças produtivas, em alguns casos espectacular.

Mas o progresso tecnológico só por si não empresta um carácter progressista a uma sociedade. O progresso tecnológico pode servir para intensificar a exploração dos trabalhadores numa sociedade capitalista e pode servir o bem do homem numa sociedade libertada da exploração.

O capitalismo não resolveu entretanto as suas contradições internas, nem resolveu os grandes problemas sociais existentes. O capitalismo continua a assentar o seu desenvolvimento não só na exploração dos trabalhadores nos próprios países desenvolvidos, mas na rapina de recursos e riquezas naturais, na exploração do trabalho, nos monstruosos juros da dívida externa dos países mais atrasados. O capitalismo, na sua etapa do século XX, o imperialismo, mantém a sua natureza exploradora e agressiva, a sua estratégia visando abafar e liquidar os processos revolucionários de transformação social, as suas pretensões de hegemonia mundial. O imperialismo não serve os interesses dos povos. É um sistema historicamente condenado.

**Segundo**: Os países socialistas conhecem dificuldades na construção da nova sociedade, que se revelou mais complexa, contraditória e demorada do que haviam previsto os grandes dirigentes revolucionários. Mas por vezes se esquece que, depois de milénios de sociedades baseadas na exploração do homem pelo homem (escravatura, servidão, proletariado), as revoluções socialistas, pela primeira vez na História, se lançaram à gigantesca e exaltante tarefa de construir uma nova sociedade sem exploradores nem explorados, em que foram eliminadas as injustiças sociais, em que o poder pertence ao povo e em que o povo é o senhor dos seus destinos.

Neste empreendimento exaltante, a vida já mostrou que não há modelos de socialismo, que a cópia mecânica de soluções não conduz ao sucesso, que não há soluções universais, que a diversidade das condições concretas impõem a diversidade das soluções na construção da nova sociedade. Mas as profundas transformações sociais progressistas reali-



PCP

## Intervenção de ALVARO CUNHAL

zadas em todos os países socialistas para bem do ser humano não podem nem devem ser esquecidas nem menosprezadas, quando se abordam dificuldades, atrasos, erros, situações de crise e novas orientações.

Nós, comunistas portugueses, acompanhamos com profundo interesse a situação nos países socialistas. Regozijamo-nos com medidas anunciadas e tomadas para o reforço e o êxito na construção do socialismo. Preocupamo-nos quando se discernem forças hostis ao socialismo e se configura que se abandona a vigilância em relação a elas e se subestimam as suas possibilidades estimuladas do exterior. Mas, em qualquer caso, é fraternal a nossa solidariedade para com os partidos irmãos e para com os povos respectivos.

Nós saudamos pela sua importância para o povo soviético e pela sua importância mundial a perestroika soviética — a renovação do poder dos trabalhadores através dos soviets, o estímulo à intervenção criativa das massas populares na gestão económica e em todas as áreas da vida social, a aceleração do desenvolvimento socioeconómico, o aprofundamento da democracia socialista no Estado, no partido e na sociedade — e desejamos ao Partido Comunista da União Soviética e ao povo soviético pleno êxito na sua realização.

E por intermédio da delegação do Partido Comunista da China, nossa convidada, expressamos ao Partido Comunista da China e ao povo chinês os nossos votos de completo êxito na complexa e gigantesca tarefa da construção do socialismo no seu imenso país de mais de mil milhões de habitantes.

**Terceiro:** Nós, comunistas portugueses, continuamos a considerar que o movimento comunista internacional é a força principal e determinante das grandes transformações sociais no mundo contemporâneo.

Tal como toda a sociedade, também o movimento comunista conhece importantes mudanças. No seu avanço geral através de vitórias históricas, o processo de libertação dos trabalhadores e dos povos desenvolve-se no mundo com grande irregularidade. Partidos comunistas registaram grandes progressos, outros acentuados recuos. Aparecem também novas forças que desempenharam e desempenham papel de vanguarda revolucionária na luta dos povos respectivos e que conduzem processos de transformação social com objectivos em grande parte coincidentes com os objectivos dos comunistas. Na opinião do nosso Partido os novos fenómenos e a nova situação exigem uma reflexão comum sobre os limites, a composição, os laços de cooperação e solidariedade no movimento comunista, que, com evidência são actualmente e serão no futuro diferentes do que eram no passado.

Verificam-se sem dúvida insucessos. Mas verificam-se também factos novos e positivos. Entre eles, é a ocasião de aqui citar, pela sua importância e significado, a normalização das relações do PC da China com a generalidade dos partidos comunistas. Temos expressado a opinião de que virá a ter extrema importância a normalização das relações entre o PC da China e o PC da União Soviética, assim como entre o PC da China e o PC do Vietnã. O positivo desenvolvimento das relações diplomáticas, económicas e culturais entre a União Soviética e a República Popular da China, e a anunciada e próxima visita à China do secretário-geral do PCUS, camarada Gorbachev, permite ter confiança em que os diferendos serão ultrapassados e as relações interpartidárias serão restabelecidas, dando assim uma importante contribuição à cooperação internacional e ao reforço do movimento comunista.

As relações de amizade e cooperação não exigem nem podem exigir uma completa identidade de pontos de vista.

Estamos aqui os representantes do PCP e do PC China, unidos por fraternal e recíproca solidariedade. Isto não significa que haja inteira identidade de pontos de vista em todas as questões. Temos pontos de vista diferentes por exemplo em relação ao Afeganistão e ao Kampuchea, com cujas revoluções e com cujos partidos no governo o PCP é activamente solidário. Temos pontos de vista diferentes no que respeita ao relacionamento com a União Soviética e o Vietnã, em algumas questões internacionais, em algumas questões, ideológicas. Mas aproxima-nos a forma de encarar numerosos aspectos da situação mundial e objectivos fundamentais comuns. Na base da completa franqueza, lealdade, respeito recíproco, os nossos dois partidos estão em completo acordo para estreitar e aprofundar as suas relações de amizade e cooperação. As relações entre os dois partidos não só constituem uma superior expressão da amizade entre o povo português e o povo chinês como constitui uma valiosa contribuição para as relações de amizade e cooperação entre Portugal e a China.

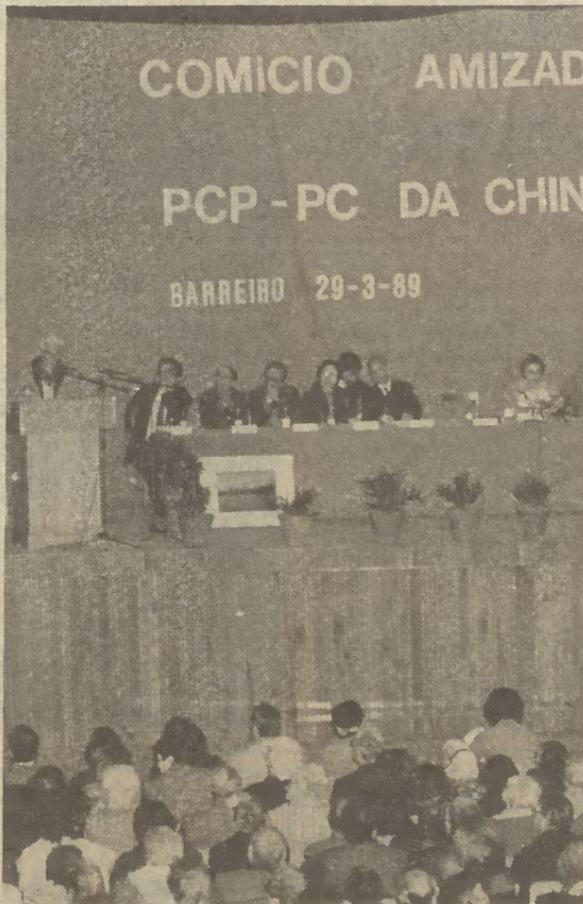
## O Barreiro, testemunho de aspectos fulcrais da situação portuguesa

O facto de este comício de amizade se realizar aqui no Barreiro, oferece aos nossos convidados o testemunho vivo de aspectos fulcrais da situação portuguesa.

De há muitas dezenas de anos, o Barreiro tornou-se um ponto de referência obrigatório na vida nacional. Por duas razões diferentes e contraditórias, ainda que com íntima conexão: como o centro mais significativo do desenvolvimento económico capitalista e da formação do capitalismo monopolista em Portugal; e como grande bastião do movimento operário e da sua vanguarda, o Partido Comunista Português, que nos anos mais duros da luta contra a ditadura teve sempre no Barreiro uma organização forte e combativa profundamente enraizada na classe operária e nas massas populares.

Na situação política actualmente existente é necessário lembrar que a CUF foi um exemplo típico do desenvolvimento e progresso industrial e da acumulação capitalista, do assalto do capital industrial a muitos variados sectores da nossa economia, da apropriação de bancos, da formação do capital financeiro e finalmente da implantação de um grande grupo monopolista dominado por uma família — a família dos Mellos — que fez festa com grande ressonância pública quando a fortuna familiar alcançou o milhão de contos (que na época valiam o que hoje valem dezenas de milhões).

Este processo, fomentado e protegido pela ditadura fascista, de que os Mellos eram sustentáculo e senhores, não foi modelo geral da formação dos grupos monopolistas em Portu-



gal. No caso dos Mellos, a formação do grupo partiu do capital industrial para o capital bancário. No caso dos Espírito Santo, por exemplo, também grandes senhores da ditadura fascista, a formação do grupo monopolista partiu do capital bancário para o capital industrial.

Fomentados, apoiados pela ditadura fascista, que era seu instrumento directo, pelas armas políticas e repressivas, assim se formaram meia dúzia de grandes grupos monopolistas que, associando-se de forma crescente ao imperialismo estrangeiro e explorando de forma crescente os trabalhadores portugueses e os povos das então colónias portuguesas, dominaram os recursos e as alavancas fundamentais da economia nacional e constituíram a grande força económica e social que determinava a política fascista.

A revolução de Abril, pondo termo à ditadura fascista, pôs também termo, com as nacionalizações, ao domínio tirânico dos monopólios e às suas tentativas, em 1974 e 1975, de abafar, estrangular e liquidar a jovem democracia portuguesa em formação.

Pois bem. O Governo PSD de Cavaco Silva (aliás na continuidade da política de governos anteriores) tem como uma das linhas fundamentais da sua acção, a liquidação das nacionalizações e a restauração dos grupos monopolistas e do capitalismo monopolista de Estado.

E, paralelamente, como elemento inseparável da restauração monopolista, a intensificação da exploração dos trabalhadores, os despedimentos, a liquidação de benefícios sociais e essa monstruosidade que só por si classifica a política do Governo que é o pacote laboral.

O grupo dos Mellos está-se reconstituindo. E está em marcha todo um criminoso plano de desmembramento e entrega da Quimigal ao capital privado, a que os Mellos não serão certamente estranhos.

A transformação da Quimigal em sociedade anónima, o encerramento de unidades (Têxteis Lar em Ansião, Agroquímicas em Alverca, Rações no Barreiro), a autonomização de serviços, a forma como está a ser concebido o saneamento financeiro, o recurso a empreitadas e subempreitadas, a redução do pessoal, o abandono da prestação de serviços de apoio social, são passos para a realização de um tal plano.

Camaradas: A nacionalização dos bancos e dos sectores básicos da nossa economia, com a correspondente liquidação dos grupos monopolistas e do seu poder, corresponde inteiramente a necessidades objectivas do desenvolvimento da economia portuguesa para bem de Portugal e do povo português.

O nosso Partido continua a defender firmemente as nacionalizações e insiste em afirmar que, com a integração de Portugal na CEE, um forte Sector Empresarial do Estado abrangendo a banca e os sectores básicos da economia, é essencial não só para o desenvolvimento do país como para a defesa da independência e da soberania nacionais. A privatização de sectores básicos, a consumir-se, conduziria num breve espaço de tempo ao domínio efectivo da economia portuguesa pelas multinacionais e por interesses estrangeiros.

Estamos certos que os trabalhadores e a população do Barreiro têm razões bastantes, pela sua própria experiência, para continuar a luta contra a privatização das empresas públicas, contra as tentativas de desmembramento da Quimigal, em defesa do Sector Empresarial do Estado.

E, paralelamente e inseparavelmente, continuar a luta contra a intensificação da exploração dos trabalhadores e do povo laborioso em geral, contras os despedimentos, contra os tectos salariais, contra o aumento dos preços, contra o aumento das rendas de casa, contra a degradação dos serviços de saúde, contra a degradação do ensino, contra o pacote laboral, essa declaração de guerra a quem trabalha, contra o plano em marcha para liquidar ou subverter outras grandes conquistas da revolução de Abril: a Reforma Agrária, o reconhecimento do direito dos povos aos baldios, o poder local democrático.

E também a luta contra o abuso do poder e a corrupção que avançam como expressões intrínsecas de uma política que afronta a legalidade e as instituições.

Estóira o escândalo Cadilhe e o Governo impede o inquérito. Estóira o escândalo no Ministério da Saúde, o secretário de Estado demite-se, mas a ministra e resto ficam onde estão. E como o Primeiro-Ministro, apesar da evidência dos factos, persiste em apelar de «calúnias» as acusações já públicas, tem de concluir-se que se responsabiliza e tem de ser responsabilizado.

Esta luta continua e continuará e estamos certos de que a

classe operária e o povo do Barreiro estarão à altura das suas tradições.

Ao longo dos anos, antes e depois do 25 de Abril, os trabalhadores e o povo do Barreiro em geral, têm mostrado por um lado rejeitar frontal e corajosamente o domínio do grande capital, e, por outro lado, sentir profundo orgulho e serem merecedores do título de «vila vermelha» pelo qual era conhecida a sua terra.

Creio, camaradas, poder afirmar-se que os comunistas do Barreiro estão firmemente decididos, pela sua actividade, pela sua luta, pela sua ligação profunda à classe operária, às massas populares e à população em geral, a que o Barreiro, agora cidade, continue a ser digna desse título de tradição.

E estamos certos porque o outro ponto de referência obrigatório do Barreiro na vida nacional resulta da força organizada, da combatividade, da influência e da luta da sua classe operária, tanto ao longo dos longos anos de terror fascista na luta contra a exploração, a opressão e a repressão, como após o 25 de Abril nas profundas transformações económicas, sociais e políticas que configuram o regime democrático português. E, nessa luta prolongada, incansável e heróica, a classe operária, os trabalhadores, o povo do Barreiro tiveram sempre como vanguarda revolucionária, reconhecida e incontestável, o Partido Comunista Português.

## O povo português contra a direita e a política democrática necessária

A situação que o País atravessa exige dos trabalhadores, das massas populares, de todos os democratas, uma grande clareza de objectivos e uma firme determinação de luta.

A direita prossegue a sua política antipopular, antidemocrática e antinacional, desenvolve as suas ofensivas contra as conquistas de Abril, prepara a subversão do regime democrático através da revisão da Constituição.

Tem ou não a direita força bastante para levar até ao fim os seus planos? Terá ou não o povo português, terão ou não as forças democráticas, força bastante para se oporem com êxito a esta política, a esta ofensiva?

A direita tem o Governo, tem maioria de deputados na Assembleia da República, tem a gestão autárquica em grande parte do país, tem o controlo do aparelho do Estado, tem a escandalosa manipulação da comunicação social, tem o poder do dinheiro dos grandes capitalistas. Isto significa (e não há que iludir-se a esse respeito) que a direita tem actualmente muito força.

Mas grandiosa movimentação social de protesto, de resistência, de luta, mostra que a direita e o seu governo PSD de Cavaco Silva não têm o apoio popular e que a sua base de apoio social e político se restringe dia a dia. Na perspectiva de desenvolvimento da situação nacional trata-se de um factor decisivo. Porque é o povo, é a sua vontade, é a sua luta quem acaba por decidir do rumo político de um país.

Por muito que procure iludir-se e iludir os portugueses, o próprio Governo sabe bem que os resultados conjunturais das eleições de 19 de Julho de 1987, que lhe deram a maioria, não correspondem mais à arrumação das forças sociais e políticas na actualidade.

No concelho do Barreiro, o PSD obteve 12 402 votos em 19 de Julho de 1987. No dia 18 deste mês, Cavaco Silva visitou o Barreiro. Esperava talvez uma entusiástica recepção dos 12 mil eleitores que nele votaram em 1987. Mas afinal, segundo as notícias de que disponho (e que vós direis se são exactas) as ruas estavam praticamente desertas no percurso da comitiva, no local da recepção não havia também praticamente ninguém antes da hora prevista e à saída do local sucedeu até que o pessoal que ali se juntou, em vez dos esperados aplausos, lhe mostrou de forma significativa que o senhor Primeiro-Ministro, o PSD, o Governo e a sua política encontram e encontrarão no Barreiro firme oposição.

E não é só no Barreiro

Contra a política do Governo PSD de Cavaco Silva, levanta-se uma vaga de luta — em grandes jornadas, em greves, em manifestações, nas mais variadas formas de protesto e reclamação numa das mais amplas movimentações sociais dos últimos anos. E não é apenas a classe operária das grandes empresas industriais, dos transportes e comunicações, mas os trabalhadores dos mais variados sectores laborais, designadamente da Reforema Agrária, da Função Pública e da administração local, os trabalhadores judiciais, os compartos dos baldios, os médicos, os professores, os músicos, os guardas da PSP, a Polícia Judiciária, as mulheres presentes em todas as frentes de luta e os jovens, designadamente os jovens do secundário dando mostra da combatividade, decisão e iniciativa da novíssima geração.

A extraordinária amplitude social da luta de massas é uma clara indicação da amplitude da oposição à direita e ao seu Governo e de que existe uma base social de apoio bastante para uma nova política, uma política democrática, uma política patriótica que dê solução aos gravíssimos problemas existentes.

Os problemas nacionais podem ser resolvidos. A economia portuguesa pode desenvolver-se num ritmo mais apressado e não para riqueza dos grandes capitalistas e com a miséria do povo, mas para bem do povo e do País. As condições de vida podem melhorar acabando com a ostentação desmedida que se multiplica e as inarráveis condições de vida da grande massa da população. As liberdades e direitos e a independência e a soberania nacionais podem ser asseguradas e aprofundadas.

O nosso Partido apresenta ao povo português um programa que indica não apenas as grandes linhas, mas as medidas concretas de uma política democrática que corresponde inteiramente aos interesses do povo português e de Portugal.

A democracia avançada no limiar do século XXI que o PCP propõe ao povo português é um projecto político na realização do qual a grande maioria dos portugueses está vitalmente interessada, mesmo que muitos não tenham ainda disso a consciência.

A democracia avançada no limiar do século XXI que o novo Programa do nosso Partido aprovado no XII Congresso propõe ao povo português é simultaneamente política, econó-

**Intervenção  
de ALVARO CUNHAL**

mica, social e cultural e integra seis componentes ou objectivos fundamentais que o Programa trata desenvolvidamente: um regime de liberdade no qual o povo decida do seu destino; um Estado democrático, representativo, baseado na participação popular, moderno e eficiente; o desenvolvimento económico, assente numa economia mista, moderna e dinâmica, ao serviço do povo e do País; uma política social que garanta a melhoria das condições de vida do povo; uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais; e uma pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

Difundindo o Programa do nosso Partido nós dizemos ao povo português: este é o programa que propomos. Se concordais com ele, lutai com o PCP pela sua realização.

E lutar pela realização do Programa é não só ganhar as massas para apoiarem uma tal proposta e uma tal perspectiva, mas intensificar a luta de massas e a luta institucional, com objectivos concretos e imediatos, contra cada um dos aspectos da política do Governo, em defesa das conquistas de Abril que constituem realidades e valores indispensáveis na sociedade portuguesa e no futuro democrático de Portugal, em defesa do regime democrático ameaçado pela revisão da Constituição que o PSD se prepara para realizar com a colaboração do PS.

O ano de 1989 é um ano que pode ser decisivo para a evolução da política nacional.

É necessário empenhar na luta as nossas forças com confiança em que não só é necessário como é possível, infligir à direita sérias derrotas, e afastá-la finalmente do Governo assegurando uma alternativa democrática.

**O «inimigo principal»  
e a luta pela unidade  
dos democratas**

Em defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo, do País, em defesa do regime democrático e da independência nacional, na luta por uma alternativa democrática, o nosso Partido, sempre com a classe operária e com as massas populares, trava um combate sem tréguas contra as forças de direita, contra o Governo PSD e a sua política contra-revolucionária ao serviço dos grandes capitalistas e dos grandes agrários, contra as forças sociais e políticas que muito justamente consideramos «o inimigo principal». Inimigo principal dos trabalhadores, do povo português, do regime democrático conquistado com a revolução de Abril.

Com tais objectivos empenhamo-nos, com igual determinação, na luta pela unidade dos trabalhadores e na luta pela convergência e unidade de todas as forças democráticas, que consideramos aliados — efectivos uns, potenciais outros.

É quase inconcebível que alguns dirigentes do PS, tentando justificar a recusa pelo seu partido de considerar propostas do PCP para a acção conjunta do PCP e do PS contra a direita, insistam nas acusações de que o PCP considera o PS «o seu inimigo principal».

Tais acusações são tão falsas que pareceria não necessitarem de ser contraditadas. São porém tantas vezes repetidas a um tal nível de responsabilidade e com tanto relevo na comunicação social que não podemos silenciá-las e deixar de comentá-las.

Ninguém de boa fé pode contestar que o combate do PCP, coerente, constante, firme e dedicado contra a política de direita designadamente contra o Governo do PSD de Cavaco Silva, constitui um traço central e marcante da atitude, da intervenção e da actividade do PCP na vida nacional. A direita (o PSD com os grandes capitalistas e os grandes agrários) é o principal inimigo do povo. O PCP, o principal inimigo da direita.

Agora perguntamos nós: poder-se-á dizer o mesmo do PS? Os factos respondem por si. Quantas vezes desde o 25 de Abril o PS se não aliou à direita — ao inimigo principal do nosso povo? Porventura podem ser apagados da história os governos PS/CDS e PS/PSD? Porventura podem ser apagadas da história as múltiplas coligações e acordos do PS com a política de direita contra as grandes conquistas de Abril, desig-

nadamente os direitos dos trabalhadores, as nacionalizações, a Reforma Agrária?

Anos de experiência nacional mostram o grande contraste entre o PCP em luta aberta e indefectível contra a direita — o inimigo principal — e o PS aliando-se com ela.

Precisamente porque consideramos a política de direita, o Governo PSD, os grandes capitalistas e agrários o inimigo principal, o nosso Partido tem lutado e luta persistentemente pela convergência e unidade das forças democráticas e, com tal orientação, tem insistentemente proposto ao PS — quantas vezes? vezes sem fim — uma acção concertada contra a direita, contra o Governo de direita, contra a política de direita, contra a ofensiva antipopular, antidemocrática e antinacional que as forças de direita conduzem.

Agora perguntamos nós: poder-se-á dizer o mesmo do PS? Os factos respondem por si.

Nós estendemos-lhe a mão para uma luta conjunta contra o inimigo principal, e o PS recusa a nossa mão amiga de democratas e aperta a mão do PSD, do inimigo principal do nosso povo, para acordos contra os trabalhadores, contra as conquistas de Abril, contra o regime democrático. Os acordos do PS com o PSD para a revisão da Constituição, acordos contra os quais se levantam vozes indignadas no próprio PS, são esclarecedores dessa colaboração.

Nós estendemos a mão ao PS para nas próximas eleições autárquicas correr com Abecasis da Câmara de Lisboa, para correr com a direita da direcção de municípios onde os democratas em conjunto têm a maioria.

E qual é a atitude do PS? Nós estendemos-lhe a mão para em conjunto derrotarmos o inimigo principal, para derrotarmos a direita nas eleições autárquicas em numerosos municípios onde comunistas e socialistas têm a maioria. E o PS recusa a nossa mão amiga de democratas e estendendo a mão à direita desde já anuncia novas coligações com o PSD em Setúbal, V. R. de St.º António, Montijo, a que se seguirão, com tal orientação, outros conluíus com a direita e desistência recíprocas em alguns casos com o objectivo expresso de substituir a gestão democrática do PCP e da CDU por uma nova gestão do PS conluída com a direita.

Glosando as palavras de certos dirigentes do PS, poder-se-á dizer que enquanto para o PCP os aliados com que procura unir as suas forças são todos os partidos democráticos, incluindo o PS, para o combate contra o inimigo principal que é a direita, que na conjuntura actual é o PSD, o seu governo e a sua maioria na Assembleia da República, para o PS os aliados são o PSD e o seu governo, no combate contra as conquistas democráticas do nosso povo e a acção política é desenvolvida como se considerassem o PCP o seu principal inimigo.

Que os trabalhadores, os democratas, os portuguesas façam o seu juízo desta diferença.

Uma alternativa democrática à política de direita exige a unidade dos democratas. Nós lutamos por ela. Não pode pretender constituir sozinho uma alternativa, um partido que recusa unir os seus esforços aos dos outros democratas e se alia intimamente à direita em aspectos fundamentais da política desta.

O PS agora já não defende o pluralismo político, mas o bipartidarismo, com a estulta pretensão não só de hegemonizar como de monopolizar o campo democrático, apagando praticamente o PCP da vida política, pretensão esta que já conduziu o PS a sérios insucessos e que está naturalmente condenada ao fracasso.

Houve esperanças que o último Congresso do PS corrigisse o seu rumo de aliança com a direita, rectificasse designadamente os seus acordos com o PSD para a revisão da Constituição. Isso não sucedeu. Os trabalhadores, os democratas, os eleitores, devem tirar daí as ilações necessárias.

O PS sozinho nunca foi nem é uma alternativa democrática. O «voto útil» dos democratas no PS acabaria por ser o voto na aliança com a direita.

A vida cada vez com maior clareza mostra que o PCP é uma força essencial para uma alternativa democrática que, no quadro partidário nacional, sem o PCP não há alternativa democrática possível, que o reforço orgânico, político e eleitoral do PCP (no quadro da CDU) e da sua influência de

massas é uma condição indispensável para que uma alternativa democrática se concretize.

**Reforço e acção do Partido**

Temos na nossa frente grandes lutas da classe operária e de vastíssimos sectores sociais.

O nosso Partido tem uma responsabilidade política singular da dinamização da movimentação social.

Tendo em conta e respeitando a iniciativa, a autonomia e o papel dirigente das organizações sindicais e outras organizações sociais, todas as organizações do Partido têm de se empenhar a fundo na organização e dinamização das lutas de massas — direcção fundamental da nossa actividade.

Temos na nossa frente batalhas igualmente duras ao nível das instituições, designadamente na Assembleia da República, através do nosso competente e dinâmico Grupo Parlamentar; no Parlamento Europeu através dos nossos três competentes e activos deputados; nas autarquias, através dos nossos eleitos que com os outros democratas nossos aliados distinguem a gestão CDU pelo trabalho, honestidade e competência; e em todos os organismos e instituições em cujo trabalho participam os comunistas.

E temos também na nossa frente, no ano corrente, duas importantes eleições: para o Parlamento Europeu em 18 de Junho e para as autarquias em fins do ano.

Não podemos perder tempo.

A nossa campanha para o Parlamento Europeu deve fundar-se numa certeza: que ninguém melhor que os deputados do PCP defenda no Parlamento Europeu os interesses de Portugal e dos portugueses — da nossa economia em geral, da nossa agricultura, da nossa indústria, dos nossos trabalhadores, da nossa independência nacional. Ninguém melhor que eles actua para que venham fundos da CEE mas venham, não para encher os bolsos de alguns, mas para resolver realmente problemas do povo português e de Portugal.

A nossa campanha para as Autarquias deve também fundar-se numa certeza: que os eleitos do PCP, tanto quando estão em maioria, como quando estão em minoria, são aqueles que ao serviço das populações e estreitamente ligados a elas, têm mostrado não apenas vontade e dedicação mas capacidade para resolver muitos dos mais graves problemas no âmbito do poder local.

Temos de trabalhar desde já, tanto para umas eleições como para outras, para assegurar sólidos resultados da CDU.

Estou certo e creio haver motivos bastantes para todos estarmos certos de que numas e noutras eleições o Barreiro confirmará o apoio maioritário que sempre tem dado à CDU.

Uma tarefa de que todas as outras são inseparáveis é o reforço interno do Partido, do trabalho de direcção a todos os níveis, da organização, da informação e propaganda, do trabalho ideológico, e também da unidade do Partido que saiu reforçada do nosso XII Congresso e que constitui um factor essencial da nossa actividade, da nossa capacidade de intervenção na vida nacional, da força e do futuro do nosso Partido.

Estou certo e creio haver motivos bastantes para todos estarmos certos de que, em todas as tarefas colocadas ao Partido, os comunistas do Barreiro confirmarão as gloriosas tradições do Partido nesta terra.

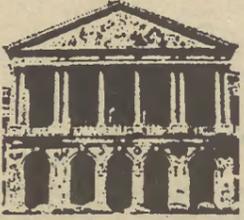
Para terminar:

Expressando uma vez mais a alegria de termos connosco, neste comício de amizade, a delegação do Partido Comunista da China, pedimos aos nossos camaradas que transmitam ao seu Partido a solidariedade fraternal do Partido Comunista Português e votos de grandes êxitos e vitórias. E que digam, da nossa parte, que em Portugal, com o Partido e com o povo, na defesa da democracia, do progresso social, da independência e da paz, a luta continua.

- Viva a amizade do PCP e do PCC!
- Viva a amizade do povo português e do povo da China!
- Viva o internacionalismo proletário!
- Viva o Partido Comunista Português!



## Assembleia da República



### Ilegalidades no Ministério da Saúde

O deputado do PCP **Fernando Gomes** apresentou no plenário da Assembleia da República na terça-feira passada uma importante declaração política denunciando as ilegalidades e irregularidades cometidas pela equipa do Ministério da Saúde e que estão a ser objecto de um inquérito da Inspeção Geral de Finanças, tendo desafiado o Primeiro-Ministro a ir à Assembleia da República para a abertura de um debate sobre esta matéria e exigindo, ainda, que seja enviado à Assembleia da República o inquérito da Inspeção Geral de Finanças sobre esta matéria. Foi também votado na especialidade o Projecto de Lei n.º 245/V (do PSD), que garante aos presidentes de Junta de Freguesia, em certos casos, a possibilidade do exercício do mandato em regime de permanência. O PCP — que entretanto apresentara um importante conjunto de alterações ao diploma — absteve-se na votação final sublinhando o carácter limitado da proposta do PSD, pois só abrange 44 Freguesias, quando a proposta comunista iria beneficiar o trabalho autárquico em mais de 1000 Freguesias. Mas não foi apenas nesta questão que o Grupo Parlamentar do PCP avançou propostas importantes, na reunião plenária da passada terça-feira. Nas ratificações do Decreto-Lei n.º 497/88, de 30 de Dezembro, que estabelece o Regime de Férias, Faltas e Licenças dos Funcionários e Agentes da Administração Pública, o Grupo Comunista apresentou um conjunto de propostas de alteração visando a defesa dos interesses dos trabalhadores, o que (mais uma vez) não mereceu acolhimento da maioria parlamentar do PSD, talvez demasiado asoberbada pela tarefa de iludir inquéritos às alegadas irregularidades e ilegalidades do seu Governo, para querer prestar atenção a algo tão pouco relevante como os interesses dos trabalhadores...

## Moralização de cargos políticos

# Escândalo com Ministério da Saúde confirma necessidade de legislação

No próprio dia em que Leonor Beleza tentava em conferência de imprensa lançar uma cortina de fumo sobre factos e responsabilidades que afectam o Ministério da Saúde, foi ainda este escândalo a polarizar as atenções no plenário da Assembleia da República.

Discutiam-se vários projectos sobre incompatibilidades

dos deputados e membros do Governo quando o assunto foi chamado à colação. O primeiro a fazê-lo foi o deputado socialista Alberto Martins para quem este caso é revelador de uma «acção governativa que consiste não em clarificar mas ocultar a verdade, subvertendo seriamente uma exigência fundamental do Estado democrático, que

é a de transparência e verdade».

No mesmo sentido se pronunciou o deputado comunista Jorge Lemos ao acentuar, nomeadamente numa alusão às declarações da ministra, que «não é tentando fugir ao apuramento da verdade, silenciando casos concretos, imputando a outras responsabilidades que não se querem

assumir, que se podem esclarecer os factos».

Com este caso a concitar o interesse da opinião pública, o debate em torno dos projectos em apreço adquiriu assim uma redobrada oportunidade, circunstância evidenciada pelo deputado comunista quando lembrou que alguns factos recentes vieram confirmar a necessidade de adoptar medidas que, de um ponto de vista legal, «permitam pôr cobro à actuação daqueles que da titularidade de cargos políticos têm a noção de auto-serviço e autobenefício e não da função de interesse público».

Ora foi justamente esta preocupação de contribuir para a dignificação do exercício do mandato dos titulares de cargos políticos que norteou os deputados comunistas na elaboração do seu projecto, nele preconizando medidas que garantam a «moralização do exercício dos cargos, a transparência da inter-

venção e a garantia da independência face aos poderes económicos».

Assim se compreende, pois, a tipificação feita no projecto de lei do PCP quanto a um regime de incompatibilidades para o exercício do mandato de deputado, com isso visando «assegurar que ele não venha a estar sujeito a quaisquer pressões de carácter económico ou laboral».

Esta é, aliás, uma preocupação que perpassa todos os projectos da oposição submetidos à discussão, quer quanto ao exercício do mandato de deputados quer quanto aos membros do Governo, defendendo-se em todos eles soluções que visam, em última instância, «moralizar, dar transparência e impedir abusos no exercício do mandato dos titulares de cargos políticos».

Os projectos (do PS, PSD, PCP e PRD) foram todos aprovados na generalidade sem que se tivesse registado votos contra.

## Contrabando legislativo

A publicação no Diário da República do decreto-lei que introduz alterações à Lei da negociação da contratação colectiva foi considerada na última semana uma manobra de antecipação do Governo destinada a desvalorizar mais uma iniciativa positiva da oposição, no caso um projecto de lei da autoria do PS sobre aquela matéria.

Jerónimo de Sousa chegou mesmo a apelar a jogada governamental de «contrabando legislativo», acusação que justificou pelo facto do Executivo ter mandado publicar no Diário da República o referido decreto, depois da marcação feita pelo PS.

Para este partido, que pela voz de Elisa Damião criticou a prática intervencionista do «Governo», tratava-se sobretudo, com esta iniciativa legislativa que a maioria acabou por chumbar, não de

efectuar a «reformulação total do sistema da resolução de conflitos emergentes da negociação colectiva», mas, tão somente, de «restituir as condições mínimas e constitucionalmente garantidas, no respeito pelas normas internacionais aplicáveis, no exercício da liberdade sindical e da livre contratualização entre as partes».

Analisando o conteúdo do projecto socialista, Jerónimo de Sousa reconheceu-lhe «mérito» no seu objectivo imediato de eliminar «algumas restrições actualmente existentes ao direito de contratação colectiva», mas considerou-o «tímido» quando deixa em branco uma questão que reputou de central, concretamente, a «proibição genérica e absoluta de os instrumentos de regulamentação colectiva contrariarem normas legais imperativas».

Quanto ao decreto gover-

namental, o deputado comunista chamou a atenção para o facto de ele colocar uma questão constitucional habitualmente desrespeitada pelo Governo — a subtracção à Assembleia da República de matérias da sua reservada competência — para lá de introduzir também uma «questão de ética política», evidenciadora do desprezo do Executivo pelo papel da Oposição, postura que atinge «por tabela a própria Assembleia da República».

No que diz respeito às soluções adoptadas no seu articulado, ainda segundo Jerónimo de Sousa, o decreto governamental «mantém todas as limitações e obstáculos ao exercício do direito de contratação constitucionalmente reconhecido às associações sindicais», ao arripio das reivindicações e sugestões das organizações de trabalhadores.

## Recursos geológicos

# Urge aproveitar esta riqueza

A existência no nosso País de riquezas minerais de grande valor económico que podem constituir uma das bases que possibilitem o desenvolvimento independente e sustentado da economia portuguesa voltou a ser comprovada na passada semana na Assembleia da República.

O debate realizado em torno do aproveitamento dos nossos recursos geológicos e do uso do subsolo assim o demonstrou, trazendo uma vez mais para primeiro plano as potencialidades existentes em Portugal. Potencialidades que desmentem quantos afirmam sermos pobres em recursos naturais.

Pela sua importância económica e estratégica e pela sua dimensão e alto nível de qualidade das reservas, como referiu no debate lida Figueiredo, bastará apenas citar as pirites (incluindo o cobre, zinco, chumbo, ouro e prata), o tungsténio, o ferro, o urânio e o estanho.

Do que se trata, pois, é do aproveitamento e defesa destes importantes recursos geo-

lógicos, designadamente a sua prospecção, pesquisa e exploração.

Ora foi justamente a pensar nesta questão que os parlamentares comunistas apresentaram o seu projecto de lei que partindo da «necessidade de aprofundamento das infra-estruturas geológicas dos jazigos já evidenciados», procura contribuir para a criação de um «verdadeiro plano mineiro de médio e longo prazo» que se articule com «planos económicos globais».

Este um dos aspectos centrais para o qual lida Figueiredo chamou a atenção da Câmara, pondo em relevo nomeadamente o papel «destacado e dirigente» que nesta missão cabe ao Estado, como garante da salvaguarda dos interesses nacionais, por forma a impedir que Portugal se transforme «num mero fornecedor de matérias-primas, de baixo valor acrescentado para os países industrializados, ou que fique na total dependência da estratégia das multinacionais».

Seria de esperar, neste contexto, até neste contexto, até pela importância de que esta matéria se reveste para o desenvolvimento do País, que o Governo promovesse um debate visando acolher os contributos dos partidos com assento parlamentar, a partir das suas diferentes propostas. Assim não sucedeu, optando o Executivo uma vez mais por um pedido de autorização legislativa, figura que é useiro e vezeiro em utilizar, numa atitude reveladora de que não quer reconhecer as boas iniciativas dos partidos da oposição.

Com efeito, ao rejeitar, isolado, o projecto de lei do PCP, a maioria revelou de novo o seu sectarismo político, evidenciando simultaneamente o seu menosprezo pelo trabalho da Assembleia da República, mesmo quando esta tem uma base material objectiva, como reconheceram todos os outros partidos que votaram favoravelmente a iniciativa legislativa da bancada comunista.

## A pobreza vista da Quinta da Marinha

Apesar da conjuntura externa económica extremamente favorável registada nos últimos três anos, a pobreza no nosso País não só se manteve como até conheceu neste mesmo período um novo agravamento. Esta, a acusação dirigida ao Governo pela deputada comunista Apolónia Teixeira, fundamentada por indicadores que deu a conhecer de um estudo recentemente publicado.

Estava-se numa sessão de perguntas ao Executivo e a principal razão apontada pela parlamentar do PCP para este quadro tem a ver, do seu ponto de vista, com o modelo de crescimento económico adoptado, um «modelo inspirado na Quinta da Marinha» em que «o luxo cada vez mais tranquilo promove a miséria mais agreste».

De acordo com o referido estudo realizado junto das populações empobrecidas a viver em espaços urbanos degradados de Lisboa, Porto e Setúbal, realizado por uma equipa coordenada pela dra. Manuela Silva, 62 por cento dos inquiridos referem sempre ter sido pobres, apenas 4 por cento revela já ter estado pior, enquanto que 34 por cento afirma mesmo já ter estado melhor.

Mas o que é mais significativo é que este agravamento da situação ocorre precisamente quando estão em curso, desde há dois, os programas de combate à pobreza, parte deles apoiados pela Comunidade Europeia.

Foi com natural curiosidade que Apolónia Teixeira quis saber, pois, quais as medidas relevantes adoptadas pelo Governo bem como algumas das suas acções concretas e, bem assim, qual a metodologia a participação que este pensa seguir relativamente a uma nova acção de luta contra a pobreza a empreender pela CEE. Em suma, tratava-se de saber qual a política levada a cabo pelo Executivo no sentido de promover um combate eficaz à pobreza em Portugal.

Conhecida a resposta do ministro do Emprego e Segurança Social, ficou-se a saber que numa única coisa a sua opinião parece coincidir com a da deputada do PCP: o reconhecimento do fenómeno da pobreza, por ele considerado um «fenómeno complexo e profundo».

Quanto ao resto, entre evasivas às questões concretas que lhe haviam sido colocadas, foi o enaltecer das «virtudes» governativas, dos seus 20 programas de combate ao desemprego, dos milhões de contos que o Governo, disse o ministro! tem afectado para a Segurança Social.

O que, afinal, ficou por explicar, e foi pena, é como é que com tantos programas e com tantos milhões de contos, mesmo assim, o fenómeno da pobreza tenha conhecido um significativo agravamento no País, como o comprova o citado estudo e o reafirmam personalidades e organizações de diversos quadrantes, incluindo da Igreja Católica.

PCP

## Nota da Comissão Política

# Profundo descrédito do Governo falência da política económica e sucessivos escândalos

A Comissão Política do Comité Central do PCP analisou os acontecimentos mais relevantes da situação política e social, considerando que se mantêm os traços fundamentais sublinhados no documento da recente reunião do Comité Central.

A Comissão Política considerou de particular importância chamar a atenção para os seguintes factos e aspectos:

1. Assume particular relevo a profundidade do descrédito do Governo em resultado da falência da sua política económica e dos sucessivos escândalos que atingem altos responsáveis governamentais e envolvem a directa responsabilidade do Primeiro-Ministro.

2. A aceleração da inflação, o agravamento dos défices externos, o aumento das taxas de juro, os cortes de crédito, com graves incidências na habitação e nas pequenas e médias empresas, mostram a falência da política do Governo.

Como facto novo, grave e preocupante da situação sublinhamos o défice da Balança de Transacções Correntes que o Governo dizia que tinha sido positiva em 1988 e que afinal é deficitária em mais de 400 milhões de dólares.

Mais uma vez, como se viu nas recentes medidas de corte de crédito que hoje entram em vigor, o Governo procura que, no fundamental, sejam as camadas mais desfavorecidas a pagar a factura das consequências da sua política.

3. O início do processo de privatizações (UNICER) levanta igualmente fundadas suspeitas e interrogações que exigem a vigilância dos trabalhadores e dos democratas.

4. A recente atribuição das frequências de rádio — em parte substancial atribuídas a apaniguados do PSD — confirmam critérios eivados de clientelismo e de favoritismo político-partidário.

5. No seguimento do caso Cadilhe, a amplitude do escândalo que agora envolve o Ministério da Saúde comprova a fundamentação das posições PCP, quando, há um ano, através do Grupo Parlamentar, propôs um inquérito parlamentar sobre as relações entre o Ministério da Saúde e empresas privadas ligadas à instalação e funcionamento de um hospital de Lisboa. O PSD e a Ministra recusaram o inquérito. Só a pedido da Ordem dos Médicos foi iniciado pela Procuradoria Geral da República um processo de averiguações.

O escândalo e as suspeições envolvem aspectos muito vastos que o PCP em tempo denunciou: o projecto de alienação do Hospital Júlio de Matos, o pagamento de projectos de urbanização, o estranho protocolo de acordo

com a Associação Nacional de Farmácias, a adjudicação do Hospital de Matosinhos, a dança de elementos entre o Ministério da Saúde e as empresas privadas...

Mas o escândalo abrange e envolve a cobertura que à ministra está a ser dada por Cavaco Silva, inclusive quando afirmou que foi o Governo quem tomou a iniciativa de mandar o inquérito ao Procurador Geral da República quando, como este tornou público, foi este que o pediu...

6. A Comissão Política considera que constitui também uma importante derrota da direita a declaração de inconstitucionalidade de 10 das normas da proposta de lei aprovada pelo PSD e pelo CDS e que visava liquidar a Lei dos Baldios. É uma grande vitória dos povos serranos e confirma a razão do PCP ao opor-se firmemente ao projecto do PSD como inconstitucional e atentatório dos direitos dos compartes dos baldios.

7. A Comissão Política considera que uma eventual e inevitável remodelação do Governo, substituindo alguns ministros ou secretários de Estado mais atingidos, não significará nenhuma alteração política de fundo, mas apenas a tentativa de reganhar prestígio e espaço político de manobra, perante o crescendo de luta e de descontentamento popular.

8. A Comissão Política considerou menos conforme com a necessidade da independência político-partidária das Forças Armadas a designação do general Soares Carneiro para o cargo de CEMGFA, pela sua actuação passada e pelas posições assumidas nas eleições presidenciais a que se candidatou.

9. A revisão da Constituição, a concretizar-se o acordo e as propostas conjuntas PSD/PS, desferirá golpes sérios em aspectos fundamentais do regime democrático. É lamentável e significativo que o PS pretenda agora levar a Assembleia da República a adoptar um ritmo de trabalho frenético, que facilite a fuga às responsabilidades, dificulte o debate responsável das propostas e contenha o prosseguimento e alargamento da indispensável intervenção popular.

A Comissão Política considera positivo o alargamento do movimento de opinião contrário a uma revisão desfiguradora do regime.

10. A Comissão Política insiste na importância do entendimento e da convergência das forças democráticas para bater a direita e abrir caminho a uma política e a um governo alternativos. Por isso mesmo, a Comissão Política lamenta as persistentes alianças do PS com o PSD, bem reveladas nos aspectos essenciais do acordo de revisão

da Constituição e nas alianças autárquicas.

11. A Comissão Política considera também que não favorecem a convergência dos democratas, teses e posições hegemónicas que não têm em conta as diversidades ideológicas e de classe dentro do campo democrático e que intentam reduzi-lo a um «partido único», em palavras de esquerda, de facto aliado à direita em aspectos essenciais da política nacional.

12. A Comissão Política manifesta a sua surpresa e lamenta os recentes acordos entre o PRD e o PS, no preciso momento em que o PS aprofunda os seus acordos com o PSD em matéria de revisão e de alianças para eleições autárquicas. Com tal atitude, o PRD dá significativa contribuição para o reforço das teses «hegemónicas» e

«bipolarizantes» do PS, teses que a vida demonstrou serem incompatíveis com uma oposição coerente à política de direita e com a construção de uma alternativa democrática.

13. Neste quadro, a alternativa ao PSD e ao seu Governo, passa fundamentalmente pelo reforço do PCP e o alargamento da CDU. É o PCP o grande partido da esquerda portuguesa que, pelo seu Programa e pela sua actuação consequente, se assume como verdadeira alternativa à direita, com propostas assentes na unidade para bater a direita e defender as principais conquistas de Abril.

14. A Comissão Política apela à participação de todos os militantes nas comemorações do 15.º aniversário do 25 de Abril, contribuindo para transformar as comemorações numa grande jornada em defesa da democracia e



do regime democrático consagrado na Constituição portuguesa.

15. A Comissão Política saúda as comemorações do 1.º de Maio que, inserindo-se nas lutas de massas travadas pelos trabalhadores portugueses, constituirão seguramente uma grande jornada de unidade e de luta contra a política governamental e em defe-

sa das conquistas de Abril.

16. A Comissão Política analisou as próximas eleições para o Parlamento Europeu e, tendo em conta acordos estabelecidos com «Os Verdes» e a ID, finalizou a proposta de lista a discutir ainda no quadro da CDU.

Lisboa, 3 de Abril de 1989

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

## CDU apresenta candidatos ao PE no sábado

O Conselho Consultivo Nacional da CDU reúne-se no próximo sábado, dia 8, às 14.30, no Hotel Sheraton, em Lisboa, promovendo ao fim da tarde uma sessão pública para apresentação da lista dos seus candidatos ao Parlamento Europeu.

O anúncio foi feito ontem, no decorrer de uma conferência de imprensa realizada na Casa do Alentejo, onde, para além da divulgação da formação do referido Conselho, foi dado a conhecer um vasto conjunto de iniciativas programadas pela CDU no âmbito da sua intervenção no período pré-eleitoral.

Essas iniciativas, que visam o debate das grandes questões nacionais relacionadas com a integração na CEE, terão a participação dos dirigentes nacionais das forças políticas que integram a CDU, bem como dos candidatos e de numerosos especialistas dos temas a abordar.

Assim, a partir de meados deste mês, a CDU vai desen-

volver uma intensa actividade a nível nacional para divulgação das suas propostas nas questões relacionadas com a integração europeia. Dos temas já agendados destaca-se: «a indústria portuguesa face à CEE»; «regionalização e desenvolvimento regional»; «pescas»; «agricultura»; «os problemas e aspirações das mulheres e a integração na CEE»; «os direitos dos trabalhadores»; «juventude e Fundo Social Europeu»; «as propostas da CDU para enfrentar o Mercado Único»; «defesa do meio ambiente»; «património»; «identidade cultural e diálogo das culturas».

No âmbito destas iniciativas está igualmente prevista uma acção conjunta dos Partidos Comunistas representados no Parlamento Europeu.

A calendarização das actividades, bem como a divulgação da composição do Conselho Consultivo Nacional da CDU, serão oportunamente publicados pelo «Avante!».

## PCP comenta escândalos na Saúde e na RTP

O gabinete de imprensa do PCP divulgou no final da semana passada uma nota comentando as declarações de Leonor Beza na conferência de imprensa que a ministra da Saúde deu no dia 30 de Março; informou ainda que o Partido protestou formalmente junto da RTP contra o silenciamento de actividades do PCP e da CDU na informação televisiva.

As declarações da ministra da Saúde constituíram, fundamentalmente, uma tentativa de lançar uma cortina de fumo sobre factos, comportamentos e responsabilidades de ostensiva gravidade e que continua a ser imperioso apurar em toda a sua extensão.

Constituiu um mero passe de magia que a ministra da Saúde se tenha pretendido apresentar como uma campeã da defesa do interesse público dos cidadãos e como

uma inocente vítima de poderosos interesses financeiros que se movem na área da saúde.

Cada dia que passa mais não faz do que avolumar a injusteza da exigência democrática da pronta divulgação dos documentos oficiais relativos a este caso, bem como da plena utilização de todos os meios institucionais — designadamente o inquérito parlamentar — adequados ao total apuramento da verdade e

a uma firme determinação de responsabilidades.

Em carta dirigida na passada sexta-feira ao director de Informação da RTP, o PCP apresentou protesto contra «os critérios discriminatórios usados pela informação da RTP em relação a actividades, iniciativas e tomadas de posição do PCP e da CDU.»

O PCP cita designadamente «cinco exemplos recentes de silenciamento pela RTP de iniciativas do PCP e da CDU de inegável relevância, tanto no plano político, como no plano informativo»: o seminário promovido pela CDU sobre os problemas da Área Metropolitana de Lisboa (14/2), as jornadas de reflexão da CDU sobre a cidade de Lisboa (25 e 26/2), a conferência de im-

pressão do PCP sobre a revisão constitucional (6/3), o Encontro Nacional da CDU sobre a sexta-feira ao director de Informação da RTP, o PCP apresentou protesto contra «os critérios discriminatórios usados pela informação da RTP em relação a actividades, iniciativas e tomadas de posição do PCP e da CDU.»

O PCP salienta que «estes factos têm de ser conjugados com a circunstância de a RTP não só ter vindo entretanto a dar cobertura a iniciativas de outros partidos de importância similar — e em muitos casos menor — às que omite do PCP, como prosseguir nos seus principais serviços noticiosos uma linha de notório empolamento das actividades e tomadas de posição do governo e dos seus membros».

## Nacional

## Câmara de Coimbra

## Fraudes no licenciamento de obras particulares

As «fraudes comprovadas, ainda sem identificação dos responsáveis, nos serviços da Câmara Municipal de Coimbra que, tutelam o licenciamento de obras particulares», foram objecto de análise pela Coordenadora da Coligação Democrática Unitária, CDU, do Concelho.

O facto deste problema «se arrastar sem ainda se ter encontrado uma solução que leve à punição dos infractores», levam a CDU a convidar o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, que tem vereadores no pelouro respectivo, para, em conjunto, ser encontrada a via que melhor defenda os interesses dos munícipes e os

funcionários municipais não envolvidos.

A CDU lamenta ainda que a última reestruturação orgânica dos serviços da Câmara de Coimbra não tenha sido completada com a reestruturação funcional prevista, com recurso a meios informáticos, o que poderia ter evitado muitos dos factos reprováveis ultimamente vindos a público, como os relativos ao pagamento de contrapartidas.

Embora sem qualquer responsabilidade directa no pelouro que dirige os serviços de obras particulares, a CDU afirma mais uma vez «a sua disponibilidade para cooperar com os restantes eleitos no executivo municipal, como a gravidade da situação exige,

tanto mais que não foi ainda dado andamento à sua proposta, aprovada por unanimidade, no sentido de serem analisados todos os pareceres de obras particulares em que estavam previstos pagamentos de indemnizações a favor do erário municipal».

## Freguesia de Lamas

Entretanto as carências da população da Freguesia de Lamas, no Concelho de Miranda do Corvo, foram também objecto de comunicado da CDU, onde são referidas as áreas mais afectadas, nomeadamente no saneamento e no abastecimento de água ao domicílio com enormes atrasos, a degradação da es-

trada nacional 342 que liga Lamas a Miranda do Corvo e Lamas à bifurcação Coimbra/Condeixa, bem como de ruas e caminhos. Referenciase também a falta de condições do infantário que, instalado no agrário de Lamas, continua a não reunir as condições mínimas requeridas.

A CDU de Lamas denuncia ainda a passividade e incompetência da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, o autêntico abandono a que votou esta população.

Considera que a presente situação só se alterará com a participação de elementos seus na Assembleia de Freguesia de Lamas e na Câmara Municipal de Miranda do Corvo.

## O Porto comemora Abril

«Na prática do diálogo, no respeito pela diferença, lutar por Abril, em unidade, na defesa da Constituição», é o espírito do Apelo lançado pelas Associações Culturais do Porto, na passada semana, que uma vez mais, «com confiança, determinação e alegria» tomaram nas suas mãos a iniciativa de realizar na baixa da cidade as Comemorações Populares do 25 de Abril. Associação de Jornalistas e Homens de Letras, Comediantes, Cooperativa Árvore, Coral de Letras, Cine Clube do Porto, Federação das Colectividades do Distrito do Porto, Pé de Vento, Seiva Trupe, Fitei, TEP/Teatro Experimental do Porto e Unicepe — os subscritores e impulsionadores do conjunto de actividades que irão animar a Baixa do Porto nos dias 24 de Abril (a Passagem de Ano da Liberdade) e no próprio dia 25.

Entretanto, realizou-se no passado dia 28, na sede do Cine Clube do Porto, uma reunião de democratas de diferentes sensibilidades que «decidiram exprimir desde já o seu apoio à Comissão Organizadora das Comemorações Populares do 25 de Abril na Baixa do Porto e iniciaram a apreciação de um texto no mesmo sentido, a subscrever por cidadãos de diferentes correntes democráticas». A reunião foi convocada, segundo refere uma nota distribuída aos órgãos de comunicação social, por iniciativa de alguns signatários de idêntico documento que, a exemplo de anos anteriores, foi dirigido no ano passado à população do distrito do Porto.

## Ilegalidades no Montijo

A Comissão Concelhia do Montijo publicou, no passado dia 1 do corrente, um comunicado sobre as ilegalidades que estão a verificar-se naquele concelho do distrito de Setúbal, gerido pela coligação PS/PSD. O comunicado começa por lembrar o editorial do «Avante!» da semana passada, no qual comentam os casos políticos de Cadilhe e Beleza, cujo aprofundamento «demonstrará à evidência que a degradação moral não é um fenómeno fortuito que afecta apenas sectores parcelares de tal ou tal departamento de Estado, de tal ou tal secretário de Estado, de tal ou tal ministro, mas o Governo PSD/Cavaco Silva no seu conjunto, do seu projecto restauracionista do poder dos monopólios, da natureza contra-revolucionária dos seus planos, do seu projecto, da sua prática política».

Ressalvando as distâncias — diz o comunicado da concelhia do PCP —, no Montijo, por aquilo que na opinião pública se conhece e comenta acerca dos complexos das piscinas, estamos perante o reflexo a nível local do carácter exactamente não fortuito daquele fenómeno.

Está em causa a falta de transparência do processo de adjudicação de empreitadas a uma empresa local, ao que se soma o facto de obras arrancarem sem o parecer da Assembleia Municipal (eleita pelo povo) e do Tribunal de Contas.

Nesta matéria, o PCP e a CDU têm, antes de tudo, de recordar a sua postura quanto à localização do complexo em causa, logo na altura sobejamente contestado por largos sectores populacionais.

Denunciando a escolha do

local como pelo menos precipitada, os eleitos comunistas na Câmara e o PCP fora da Câmara afirmaram que «o assunto deveria ter dado lugar a uma ampla troca de ideias (...) merecendo o maior cuidado técnico, pois da melhor ou pior decisão resultaria respectivamente benefício ou prejuízo para a população montijense» (acta camarária).

Passados dois anos, a posição do PCP serve para identificar uma outra vertente do fenómeno já citado: com novas eleições à vista, mentores da coligação PS/PSD e a coligação PS/PSD mantêm pressa na(s) corrida(s), porque razões bastantes há para que, mesmo com obras de vulto com as quais possam fazer propaganda demagógica, receiam a punição eleitoral de Dezembro próximo.

## Colóquio em Évora, com Angra presente

## Património mundial é tarefa nacional

No âmbito da visita de uma delegação de Angra do Heroísmo a Évora, cidades geminadas em Dezembro último, a Câmara Municipal, em colaboração com o Núcleo de Arquitectos da Região de Évora vai promover, no próximo dia 8 de Abril, um colóquio no palácio de D. Manuel subordinado ao tema «Que Fazer Com os Centros Históricos Património Mundial».

Entre os participantes convidados, e que já confirmaram a sua presença, contam-se o professor arquitecto Fernando Távora e o professor arquitecto Alcino Soutinho, ambos da Faculdade de Arquitectura do Porto e com larga experiência em intervenções em centros históricos, tendo o primeiro obtido o Prémio Nacional de Arquitecturas de 1988 e sendo o se-

gundo o autor do conhecido projecto do edifício dos Paços do Concelho de Matosinhos.

Participarão ainda diversos técnicos e entidades ligadas aos programas de recuperação dos centros históricos de Évora e Angra do Heroísmo, nomeadamente os presidentes da Câmara das duas cidades, o director regional dos Assuntos Culturais da Secre-

taria Regional de Educação e Cultura e o director regional para a Administração Local, ambos da Região Autónoma dos Açores, os directores dos gabinetes dos respectivos centros históricos, o director do secretariado do NARE e o dr. Álvaro Monjardino, presidente do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

O colóquio, que terá início pelas 15.00 e será aberto a toda a população, pretende debater a experiência de gestão de dois centros históricos portugueses classificados Património Mundial e sensibilizar as entidades responsáveis para as dificuldades existentes na sua preservação e revitalização.

## Movimento de Defesa da Constituição

O Movimento de Defesa da Constituição de uma conferência de imprensa, no Porto, na qual fez um balanço da actividade que tem desenvolvido e reafirmou a sua disposição de prosseguir no seu objectivo fundamental, Avelino Gonçalves, Raul de Castro, Alberto Andrade e Hernâni Silva, lembraram as circunstâncias em que foi criado, há mais de um ano, o Movimento de Defesa da Constituição. O curso do processo de revisão desde muito cedo suscitou sérias apreensões a muitos democratas do distrito que crescentemente procuraram intervir em defesa da Constituição. Para melhor a fazerem criaram então este Movimento, que editou uma publicação, promoveu debates e aceitou participar noutros que algumas organizações foram promovendo com o mesmo objectivo. Promoveu também a recolha de milhares de assinaturas de um «Apelo» dirigido às forças democráticas representadas na Assembleia da República, e delas fez entrega a diversos grupos parlamentares.

Entre as iniciativas do Movimento os seus representantes fizeram questão de destacar o «Forum em defesa da Constituição e da democracia», recentemente realizado no Porto. Esta iniciativa destaca-se, não apenas pela participação de destacadas personalidades com que contou, mas também pela qualidade das intervenções que foram proferidas e pela presença de centenas de pessoas.

No decurso do Forum foi aprovado o texto de um Apelo Nacional em Defesa da Constituição — que circula por todo o país, tendo já recolhido milhares de assinaturas, e que será entregue à direcção do Partido Socialista e ao seu grupo parlamentar, no sentido de reconsideração de acordos gravosos para aspectos essenciais da Constituição. Na conferência de Imprensa, entre os que subscreveram o Apelo, foram destacados os nomes do Dr. Álvaro Ferreira Alves, Prof. Dr. Armando Gomes de Sá, José Machado Castro, ex-deputados constituintes Fernando

de Almeida e Manuel Pires, Eng.ª Virgínia Moura, Juiz Desembargador Dr. Álvaro Guimarães Dias e Juiz Conselheiro Dr. Joaquim Roseira Figueiredo.

Para o Movimento de Defesa da Constituição «a revisão não está concluída» e por isso comunga das «ideias do Eng. Manuel Tito de Morais, fundador do PS, até há semanas atrás, destacado parlamentar, que em mensagem dirigida ao Movimento de Defesa da Constituição afirmava: «comunicar-vos a minha adesão ao Movimento esperançado em que larga mobilização dos democratas possa evitar que seja gravemente ofendida a Constituição da República, símbolo do 25 de Abril».

Na conferência de imprensa, os representantes do MDC sublinharam a importância de intensificar e acelerar a recolha de assinaturas do Apelo Nacional. O Movimento manifestou também o seu apoio ao Forum Nacional de Defesa da Constituição, que terá lugar em Lisboa a 23 de Abril.

## MECLA reclama anulação da PGA

O Movimento de Estudantes Contra a Lei de Acesso ao Ensino Superior defende que os resultados da prova geral de acesso efectuada dia 3 (e cuja segunda chamada se efectua no dia 10) não devem contar para a média de entrada nas faculdades.

Esta posição — que o MECLA vai agora apresentar aos estudantes e ao Ministério — foi divulgada numa conferência de imprensa que a coordenadora do Movimento deu antontem.

Comentando opiniões que entretanto vieram a público, os dirigentes do MECLA concordaram que a prova de dia

3 era «à primeira vista, fácil, pelo menos mais fácil que as provas-tipo»; sublinharam, contudo, que «o que está em causa não é a prova ser mais fácil ou mais difícil, é o facto de ela existir», e interpretam esta aparente facilidade como uma demonstração mais da estratégia adoptada pelo Ministério da Educação e que tem em vista evitar mais movimentações estudantis: «apresenta-se uma prova fácil, os resultados só são conhecidos daqui a dois meses, entretanto os estudantes ficam muito caladinhos, e para o ano logo se vê o que virá».

O MECLA recorda ainda

que, embora neste momento se fale sobretudo da PGA — detalhadamente criticada na conferência de imprensa, onde foi mesmo considerada «um dos maiores disparates que se fizeram na educação em Portugal» —, «há outros pontos na lei igualmente graves» e que «o que está em causa é a lei em si e o modo como ela foi imposta» pelo Governo. Por isso mantém a sua reivindicação de que o Decreto-Lei 354/88 seja suspenso e se proceda a um verdadeiro debate público sobre o acesso ao ensino superior com todos os interessados, nomeadamente as associações de estudantes.

Parlamento Europeu

# Comunistas são indispensáveis no Parlamento Europeu

Após três anos de participação do PCP no Parlamento Europeu é inevitável retirar a conclusão de que os deputados comunistas têm desenvolvido uma actividade intensa e responsável, traduzida em resultados concretos e positivos que torna os comunistas numa presença e numa voz respeitadas e indispensáveis naquele organismo.

A afirmação foi feita pelo camarada Joaquim Miranda, que acompanhado pelos camaradas Barros Moura e Aboim Inglez apresentou à imprensa, na passada sexta-feira, alguns aspectos essenciais da actividade desenvolvida no Parlamento Europeu.

Numa altura em que está prestes a terminar o actual mandato dos eurodeputados torna-se mais do que nunca necessário dar a conhecer ao eleitorado a actividade desenvolvida pelos diferentes partidos com representação no Parlamento Europeu (PE) bem como dos resultados concretos que aí cada um obteve, de forma a permitir uma comparação que não deixará de pesar na opção de voto nas próximas eleições de 18 de Junho.

Uma comparação que os comunistas não temem pois, como foi dito, apesar dos poderes limitados do PE, sempre souberam utilizá-los em toda a sua extensão, «potencializando toda a capacidade de influência, de sensibilização e de pressão que eles comportam».

Cabe referir a propósito que os deputados comunistas consideram o PE, no conjunto das instituições comunitárias, a mais «sensível aos interesses dos países de menor desenvolvimento, como Portugal», e a mais sintonizada «com os objectivos de democratização das Comunidades e de concretização de uma dimensão social». Um facto que decorre, naturalmente, de esta ser uma instituição com responsabilidades directas perante o eleitorado.

Por isso mesmo os comunistas defendem o aumento dos poderes do PE, como fez notar o camarada Barros Moura, de forma a tornar mais eficaz a capacidade de fiscalização deste órgão sobre as comissões não eleitas e permitir um maior acompanhamento dos organismos comunitários pelos parlamentos nacionais. Salientando que, com a integração, os parlamentos nacionais já perderam poderes que não foram compensados pelos órgãos comunitários eleitos, Barros Moura considerou que uma CEE verdadeiramente democrática necessita de

efectiva democracia nos Estados membros.

Também o camarada Aboim Inglez sublinhou este aspecto, considerando o reforço de poderes do PE uma questão de particular importância no momento actual.

Como disse Joaquim Miranda, na permanente procura de defender os interesses nacionais, os três eurodeputados do PCP pautaram a sua actividade sublinhando a especificidade dos problemas nacionais, da nossa economia, reclamando medidas e orientações específicas e adequadas à nossa realidade e apoios reforçados para o país, nomeadamente financeiros.

Por outro lado, foi sempre



Joaquim Miranda, Barros Moura e Aboim Inglez na conferência de imprensa promovida para dar conta da sua actividade no Parlamento Europeu

feita a exigência de orientações e meios para o combate às desigualdades de desenvolvimento entre regiões e países da CEE, bem como reclamada a coesão económica e social como um objectivo prioritário. A afirmação da nossa entidade cultural, a defesa dos poderes dos parlamentos nacionais, a necessidade de assegurar e ampliar a capacidade negocial do país, a exigência de uma real democraticidade nos processos de decisão da CEE, a reclamação de uma dimensão social de progresso, a insistência no reforço da cooperação internacional e pela paz no mundo, foram preocupações sempre presentes na actividade desenvolvida pelos deputados comunistas no PE.

Os deputados do PCP no PE desenvolveram uma actividade permanente quer em plenário quer nas Comissões,

integraram a «supercomissão» parlamentar que apreciou as Reformas Dellors, detêm a coordenação da Comissão Social, ao nível do Grupo Comunista, detêm a vice-presidência da Assembleia Paritária ACP's/PE e a Delegação PE/América Latina, elaboraram relatórios e pareceres de alcance tão significativo como o dos abonos de família para os filhos de emigrantes em França.

Acresce ainda a apresentação de inúmeras propostas de resolução.

Numa palavra, como sublinhou Joaquim Miranda, os comunistas trabalharam muito e trabalharam bem, nunca esquecendo o necessário contacto com os problemas e as forças nacionais. É nesse sentido, como diriam ainda Barros Moura e Aboim Inglez, que se propõem continuar a trabalhar no futuro, após as eleições de 18 de Junho.

## Debate em Loures sobre CEE e PE

Portugal, a CEE e o Parlamento Europeu é o tema de um encontro que a Comissão Executiva da CDU de Loures vai promover no próximo domingo, às 15 horas, no Cinema dos Bombeiros Voluntários, daquela localidade.

Na iniciativa, dirigida às organizações sociais, agentes económicos e autarquias do concelho participam, entre outros dirigentes da CDU, o de-

putado do PCP ao Parlamento Europeu, Carlos Aboim Inglez e o presidente da Câmara Municipal de Loures, Severiano Falcão.

O encontro, que se prende naturalmente com a realização, em 18 de Junho, das eleições para o Parlamento Europeu, tem no entanto objectivos mais vastos. Propõe-se criar condições para «um debate informal entre en-

tidades interessadas em reflectir sobre os temas necessários à definição de uma política patriótica e democrática para Portugal na CEE, no sentido da defesa e promoção dos interesses e soluções nacionais nas condições da integração, e não a subordinação passiva dos interesses nacionais à integração».

No quadro desta preocupação central, a Comissão Executiva da CDU de Loures propõe-se suscitar a abordagem de questões como: o significado do Acto Único e o «desafio» do Mercado Único; consequências e acções/apoios necessários às actividades produtivas do concelho; fundos comunitários, condições de acesso e prioridade dos programas integrados; grandes problemas do concelho e propostas de apoios comunitários; o Parlamento Europeu no quadro das instituições comunitárias e a intervenção dos deputados portugueses.

A propósito, a comissão organizadora do encontro faz notar que «para além da visão da CDU quanto às questões da integração», interessa particularmente a esta coligação «auscultar a opinião de diversificados sectores sociais e de actividade, equacionar mesmo opiniões divergentes», na certeza de que isso será enriquecedor das suas propostas e da acção futura dos deputados europeus eleitos pela CDU.

## Plano integrado para distrito de Aveiro

Os deputados do PCP ao Parlamento Europeu, Joaquim Miranda, Barros Moura e Aboim Inglez, propuseram naquele organismo a elaboração de um plano integrado para o distrito de Aveiro com vista à sua protecção ecológica e ambiental.

Segundo os subscritores, o plano deverá garantir a protecção, utilização e valorização económica e turística de uma zona daquele distrito que incluía a Ria de Aveiro, o Baixo Vouga, o porto de Aveiro e a orla marítima de Mira e Gaia.

Na proposta de resolução apresentada pelos deputados comunistas salientam-se «as repercussões nocivas para o ambiente que advêm da instalação nessas zonas de grandes unidades e complexos industriais altamente poluentes», e denuncia-se «a progressiva degradação

da riqueza paisagística, agrícola e piscícola (de que depende a população dos concelhos ribeirinhos e da região) devido à poluição por gases tóxicos, detritos e efluentes industriais e domésticos».

Alertando para a relevância económica e social da Ria de Aveiro e Vale do Baixo Vouga, zonas que «constituem um dos maiores e mais ricos ecossistemas dos países membros da Comunidade», a proposta considera «necessário e urgente que a Comunidade, com os mecanismos e pelos meios mais adequados — nomeadamente financeiros — apole medidas de tratamento de detritos, efluentes e saídas de gases em estreita articulação com os representantes das populações da região e do Governo português».



## Parlamento desconhece o trabalho infantil em Portugal

A Comissão das Comunidades Europeias desconhece a realidade do trabalho de crianças e adolescentes em Portugal, quer no que respeita ao número de menores que trabalham quer às condições em que exercem esse trabalho.

O reconhecimento deste facto foi feito pela própria Comissão, em resposta a uma pergunta escrita apresentada pelo deputado comunista Barros Moura sobre o assunto.

Barros Moura interpelou a Comissão com base em dados divulgados pela CGTP-IN, segundo os quais o trabalho de crianças com menos de 14 anos atingiu em Portugal uma dimensão nacional, afectando especialmente sectores de mão-de-obra intensiva (têxtil, vestuário e calçado) nos distritos de Braga, Aveiro e Porto, mas também com níveis preocupantes em distritos como Lisboa, Viseu, Vila Real e Leiria e em actividades como a construção civil e obras públicas; alimentação, cortiças, serviço doméstico, hotelaria, restaurantes, agricultura e comércio retalhista.

Na sua exposição, Barros Moura refere o facto de o «Inquérito ao Emprego» do Instituto Nacional de Estatísticas incluir a faixa etária dos 10 aos 14 anos, o que considera significativo. Segundo esses dados, no 2.º trimestre de 1987, a população total entre os 10 e os 14 anos era de 887 800; havia 48 600 activos; empregados estavam 37 600 pré-adolescentes dos quais 23 800 do sexo masculino e 13 800 do sexo feminino. Havia 9900 à procura do «primeiro emprego», 1200 à procura de «novo emprego» e 11 000 «desempregados» nesta faixa etária.

Sublinhando que a realidade ultrapassa estes dados, Barros Moura faz notar que os salários praticados para jornadas que chegam a atingir as 12 horas diárias são inferiores a metade do salário pago por um trabalho igual prestado por um adulto.

A Comissão não estava a par. Mas não deixa de dizer, na sua resposta a Barros Moura, que considera que «o crescente controlo da aplicação da regulamentação vigente deveria ser acompanhado da intensificação da luta contra o trabalho clandestino e de uma acção coordenada de luta contra a pobreza, da melhoria das possibilidades de emprego, do aumento do nível de vida e do desenvolvimento das estruturas de ensino, no âmbito mais geral das acções e iniciativas que visam o reforço da coesão económica e social, de que a melhoria das regras de funcionamento dos fundos comunitários existentes com finalidade estrutural constitui uma área importante».

O Governo, naturalmente, ignora tais recomendações.

## Portugal afecta um quarto da média comunitária à ciência e tecnologia

O orçamento do Estado português para o sector estratégico da ciência e da tecnologia é de apenas 0,5 do Produto Interno Bruto (PIB), o que representa um quarto do que é destinado ao sector, em média, pelos restantes países da Comunidade.

Quem o afirmou foi o camarada Aboim Inglez, deputado ao Parlamento Europeu, numa sessão realizada a semana passada no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Segundo Aboim Inglez, «só após a criação de capacidade científica e tecnológica autónoma poderá Portugal vencer o seu atraso económico no contexto europeu e beneficiar realmente dos programas comunitários de ciência e tecnologia». A propósito, lembrou que representando Portugal três por cento da população comunitária, dispõe apenas de 0,7 por cento dos investigadores científicos da CEE.

Salientando a necessidade de definição de uma política para o sector, participada pela comunidade científica portuguesa, que estabeleça as prioridades nacionais e contando com uma maior afectação de verbas do orçamento do Estado, em vez de as diminuir à conta das verbas da CEE, Aboim Inglez defendeu que essa política deverá promover a formação de investigadores e técnicos, reforçar as instalações científicas disponíveis, atender aos sectores de ponta mas também aos tradicionais e garantir uma muito maior cooperação entre os laboratórios do Estado, as Universidades e as empresas.

Aboim Inglez referiu ainda a necessidade de se dar prioridade, entre os programas da CEE, «aos que mais atendam às necessidades nacionais», defendendo a elevação da percentagem que no orçamento da Comunidade é dedicada à rubrica ciência e tecnologia. Segundo Aboim Inglez, deve ser «tida em conta a situação dos países mais atrasados, privilegiando a cooperação com esses países na aplicação dos projectos existentes e mediante o estabelecimento de programas com especial interesse para eles», pois só assim se poderá garantir a coesão económica e social na perspectiva do mercado único de 1993.

## Parlamento Europeu

## Barros Moura no Porto Defender na CEE interesses de Portugal

No quadro de uma série de iniciativas promovidas pela CDU sobre o lema «Progresso e desenvolvimento para Portugal», realizou-se no fim-de-semana passado, no Porto, uma sessão-debate a propósito das «Questões sociais e direitos dos trabalhadores». Uma sessão animada, com muita participação e questões levantadas essencialmente por dirigentes sindicais a que responderam Barros de Moura, Carlos Carvalho, Viriato Pina Moura e Vítor Ranita.

«Para nós as próximas eleições não são um referendo acerca da opinião dos portugueses sobre a CEE. Nós partimos para estas eleições apresentando-nos como a força que se compromete, no quadro da integração de Portugal na CEE, com a defesa firme dos interesses do povo português». Sem dúvida este princípio, apresentado por Viriato Pina Moura na introdução ao debate, foi ponto base para o desenrolar das intervenções.

Seguida com natural e particular atenção a intervenção inicial do eurodeputado comunista Barros de Moura para quem a «integração tem-se processado na base dos baixos salários portugueses» e é uma das vias que torna competitiva a economia portuguesa e uma das chaves da exportação portuguesa. O eurodeputado frisou que do ponto de vista dos comunistas «o nosso país não se desenvolverá se continuar a ser o que paga pior aos trabalhadores». Barros Moura sintetizou assim esta questão: «Opomo-nos a que em Portugal lucros, preços e impostos de nível europeu continuem a coexistir com salários, segurança social e subsídio de desemprego mais baixo de toda a Europa».

A integração de Portugal na CEE deve ser para os portugueses um caminho de aproximação rápida aos melhores padrões de vida e de trabalho existentes na Europa — isto, segundo Barros Moura, é o que dá sentido à nossa participação na CEE.

A participação e influência das organizações dos trabalhadores a todos os níveis de decisão nas empresas e na própria CEE, foi também uma das linhas de intervenção e discussão neste debate. As empresas são cada vez mais transnacionais, cada vez mais ultrapassam as fronteiras nacionais e têm um poder que muitas vezes escapa ao controlo do Estado. Isto torna ainda mais necessário o aumento da influência dos trabalhadores e portanto a actuação ao mesmo nível transnacional. Esta a ideia defendida pelo eurodeputado comunista.

O sindicalista Carlos Carvalho, defendendo também a «conjugação de esforços dos trabalhadores da CEE», não deixou de sublinhar alguns dos problemas internos com que se defronta o movimento sindical europeu e que torna difícil essa «transnacionalização». O dirigente sindical lembrou que o pedido de adesão, à Confederação Europeia de Sindicatos, da CGTP (portuguesa), das CCOO (espanhola) e da CGT (francesa) tinha sido recusado.

O desemprego, considerado como o problema mais grave da comunidade (17 milhões de desempregados a que corresponde uma taxa de 12%) esteve também no centro das atenções. Barros Moura informou que, mesmo nas previsões mais optimistas feitas na possibilidade de diminuir o número de desempregados, até 1992, a taxa de desemprego só poderá diminuir 2 pontos.

Vítor Ranita fez uma intervenção centrada em questões e exemplos concretos das consequências da política da CEE em Portugal, referindo, nomeadamente os casos da CIFA, da Siderurgia Nacional, dos sectores das pescas, confecções e calçado.

Carlos Carvalho alertou para o facto de não se poder responsabilizar a CEE por toda a política que é feita contra os trabalhadores em Portugal. «A CEE não impõe as medidas que o Governo de Cavaco Silva pratica no País».

O debate desenvolveu-se ainda em torno dos fundos estruturais, da formação profissional e livre circulação de trabalhadores.

## Joaquim Miranda em Madrid

O eurodeputado comunista, Joaquim Miranda, participa amanhã, em Madrid, numa reunião do Secretariado do Grupo Comunistas e Afins com o Grupo parlamentar Izquierda Unida-IC.

A reunião terá início com uma intervenção da IU-IC sobre a presidência espanhola da CEE, seguida de debate, após o que os participantes se distribuirão por grupos de trabalho subordinados aos seguintes temas: emprego e espaço social, política regional e infra-estruturas de transportes.

Na sessão de encerramento serão apresentadas as conclusões, a divulgar em conferência de imprensa.

A reunião está aberta à participação dos deputados de todas as organizações integrantes do Grupo Comunistas e Afins.

## Internacional



O subdesenvolvimento matou 500 000 crianças no ano passado. A dívida é um factor importante de agravamento da pauperização dos países do terceiro mundo

## FMI discute fórmulas para prosseguir exploração do terceiro mundo

Os países em vias de desenvolvimento terão de pagar este ano mais 12 mil milhões de dólares devido à subida generalizada das taxas de juro registada nos Estados Unidos e noutros países capitalistas industrializados. Esta afirmação é feita, em Washington, pelo ministro das Finanças da Holanda, Herman Ruding, numa sessão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, que está a discutir o «Plano Brady».

O ministro holandês, que preside a um dos comités do FMI, acrescentou que a alta das taxas de juro dificultará a resolução do problema da dívida dos países em vias de desenvolvimento (PVDs), que ascende actualmente a 1,3 biliões de dólares, e cujo pagamento está a fazer com que um colossal fluxo de meios vá dos países pobres para os países ricos e impeça o seu crescimento económico.

Concretamente, no ano passado, os países devedores pagaram 31,1 mil milhões de dólares a título de pagamento dos juros e amortização da dívida. O que significa não apenas uma sofisticada forma de exploração dos povos do mundo subdesenvolvido pelo capital internacional, como um verdadeiro crime que se traduzia em atrasos crescentes e muitas vidas humanas.

O «Plano Brady», do nome do secretário norte-americano para as finanças, Nicholas Brady, representa de facto o reconhecimento formal, por parte do governo de Washington, da necessidade de, de alguma forma, alterar os esquemas actuais de pagamento da dívida, mas a própria imprensa norte-americana refere que «certos críticos pensam que ele faz nascer apenas esperanças injustificadas, e pode conduzir a uma instabilidade política nos países devedores».

Nos termos do plano, que agora está a ser discutido na capital norte-americana por delegações de 151 países, o FMI e o Banco Mundial dariam assistência aos PVD's nas negociações com os bancos comerciais, no sentido de facilitar as modalidades de pagamento da dívida. Mas em troca de esses países fazerem modificações nas suas políticas económicas.

Ou seja, o FMI quer garantir a continuação da desenfreada exploração dos PVD's, garantindo ainda um reforço do seu domínio na

definição de políticas internas.

Presentemente, os países da América Latina e das Caraíbas são dos mais endividados, com 400 mil milhões de dólares. De 1982 a 1987 pagaram perto de 150 mil milhões de dólares só em juros, o que tem tido efeitos muito negativos no seu crescimento económico, que foi de apenas de 0,6% em 1987.

### As consequências da dívida

«Após 40 anos de tímidos progressos, vastas zonas do mundo em vias de desenvolvimento estão em vias de regressar rapidamente à pobreza... 500 000 crianças morreram em 1988 de desnutrição», lê-se no último relatório da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a infância). Mais de metade das crianças morrem nos países em vias de desenvolvimento de uma desnutrição que começa ainda no ventre materno, pois também a mãe é vítima da fome.

A pobreza crescente que atinge praticamente todos os países em vias de desenvolvimento, foi, em 1988, a causa principal da morte dessas 500 mil crianças. No ano passado, os rendimentos médios das famílias em África e na América Latina, desceram em 19,25%. Tendo em conta que esta descida se verifica já a partir de níveis de miséria e que no contexto das profundas desigualdades sociais que caracterizam vários destes países, estas médias

estão longe de reflectir a realidade — é fácil de constatar que tais estatísticas reflectem verdadeiras tragédias.

Hoje a fome é um problema que alastra de forma crescente. Mais ainda porque a dívida externa (e as próprias condicionantes impostas pelo FMI) têm levado governos de diversos países a reduzir as despesas com os serviços sociais.

**Nos 40 países menos desenvolvidos, as despesas com a saúde diminuíram de 50%, e as relativas à educação, de 25%.**

Para corresponder ao pagamento do serviço da dívida, a maioria destes países deve renunciar a 25% das suas receitas de exportação.

Em consequência, os PVD's transferem actualmente para os países capitalistas desenvolvidos 20 mil milhões de dólares a mais que a soma que recebem a título de ajudas ou de empréstimos.

### Uma questão política

A exploração económica levada a tais extremos, somam-se as condicionantes políticas. As «ajudas» são distribuídas em função da disposição dos governos em acatar as directrizes do capi-

tal internacional, que na prática exige melhores condições para a obtenção de novos lucros, ou seja, ainda um maior reforço dessa exploração.

Menos de 25% da «ajuda» dos países capitalistas desenvolvidos destinam-se a 40 dos países menos desenvolvidos; apenas 11% se destinam à educação e menos de 5% à saúde.

Assim a realidade de morte, miséria, subdesenvolvimento, atraso em todos os domínios, fica fechada num círculo vicioso.

Um outro facto verdadeiramente impressionante — com uma outra lógica nas relações económicas e outras a nível internacional seria relativamente fácil arrancar desta criminosa situação.

Segundo a UNICEF (e cingimo-nos aqui apenas a uma ajuda, abstraindo a criação decisiva de condições internacionais para o desenvolvimento) para satisfazer as necessidades mais urgentes seria necessário apenas um auxílio de 30-50 mil milhões de dólares por ano, o que constitui menos de 0,5% dos 13 000 mil milhões de dólares que correspondem ao valor anual da produção económica mundial.

## Uma outra lógica

Se as despesas militares, a nível mundial, tivessem uma redução de 10% em apenas um ano, seria possível:

- criar um fundo de 100 mil milhões de dólares para financiar centenas de programas de desenvolvimento no terceiro mundo.

- anular a parte fundamental e os juros da metade da dívida externa de África ou a dívida total de mais de 20 países latino-americanos.

- distribuir alimentos no valor de 143 dólares a cada um dos habitantes do planeta que sofre de fome.

Esta soma retirada à corrida aos armamentos, seria:

- sete vezes superior aos 1,4 mil milhões de dólares concedidos em 1987 pelo Banco Mundial, com juros elevados, para financiar 127 projectos económicos no mundo subdesenvolvido.

- 32 vezes mais elevados que o montante dos créditos concedidos pelos bancos comerciais ao terceiro mundo em 1987.

Internacional

NATO

# Quarenta anos depois a aposta no militarismo

Os mais altos dirigentes da NATO vão reunir-se, em finais de Maio, em Bruxelas, com uma questão principal em agenda: como dar resposta ao impacto da dinâmica política de paz da URSS e do Tratado de Varsóvia, e das medidas bem concretas de reduções unilaterais de armamento decididas pela União Soviética e outros países socialistas. Um facto particularmente significativo do apoio dos povos às medidas e às políticas de desarmamento. Mas que reflecte também uma outra realidade. São bem claras as resistências na NATO às políticas de desarmamento, enquanto se mantêm vivas as pretensões de prosseguir com a corrida aos armamentos.

Quarenta anos passados sobre a sua fundação, a NATO tenta ainda ignorar as realidades de hoje, e ao arripio da vontade dos povos e da própria necessidade de sobrevivência da humanidade na era nuclear, manter-se fiel

Bona e ao apoio silencioso de outros participantes. Não porque o governo de Kholnuta quaisquer simpatias pelas exigências das forças da paz. Mas porque num país em que elas têm particular expressão, é pura e simples-

No que se refere ao governo britânico, as posições que têm vindo a ser assumidas não comportam muitas ambiguidades — a aposta é no militarismo. Em entrevista à BBC, o secretário dos Negócios Estrangeiros, Geoffrey Howe, afirmou nomeadamente: «a sombra que se projecta ainda nitidamente sobre o continente europeu é a desse urso imenso que é o exército russo, excepcionalmente bem armado, maciço e bem equipado em tanques e artilharia».

Mas também aqui Baker voltou a encontrar resistências aos projectos armamentistas. Em particular na RFA. O que no fundo testemunha da importância da luta de

da Europa. No passado dia 2, em Londres, um desfile diante do Ministério da Defesa. No próximo 16 de Abril, em Bruxelas, manifestação contra os projectos de colocação de novos mísseis nucleares na Europa.

No domingo de Páscoa, as marchas franco-alemãs, realizadas em Estrasburgo, com a presença de centenas de parisienses, inauguraram este período de informação e protesto populares, pelo desarmamento, num momento em que importantes negociações decorrem em Viena.

As marchas da semana da Páscoa, em Estrasburgo, realizaram-se sob o signo do primeiro acordo de desarmamento nuclear de 8 de Dezembro de 1987 e do bicentário da revolução francesa de 1789.

## O apelo de Estrasburgo

«Deste ponto da Europa sobre o Reno, lançamos um apelo a todos os que em França, na RFA, no continente, do Atlântico aos Urais, recusam o recomeço da escalada nuclear, desejam uma redução dos orçamentos militares, querem uma Europa de paz. E dizemos-lhes: lutemos em conjunto. Às manobras militares comuns, opomos as marchas da paz, à Europa dos blocos, opomos a Europa da cooperação. Juntos, faremos de 1989 o ano II do desarmamento» — lê-se no apelo lançado em Estrasburgo.

E o apelo sublinha ainda a importância da luta.

«A experiência mostra-nos que não está nas mãos de nenhum governo opor-se à pressão da opinião pública quando ela se exprime com força e tenacidade. No bicentário da revolução francesa, somos portadores dos ideais de liberdade, de fraternidade dos revolucionários de Estrasburgo, de Mayence e da Renânia. Outrora, face aos feudais e aos aristocratas, impunha-se conquistar a liberdade, a dignidade e a

# Como surgiu a NATO

A criação da organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), há precisamente 40 anos, foi a conclusão lógica dos desenvolvimentos da doutrina da «contenção do comunismo», pela primeira vez exposta publicamente dois anos antes, a 12 de Março, pelo então presidente norte-americano Truman — afirma-se em trabalho da Novosti, recentemente distribuído, sobre os 40 anos da NATO.

O presidente, que evocou os casos da Grécia, onde tinha então rebentado uma guerra civil, e da Turquia, pediu, numa exposição feita perante as duas câmaras do Congresso americano, 400 milhões de dólares para os governos daqueles países, pedido que foi satisfeito em Maio seguinte.

Nascia assim a «doutrina Truman», a primeira exposição desenvolvida da estratégia de «contenção do comunismo» e de combate aos movimentos revolucionários nos países capitalistas europeus, mediante o recurso ao poderio militar dos Estados Unidos.

A doutrina marcou o início do processo de implantação de bases americanas nas proximidades das fronteiras soviéticas, actualmente mais de um milhar, e de criação de condições político-militares, através da conjugação de forças dos Estados capitalistas, sob patrocínio americano, para a formação de blocos contra o campo socialista, que então se encontrava em formação.

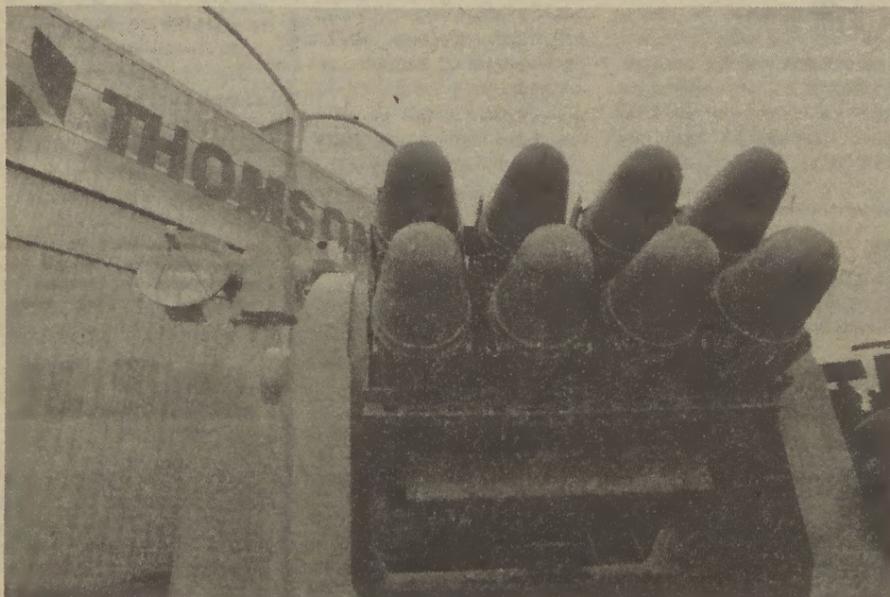
A fundação da NATO foi, no entanto, antecedida por algumas experiências do Ocidente europeu. Em Março desse mesmo ano de 1947, a Grã-Bretanha e a França estabeleceram um acordo de aliança e auxílio recíproco, que recebeu o nome de Acordo de Dunquerque. Do ponto de vista formal, visava impedir qualquer repetição de uma agressão germânica, mas, na prática, foi a premissa para que no ano seguinte, a 17 de Março, fosse assinado em Bruxelas, um tratado sobre a cooperação económica, social e cultural e de defesa colectiva, entre a Grã-Bretanha, a França, a Bélgica e o Luxemburgo.

Era a «União da Europa Ocidental», verdadeiro protótipo da NATO, que foi em 1984 virtualmente ressuscitada para servir de quadro aos processos de integração europeia no domínio militar.

A 11 de Junho de 1948, o Senado dos EUA aprovou uma proposta do senador Vandenberg, em que se recomendava que a Administração procurasse criar um sistema de blocos político-militares sob a égide de Washington.

O Tratado de Aliança foi assinado a 4 de Abril de 1949 em Washington, pelos EUA, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Holanda, Itália, Islândia, Luxemburgo, Noruega e Portugal. Grécia e Turquia em 1951, RFA em 1955 e Espanha em 1982, juntar-se-lhe-iam depois.

A resposta dos países socialistas viria em Maio de 1955, depois da adesão da Alemanha Federal à NATO, com o Tratado de Varsóvia, cujo objectivo continua a ser a dissolução dos blocos militares.



A Thomson abandonou o telefone, a indústria médica e a micro-informática. As armas representam actualmente 46% das vendas do grupo contra 20% em 1982. O negócio das armas é obstáculo importante ao processo de desarmamento

às razões de fundo que levaram à sua constituição como aliança militar contra a União Soviética e o socialismo então nascente em diferentes países da Europa.

E é assim que a questão principal que hoje se debate entre os aliados na NATO é a da «modernização» das armas nucleares tácticas ou de teatro. Os EUA e alguns outros países da NATO, com destaque para a Grã-Bretanha de Margaret Thatcher, pretendem substituir os actuais mísseis Lance, com um alcance de 120 quilómetros, por sistemas de lançamentos múltiplos (750 sistemas de lançamento MLRS equipados com 2 a 6 mísseis cada, e com um alcance de 490 quilómetros), o que além do mais manifestamente põe em causa o tratado de liquidação de mísseis de médio e mais curto alcance na Europa.

## As realidades impõem-se

As realidades a que assim se pretende fechar a porta, acabam entretanto por entrar pela janela... Na última cimeira da NATO não foi possível obter consenso, devido à posição então assumida por

mente impossível ignorá-las. Mais ainda em véspera de períodos eleitorais.

Na recente digressão de James Baker, secretário de Estado norte-americano, pela Europa, a mesma questão foi agitada.

massas em todas as frentes. E também na frente da paz.

## As marchas da paz

Nesta Primavera, diversas manifestações pela paz vêm a realizar-se nalguns países

# Gorbatchov em Cuba

A «Pátria de Marti saúda o filho da pátria de Lenine», era uma das consignas que se podia ler nas ruas de Havana, nestes quatro dias de visita oficial de Gorbatchov a Cuba, que terminou ontem, quarta-feira. A recepção cubana ao dirigente soviético, foi entusiástica, com meio milhão de cubanos nas ruas da capital, um em cada quatro habitantes da cidade.

A delegação soviética compreendia, além de Gorbatchov, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Eduard Chevardnadze, o secretário e membro do Bureau Político, Alexandre Yakovlev, responsável pela comissão das relações internacionais do CC do PCUS, e do vice-chefe do governo, Vladimir Kamentsev.

Do programa da visita constaram, nomeadamente, alguns contactos directos com a realidade cubana, no plano económico e social.

Uma visita a um centro de pesquisas biotecnológicas e à exposição «Expocuba». No bairro da capital «Arroyo Naranjo», um contacto com a experiência cubana de participação massiva e voluntária da juventude na construção civil de habitações. E ainda o assistir a consultas de um médico de família em Havana, símbolo dos avanços conseguidos na organização dos serviços de saúde na ilha.

Nas conversações realiza-

das no palácio da Revolução de Havana, foram temas importantes de debate as grandes questões internacionais, em particular a situação na América Latina e o estabelecimento de um outro quadro de relações políticas e económicas verdadeiramente equitativas entre os membros da comunidade internacional.

Em relação à América Latina, Gorbatchov manifestou a sua convicção de que esta zona do mundo está empenhada num longo caminho de desenvolvimento histórico e sublinhou os processos de democratização que aí ocorrem.

Um outro objecto fundamental das conversações centrou-se nas perspectivas de desenvolvimento e reforço da cooperação bilateral.

No plano da cooperação

económica, o principal objectivo das relações é passar do intercâmbio comercial tradicional para uma cooperação e especialização industrial, no âmbito do programa integrado do progresso técnico-científico do CAME.

Actualmente elaboram-se os princípios fundamentais da criação de empresas mistas soviético-cubanas. Nos termos da diversificação da exportação, Cuba pretende fornecer ao mercado soviético calçado, confecções e diversos artigos que possam ser fabricados com matéria-prima soviética.

Na área da tecnologia de ponta, Cuba planeia fornecer aos países membros do CAME diversos computadores e outros equipamentos electrónicos elaborados com

a ajuda dos países socialistas.

O plano de cooperação científica entre as Academias de Ciências da URSS e de Cuba para 1986/90 reúne mais de 110 temas com destaque para a informática, criação de sistemas automatizados para a gestão e planeamento, automatização das pesquisas científicas, física teórica, investigações nucleares, microbiologia, biotecnologia, geologia e física da terra.

A visita concluiu com a assinatura de vários documentos, com relevância para o Tratado de Amizade e Cooperação, valorizado como o resultado lógico de 30 anos de relações. Com ele se pretende elevar a cooperação entre Cuba e a URSS a uma etapa qualitativamente nova.

Internacional

# Namíbia

## A independência ameaçada

Os violentos combates registados no Norte da Namíbia desde a passada sexta-feira, entre forças sul-africanas e guerrilheiros da Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO), provocaram já mais de centena e meia de mortos entre os namibianos e estão a pôr seriamente em causa a implementação da resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a independência da Namíbia.

As informações sobre os acontecimentos são contraditórias: a África do Sul acusa a SWAPO de ter desencadeado as hostilidades, enquanto aquela Organização garante ter actuado apenas em legítima defesa. À hora do fecho da nossa edição desconhecia-se ainda o resultado da reunião do Conselho de Segurança da ONU, convocada de urgência por Perez de Cuellar, com o objectivo de esclarecer responsabilidades e tentar pôr termo aos confrontos. Mas independentemente do que aí vier a ser apurado, um facto é já evidente: tinham razão os que desde a primeira hora fizeram notar que as forças do Grupo das Nações Unidas de Assistência à Transição para a Independência (UNTAG) eram insuficientes para controlar a situação no território, uma vez que a África do Sul não está disposta a cumprir os compromissos assumidos nos acordos de Nova Iorque.

É sintomático que a primeira reacção oficial sul-africana, expressa em conferência de imprensa pelo ministro dos Negócios Estrangeiros,

Pik Botha, na Cidade do Cabo, tenha sido a ameaça de expulsão da força de paz da ONU.

Enquanto isso, em Harare,

o presidente da SWAPO, Sam Nujoma, afirmou que milhares de pessoas poderão morrer na Namíbia se as Nações Unidas não puserem em acção no norte do território a sua força de supervisão, uma vez que «as tropas sul-africanas estão a matar seja quem for que usa camisola da SWAPO».

Também o secretário de Informação e Organização da SWAPO, Hidipo Hamutenya, disse que os soldados sul-africanos «têm andado a aterrorizar a população, a procurar os nossos guerrilheiros, a tentar eliminá-los ou forçá-los a deixar o país». A resposta dos guerrilheiros — sublinhou — foi ir para a luta, que começou a alastrar.

A ênfase dada por certos órgãos de informação às acusações feitas pela África do Sul não são de surpreender. Lamentavelmente, não falta quem considere muito mais aceitável uma Namíbia submetida a um sistema neocolonialista sul-africano do que uma Namíbia verdadeiramente independente a decidir do

seu próprio destino. Basta pensar nas imensas riquezas do país para perceber a real importância do que está em jogo.

A posição de Angola sobre os acontecimentos merece a maior atenção. Num comunicado assinado pelo ministro angolano das Relações Exteriores, Pedro Castro Van-Dunem «Loy», divulgado no domingo, propõe-se a convocação da comissão conjunta de verificação para uma reunião a realizar em Windhoek, capital da Namíbia, para apuramento de responsabilidades.

No comunicado, o ministro considera «graves» os incidentes entre combatentes da SWAPO e o exército sul-africano de ocupação «tendo em consideração a influência que tais acidentes podem vir a ter na implementação da resolução 435». De sublinhar que o comunicado «rejeita categoricamente as acusações de que as forças da SWAPO que estiveram na base dos incidentes tenham saído de

Angola, uma vez que se encontram no processo de acantonamento com vista ao seu repatriamento, na base do acordo de 14 de Março de 1989» entre Angola, SWAPO e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

Acresce ainda o facto de Angola apoiar «incondicionalmente» a instauração de um inquérito para o esclarecimento dos factos e das responsabilidades e reafirmar a sua disposição de prosseguir o respeito escrupuloso dos acordos assinados com vista à ascensão da Namíbia à independência.

Uma pergunta se impõe na análise destes trágicos acontecimentos: a quem interessa criar obstáculos à independência da Namíbia? Não certamente aos namibianos que há tantos anos se batem por esse objectivo. Mas o mesmo não se poderá dizer em relação à África do Sul que desde sempre se recusou a pôr termo à sua ocupação ilegal daquele território.

## A versão dos acontecimentos segundo o MPCA e o CPPC

O Movimento Português Contra o Apartheid e o Conselho Português para a Paz e Cooperação, divulgaram no início da semana um comunicado sobre a situação que se vive na Namíbia, com base em informações recebidas das Igrejas Cristãs da Namíbia.

Pela sua importância, reproduzimos aqui parte substancial desse comunicado, recordando que no passado dia 19 de Março aquelas organizações promoveram em Lisboa um Encontro Internacional de Emergência em que foi feito um alerta à opinião pública, agora reiterado, para a necessidade de mobilizar esforços para uma genuína independência da Namíbia.

Eis a cronologia dos acontecimentos, segundo o MPCA e o CPPC:

1 — O cessar-fogo, em conformidade com o Plano das Nações Unidas para a Independência da Namíbia, havia principiado às 4 da madrugada de 1 de Abril, hora a partir da qual as Forças Armadas tanto da África do Sul, como da SWAPO, ficaram «confinadas às suas bases» — segundo o estabelecido na Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU.

No entanto, às 11 horas da

manhã, apenas 7 horas decorridas sobre o cessar-fogo, reventou o tiroteio entre a polícia militarizada sob o comando sul-africano e forças da SWAPO, junto da aldeia de Okahenge, próximo de Endola, 25 quilómetros ao sul da fronteira angolana, para o norte de Oshakati, na Ovambolândia central.

Seguiu-se naquela área, de imediato, uma intensa e larga movimentação de forças armadas sul-africanas, que atacaram aldeias e *kralis* rurais, e metralharam de helicóptero

o povoado de Onhangulo — a cerca de 7 quilómetros a nordeste de Endola. Daqui resultaram numerosos mortos e feridos entre a população civil, que se pôs em fuga em direcção a Aniipa — sede da Igreja Luterana, no Norte da Namíbia.

Há, também, informações de confrontos na Ovambolândia Ocidental, perto de Ruacaná e do Rio Cunene.

2 — O Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Pik Botha, declarou que as forças de ocupação sul-africanas haviam atacado guerrilheiros da SWAPO, que teriam penetrado no país vindos de Angola, na noite de sexta-feira passada.

É, no entanto, pouco explicável e, por conseguinte, menos credível que as forças sul-africanas não atacassem os guerrilheiros quando das suas alegadas e importantes «incursões» através da fronteira angolana — **mas somente no interior da Namíbia e já com cessar-fogo em vigor.**

É significativo, aliás, que o porta-voz das Forças Armadas sul-africanas tenha sido incapaz de indicar quais as «localidades fronteiriças» por onde uma tão numerosa passagem de combatentes namibianos se teria dado, sabendo-se que — desde os Acordos de Brazzaville e de Nova Iorque, de 1988 — a fronteira tem sido controlada por forças conjuntas de Angola, Cuba e África do Sul.

Ora é do conhecimento geral que, desde há muitos anos, numerosos combatentes da SWAPO operam, lutam e vivem, clandestinamente, no interior do seu país, a Namíbia

— onde não têm aquartelamentos, pois formam guerrilhas, móveis, com o apoio do povo nos campos, aldeias e cidades.

Com o início do cessar-fogo, segundo a Direcção da SWAPO são esses combatentes namibianos do interior que, depois de uma trégua unilateral desde 1 de Setembro passado, emergem agora publicamente, como é seu direito — para que, nos locais onde se concentram, venham a ser posteriormente controlados e desarmados pelos «capacetes azuis» das Nações Unidas (e não pelas forças de ocupação sul-africanas — também elas, obrigatoriamente, confinadas aos seus aquartelamentos).

Com efeito, a Resolução 435/78 estipula que, a partir do início do cessar-fogo na Namíbia, as Forças Armadas em confronto ficarão «restringidas às suas bases» — o que se aplica tanto aos ocupantes racistas sul-africanos (enquanto não regressarem à África do Sul), como às forças da SWAPO também no interior da Namíbia (e não só, como pretende a África do Sul, no exterior, quer em Angola quer na Zâmbia).

A partir do cessar-fogo, os reagrupamentos de combatentes da SWAPO no interior do país não devem, pois, ser atacados, pelas forças sul-africanas de ocupação. Tudo configura que a África do Sul, ao proceder em contrário violou o cessar-fogo, de modo a pôr grosseiramente em causa o Plano das Nações Unidas para a independência da Namíbia.

3 — Afigura-se lamentável e altamente preocupante que:

a) Os efectivos militares do UNTAG — os «capacetes azuis» das Nações Unidas — já perigosamente reduzidos do quantitativo inicial de 7500 para 4650, no momento presente não ultrapassem ainda, **um milhar de homens** — número este sem o mínimo significado como força de interposição para a manutenção da paz, perante a extensão do território e os 50 000 militares sul-africanos que ocupam o país;

b) O representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, na Namíbia, o sr. Martti Ahtisari, tenha precipitadamente — e sem preservar a indispensável imparcialidade, a que deveria estar vinculado — dado crédito à versão sul-africana, não ouvindo previamente as informações das Igrejas Cristãs, nem da SWAPO.

E mais ainda, tenha autorizado as Forças Armadas da África do Sul a deslocarem para a área (onde a polícia sul-africana, já em pleno cessar-fogo, estava a atacar os combatentes da SWAPO) o famigerado Batalhão 101, de sinistra reputação (que inclui elementos da UNITA e alguns mercenários portugueses).

A deslocação do Batalhão 101, para fora da sua base, a que devia estar circunscrito, e a sua entrada em combate, constituem por si só uma grave violação da Resolução 435/78. e assim, esse Batalhão, fiel às suas sombrias tradições, logo aproveitou o ensejo para alargar as acções repressivas às populações civis da área, com as trágicas consequências anunciadas. (...).

«A recente visita a Portugal do Ministro dos Estrangeiros do Luxemburgo expressamente para «estudar as possibilidades de alargamento da ida de mão-de-obra portuguesa para aquele país» levantou a ponta do véu de uma miserável negociata. As visitas, embora menos recentes, de personalidades políticas e da indústria da Alemanha Ocidental a Portugal e as visitas de responsáveis políticos e governamentais portugueses à República Federal Alemã, tiveram, entre outros objectivos, regular também o tráfico os trabalhadores portugueses para este país. E que dizer da negociata com o governo da Suécia? A demagogia patrioteira da camarilha caetanista por causa das relações, de círculos, deste país com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, visava já encobrir este negócio.

Vinte contos é quanto o governo do «patriota» Marcelo Caetano vai receber de comissão pela venda da força de trabalho de cada um dos 100 mil trabalhadores portugueses a exportar em breve, legalmente, através da emigração negociada com os governos da RFA, Suécia, Suíça e Luxemburgo.

O recrutamento é contingente, atribuindo-se quantidades para cada distrito e concelho: 8 mil trabalhadores no concelho de Braga, 6 mil no de Guimarães, etc, etc.

São de várias profissões, e mesmo não qualificados, os trabalhadores a exportar. A Suécia, por exemplo, reclama boa compleição física porque os pretende para as minas...»

(«Dois milhões de contos pelo tráfico de 100 mil trabalhadores» — «Avante!», VI Série, n.º 415, Abril 1070)

**AVANTE!**

INFORMAÇÃO DE FÓRUMS DOS TRABALHADORES

«O dia 12 de Abril de 1961 ficará assinalado na história da Humanidade com mais uma extraordinária conquista do homem. Um cidadão soviético, o major Yuri Gágarine, voou durante 108 minutos no espaço cósmico, a bordo da nave-sputnik «Vostok», regressando depois são e salvo à Terra.

Esta grande realização da ciência e da técnica soviética, saudada com entusiasmo pelos povos de todo o mundo, abre uma época de novas explorações do homem no espaço e anuncia os tempos em que os homens poderão abandonar a Terra e dirigir-se a outros planetas...»

(«O voo cósmico de Yuri Gágarine» — «Avante!», VI Série, n.º 300, Maio de 1961)

**AVANTE!**

«No dia 18 de Março, aniversário da gloriosa Comuna de Paris, os sábios soviéticos tornaram possíveis os primeiros passos do homem entre as estrelas. De bordo de uma nave espacial comandada pelo coronel Pavel Belyaev saiu, a 300 quilómetros de altitude e a 28 000 quilómetros à hora, o tenente-coronel Alexei Leonov o qual, com uma temperatura exterior de 2000 graus fez durante 15 minutos diversas observações científicas. Ao cabo de 17 voltas à Terra e de 26 horas de viagem os dois heróis do espaço regressaram à Terra, tendo Belyaev conduzido manualmente a nave, como se de qualquer avião se tratasse. Glória à Ciência soviética e aos dois Heróis!»

(«Um homem entre as estrelas» — «Avante!», VI Série, n.º 354, Abril de 1965)



vsevolod kniajinski

### A INTEGRAÇÃO EUROPEIA OCIDENTAL



63.10/300 pp./750\$00

# Um pouco da CHINA de hoje



## • Entrevista com Song Ping

Tempo sempre seria pouco, para falar sobre um país que de há muito ultrapassou o bilião de habitantes e de um povo com uma história rica e complexa. Um povo que de há dez anos para cá vive processos de profunda transformação, no quadro da sociedade socialista, que abarcam todos os domínios da vida, do plano político ao socioeconómico e cultural. Dessa China longínqua quase nada sabemos aqui no nosso país. Ou tão só de forma marginal, pontualmente, através de notícias esparças, as mais das vezes ligadas a este ou àquele acontecimento dramático. Os mortos por catástrofes naturais. Um qualquer incidente político. Como o Tibete,

recentemente. Desinseridas da realidade profunda, estas notícias esporádicas nada nos dizem de como vive o povo chinês, de que evoluções hoje se trata, que transformação sacode este país ainda agora maioritariamente camponês. Não tendo ainda conseguido arrancar-se do quadro do subdesenvolvimento, a China impõe-se entretanto como um grande país na cena política internacional, e naturalmente assume grande peso na Ásia, e nas relações económicas de e com a enorme massa dos povos que continuam à margem do desenvolvimento, no que é normalmente designado por Terceiro Mundo. Estas breves referências bastam para medir a escassês de tempo, no nosso contacto com a

delegação do PC da China, que a convite dos comunistas portugueses, esteve no nosso país, como noticiamos nas páginas do «Avante!». Tentámos falar um pouco de tudo. Antes do mais naturalmente do reatamento das nossas relações entre partidos. Reflectimos algumas das posições dos camaradas chineses no plano internacional, em que nem sempre coincidimos, e como é sabido se registam mesmo discordâncias. Do que se falou de fundamental — a China de hoje — sabe particularmente a pouco. Mas é apesar de tudo uma pequena parcela da imensa China de hoje, que aqui se entrevê na entrevista que realizamos com o camarada Song Ping. ■



# «Pensamos que esta nossa visita é um êxito»

diz **Song Ping**

**A** nossa entrevista começou, naturalmente, por uma sintética avaliação das relações entre os partidos comunistas de ambos os países. Relações que constituem a razão de ser da presença dos camaradas chineses no nosso país. Song Ping respondeu assim, ao longo de uma hora, com outros membros da delegação a uma série de questões que lhe colocámos.

A vossa presença aqui em Portugal, a convite do Partido Comunista Português, culmina, de momento, todo um período de reatamento das relações entre os nossos dois partidos.

Qual a avaliação que os camaradas fazem dos progressos obtidos entretanto nas nossas relações mútuas?

Consideramos esta visita muito importante para as relações entre os nossos dois partidos.

É a primeira vez que o Comité Central do PC da China destaca uma delegação de alto nível ao vosso país, após o restabelecimento das nossas relações mútuas.

Pensamos que esta nossa visita é um êxito e se insere na continuação das relações amistosas entre os nossos dois partidos.

As conversações que mantivemos, com os comunistas portugueses, com Álvaro Cunhal, foram muito boas. Procedemos a uma troca de opiniões sobre a situação em cada um dos nossos países e a política seguida pelos nossos respectivos partidos. Pensamos que já alcançámos o nosso objectivo, de aproximação e reforço da compreensão mútua.

Através desta visita as nossas relações vão desenvolver-se e aprofundar-se ainda mais.

As duas partes estão de acordo no desenvolvimento do intercâmbio e da cooperação entre os dois partidos.

Estamos muito agradecidos pela calorosa recepção que nos foi proporcionada pelo CC do PCP.

É muito grande o interesse pela realidade chinesa no nosso país. Uma realidade em transformação de que apenas esporadi-

camente se sabe factos e aspectos pontuais.

Gostaria que os camaradas comessem por nos dar uma síntese das linhas fundamentais da reestruturação da sociedade chinesa, definidas no último Congresso do vosso Partido.

A China é um país socialista em vias de desenvolvimento. O nosso Partido considera que o período de construção do socialismo é relativamente prolongado. A nossa economia é atrasada. Ainda estamos numa primeira fase do desenvolvimento do socialismo.

Para esta primeira fase, a linha fundamental do nosso Partido é tomar como centro a construção económica do país, persistindo nos quatro princípios: marxismo, socialismo, ditadura democrática popular, direcção do Partido Comunista da China.

Nesta base avançamos por uma política de reformas e de abertura ao exterior.

No quadro da política de reformas, trata-se de melhorar a estrutura económica e o sistema político. Reestruturar o que não corresponde à situação concreta do país.

Desenvolvemos por outro lado uma política de abertura ao exterior.

Os países não estão isolados entre si. Através desta política de abertura pretendemos nomeadamente absorver novas tecnologias, que nos são necessárias. Aproveitar os pontos fortes de outros países para colmatar os nossos pontos fracos.

Resumindo: trata-se de tomar como centro a construção económica, persistindo nos quatro princípios, e simultaneamente abrir ao exterior. Ou seja, a construção do socialismo com características chinesas.

Qual é o objectivo concreto das vossas reformas?

O objectivo da reforma e da abertura ao exterior é construir uma economia mercantil, planificada e socialista, tendo em consideração a situação de atraso da China.

A verdade é que ainda hoje domina no campo uma economia natural. E é aí que trabalham 800 a 900 milhões de pessoas.

Mesmo nas cidades a economia mercantil não está desenvolvida.

No passado a economia planificada dominava completamente. A produção era definida pelo plano. O Estado definia as tarefas e comprava a totalidade da produção. O que levou a que as empresas não se preocupassem, nem com a diversidade nem com a qualidade das mercadorias.

Agora temos em conta as solicitações do mercado. Contamos que com o desenvolvimento da economia mercantil, os produtos abundem e se diversifiquem.

Trata-se, entretanto, de um mercado planificado.

O Estado exerce o controlo macroeconómico. Vai por exemplo comprar as produções mais importantes.

Por outro lado, a propriedade pública é o sector predominante.

O socialismo com características chinesas é diferente do capitalismo. Também assume formas diferentes das de outros países socialistas.

Na recente abertura dos Trabalhos da Assembleia Nacional, o chefe do governo chinês, Di Peng, fez uma extensa análise da situação socioeconómica do país.

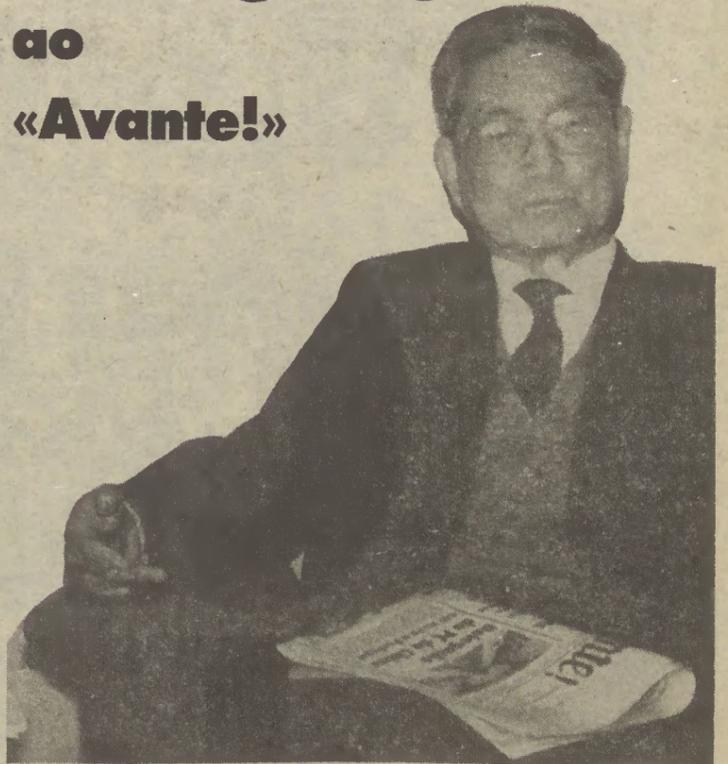
Que balanço fazem os camaradas dessa situação?

Terminou agora a sessão plenária da 7.ª Assembleia Nacional Popular da China. Podemos hoje fazer o balanço de 10 anos de reforma e abertura e concluir que ao longo destes 10 anos melhorou a situação económica do país e o nível de vida da população.

Alguns números a ilustrar esta realidade.

Nestes dez anos o ritmo médio

ao  
«Avante!»



de aumento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) tem sido de 9%. No conjunto do período considerado, o nível de vida melhorou em cerca de 85%.

Trata-se de um rápido desenvolvimento da economia. Registamos, por outro lado, o crescimento de alguns problemas. Concretamente uma desarmonia e desequilíbrio no desenvolvimento económico, o desenvolvimento da inflação.

Na 3.ª reunião plenária do nosso XIII Congresso, em Setembro de 1988, formulámos uma política no sentido de melhorar e reorganizar a economia, aprofundando as reformas.

Entre as medidas tomadas, temos o controlo da construção básica, ou seja, das grandes obras; a reorganização do comércio grossista, a nível central, regional e local; um aumento dos impostos; decisões tendentes à economia de materiais e energia,

contra o desperdício; a redução de gastos, nomeadamente no que respeita aos órgãos de administração.

Esta política já está a dar os seus resultados.

O índice de inflação está a baixar. O nível de vida do povo começa a estabilizar. Contamos com 2 anos para resolver no fundamental o problema da inflação. Ou seja, reduzi-la até ao ponto em que não afecte particularmente a população.

A tarefa principal da Assembleia Nacional Popular é definir como aprofundar e continuar a aprofundar estas orientações políticas eficazes.

Uma política que tem vindo a ser apreciada por todo o país, desde as instituições oficiais às empresas e à população.

Estamos preparados entretanto para alguns anos de austeridade, de luta contra toda a forma de desperdício.

*Durante a sua estadia em Portugal, a delegação do Partido Comunista da China visitou a Sorefame e foi recebida na Câmara Municipal de Loures. Nas fotos, uma vista de olhos ao «Avante!» afixado em jornal de parede; um momento do encontro com o presidente e vereadores da CM de Loures; representantes dos trabalhadores da Sorefame oferecem aos camaradas chineses uma recordação da sua visita*



Como vêem os camaradas o papel a desempenhar pela China no âmbito do actual processo de desanuviamento Internacional?

Concretamente, qual a vossa posição, face ao processo em desenvolvimento no Kampuchea, inserido naturalmente no contexto de toda uma evolução nesta região?

A China, como país socialista, ama a paz, é uma força de paz, assume um papel de estabilizador.

Apoiamos todas as políticas de desanuviamento, desarmamento, diálogo. Esperamos que todos os conflitos internacionais sejam resolvidos através do diálogo, de negociações políticas.

A prática demonstra que a política de agressões não resulta. Finalmente adoptámos métodos de diálogo.

A URSS já retirou tropas do Afeganistão. A questão agora é como construir um poder amplamente representativo.

No que se refere ao Kampuchea, consideramos problema essencial a retirada das tropas do Vietname, a formação de um governo provisório com Sihanouk como chefe e a participação das quatro partes envolvidas, sem exclusão de nenhuma. Um governo neutral, pacífico e independente.

A China não procura aqui nem interesses particulares nem esferas de influência. Mas uma solução justa e razoável, que facilite a estabilização no Sudeste asiático. E nomeadamente representa uma redução de encargos para o Vietname.

Fazemos esforços para alcançar este objectivo.

Em vésperas da importante cimeira sino-soviética, a realizar em Maio, como valorizam os camaradas chineses este acontecimento, quais as vossas expectativas em relação a ele?

No processo de normalização iniciado conseguiram-se progressos substanciais. Já houve visitas recíprocas, no sentido de remover três



Momento do comício no Barreiro, em que intervieram os camaradas Song Ping e Álvaro Cunhal



obstáculos — Kampuchea, Afeganistão (já resolvido), as tropas na fronteira China-Mongólia.

O principal é resolver o mais cedo possível a questão do Kampuchea.

A cimeira que se vai realizar de 15 a 18 de Maio concretiza a normalização de relações entre os dois partidos e os dois países.

Normalização de relações baseada nos cinco princípios de coexistência pacífica: respeito da soberania estatal e territorial; não ingerência; igualdade e vantagem recíproca; não agressão mútua e coexistência.

Se as conversações na Cimeira correrem de forma positiva, o restabelecimento das relações afirma-se por si.

Esperamos que os contactos corram bem. O que favorece não só os dois países, como a paz, a nível internacional. ■



## Organização Regional

# de SETÚBAL

Como temos vindo a salientar nas últimas edições do «Avante!», realiza-se no próximo sábado, em Almada, a 2.ª Assembleia (extraordinária) da Organização Regional de Setúbal (ORS) do PCP. «Com o PCP, defender a democracia, desenvolver o distrito» é o lema da grande reunião, que reunirá cerca de 750 delegados oriundos de todos os concelhos e frentes de trabalho. Os objectivos centrais da Assembleia, a rigorosa definição de prioridades que coloca aos comunistas do distrito e a explicação do seu carácter extraordinário são assuntos que mereceram aqui, no «Avante!», tratamento desenvolvido na última semana. Hoje deixamos à apreciação dos nossos leitores algumas passagens mais significativas da abordagem que o anteprojecto de Resolução dedica ao trabalho de direcção do Partido.

A DORS eleita na 1.ª AORS (em 1 de Julho de 1984) tinha 56 membros. Desde essa data foram cooptados 8 camaradas e saíram 13 camaradas. Estas alterações têm como razão fundamental a alteração de tarefas e de estatuto de camaradas funcionários. Actualmente a DORS tem 51 membros.

A DORS tem 2 organismos executivos: o executivo com 15 membros e o secretariado com 5 membros.

Junto à Direcção Regional estão

mais eficaz resposta por parte dos organismos dirigentes da ORS.

### Reforçar o trabalho de direcção

A DORS considera necessário que ao nível do seu funcionamento se rectifiquem algumas tendências negativas, se aprofunde a ligação à organização do Partido e à vida política, social, económica e cultural no distrito, se reforce o trabalho de di-

- Continuar a trabalhar para o maior envolvimento dos membros da DORS em tarefas de âmbito distrital;
- Estudar a composição do executivo da DORS para que, de forma mais equilibrada, se possa dar atenção e acompanhamento às organizações concelhias, às grandes questões regionais e à nossa intervenção social. Manter com carácter experimental, uma comissão do executivo com o objectivo de preparar decisões neste organismo sobre questões políticas e regionais;
- Melhorar a eficácia do Secretariado da DORS e a disponibilidade dos seus membros para as tarefas deste organismo.

No sentido de aprofundar a descentralização de tarefas e responsabilidades considera-se necessário constituir, ao nível distrital e regional novos organismos intermédios de direcção e comissões de vários tipos, bem como, alterar o âmbito de funcionamento e o estilo das existentes.

Tendo em conta as prioridades definidas e a experiência existente devem considerar-se como organismos de direcção intermédios: organismo de direcção dos concelhos do sul, organismo sindical da DORS, secretariado das autarquias.

A constituição de múltiplas comissões de apoio à DORS e de coordenação é indispensável à melhoria do trabalho da Direcção Regional, à formação de quadros, à definição e aprofundamento de políticas regionais.

Entre outras devem constituir-se e desenvolver-se o trabalho de comissões para as áreas de desenvolvimento regional, das autarquias, quadros técnicos e intelectuais, do trabalho camponês, da comunicação social e eleitoral.

Para que as prioridades se reflitam de facto no trabalho do Partido, é indispensável que às comissões sejam dados apoio político e meios humanos e técnicos.

Estando o trabalho de direcção intimamente ligado à política de quadros considera-se ser necessário tomar medidas para:

- Melhorar o nível político médio dos quadros;
- Responsabilizar por tarefas da direcção, a todos os níveis, mais quadros não funcionários;
- Enquadrar e responsabilizar mais camaradas com maior especialização técnica e cultural;
- Sem aumentar o quadro de funcionários, rejuvenescê-lo e melhorá-lo do ponto de vista político e técnico.

Tendo em conta a auscultação em curso na ORS, a proposta da composição da nova Direcção Regional a apresentar à II Assembleia, procurar corresponder à necessidade de produzir alterações quantitativas e qualitativas por forma a:

- Continuar a manter-se o número significativo de camaradas ligados a tarefas de organização do Partido;
- Alargar a participação de camaradas com tarefas em movimentos sociais, de opinião e em estruturas institucionais;
- Contar com a participação de camaradas com intervenção em frentes específicas ou especializadas em determinadas áreas;
- Melhorar a composição social etária e por sexo aumentando a participação de jovens, mulheres e mantendo a maioria operária;
- Assegurar uma participação regional equilibrada;
- Renovar e alargar a Direcção Regional.

Segundo o balanço disponível até anteontem, dia 4, tinham participado directamente nos trabalhos preparatórios da 2.ª Assembleia da ORS mais de 3000 membros do Partido, declarou ao «Avante!» o camarada Manuel Sobral, membro suplente da Comissão Política e responsável da DORS.

Reunida nesse dia, a actual DORS fez o ponto da situação sobre a fase preparatória da Assembleia, que até essa altura registava 147 assembleias plenárias e a consequente eleição de 700 delegados, e a apresentação de 203 propostas de enriquecimento e alteração ao projecto de Resolução Política.

Além de ter aprovado uma proposta de constituição do novo organismo de direcção regional, a actual DORS deu luz verde a outros documentos essenciais a levar ao grande encontro da SFUAP: propostas da AORS para os programas eleitorais da CDU para o Parlamento Europeu e autarquias locais e um projecto de resolução sobre a construção do novo Centro de Trabalho da DORS, para além, naturalmente, do projecto de documento-base da Assembleia (Resolução Política).

A primeira das cinco sessões da Assembleia começa às 9.30 h. A que se realizará entre as 15 e as 16 h é reservada aos delegados. A última, das 19 às 20 h, será pública e incluirá uma intervenção do camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

O responsável da DORS, camarada Manuel Sobral, abrirá os trabalhos da 2.ª Assembleia.

Será assegurado um serviço de refeições e um lanche volante. ■

## Parlamento Europeu

# Partimos com confiança

## • Em Lisboa, onde se situa a maior concentração de eleitores, os comunistas têm de estar à altura das suas responsabilidades

É com esse estado de espírito, aliado à iniciativa e à capacidade de trabalho e mobilização, que a OLL do PCP está a encarar a batalha eleitoral de 18 de Junho para o Parlamento Europeu. Ainda no passado mês de Março, por ocasião da sua 2.ª

Assembleia, a Organização Local afirmava nos seus documentos:

«Os comunistas de Lisboa empenhar-se-ão em levar ao conhecimento de massas e da opinião pública, a actividade dos deputados comunistas do Parlamento Europeu e as propostas do PCP, para que os grandes objectivos eleitorais definidos no XII Congresso sejam atingidos». Isto é: aumentar o número e a percentagem de votos na CDU; aumentar o número de deputados e fazer recuar a votação e posição da direita no Parlamento Europeu. Este é o compromisso que assumimos. Para o atingirmos necessitamos de empenhar e mobilizar todo o Partido, mobilizar o nosso eleitorado.»

A curta distância do acto eleitoral de 18 de Junho, começá já a ser clara a estratégia eleitoral das várias forças políticas, em particular do PSD e do PS.

Desenvolve-se e alarga-se a campanha de pressão ideológica junto dos portugueses em torno da temática da CEE.

Cresce e diversifica-se a campanha demagógica e mistificadora, a par do silenciamento das propostas do Partido e da actividade desenvolvida pelos nossos camaradas no PE.

O PS e o PSD apresentam a integração como o grande desafio, o projecto da modernidade, do desenvolvimento, da abundância, assumindo-se como protagonistas desse projecto. Ao mesmo tempo apresentam o Partido como aquele que se opõe.

O PS, apoiado pela direita e com a cobertura da comunicação social, desenvolve uma bem montada e orquestrada operação de branqueamento, tentando fazer esquecer aos portugueses as suas responsabilidades na aprovação de cláusulas extremamente negativas do Tratado de Adesão e na aprovação do Acto Único.

### Não é a integração que vai ser votada

Foi justa a posição do PCP em lutar firmemente contra a entrada de Portugal na CEE. Foi e é justo denunciar as atitudes de subserviência e capitulação nacional na negociação de tratados e acordos firmes.

Foi e é justo apontar as consequências negativas e os perigos resultantes da integração. Foi e é justo identificar os culpados. Mas a nossa intervenção nestas eleições não é para referendar quem está a favor ou contra a adesão. Não é a integração que vai ser votada, mas sim, quem no quadro da integração tem mostrado mais dedicação, competência, empenhamento, estreita ligação às populações, aos trabalhadores, agricultores, autarquias, empresários. E esses foram os deputados comunistas eleitos pela CDU, que fazendo ouvir a sua voz no PE, apresentaram propostas concretas para a reconstrução do Chiado,

Centros Históricos da nossa cidade, defenderam a nossa economia, a nossa agricultura e pesca, estiveram contra os despedimentos na Siderurgia e Setenave, contra os salários em atraso. Fizeram aprovar no Orçamento da CEE mais fundos para Portugal.

É pois uma intervenção positiva para reforçar a posição da CDU no Parlamento Europeu.

Os comunistas intervêm nas batalhas eleitorais, como na luta em geral, com confiança, de forma responsável e construtiva.

Partimos para estas eleições conscientes de que a tarefa não é fácil. Mas partimos com a confiança de quem realizou trabalho, de quem tem propostas para enfrentar o desafio de 1992.

### Ao encontro do eleitorado

A nossa intervenção será esclarecedora, combativa e competente.

Mobilizaremos o descontentamento de todos aqueles que já sentem na pele os efeitos da integração, alertaremos para os perigos que se avizinham, mas fundamentalmente multiplicaremos as nossas propostas concretas. Levá-las-emos à opinião pública, mostraremos que é na acção conjugada entre a luta dos trabalhadores contra a política de direita do Governo Cavaco no plano interno e a acção dos deputados comunistas no PE, que nós poderemos minorar os efeitos negativos para o nosso país e utilizar a favor de Portugal todos os meios e possibilidades decorrentes da integração e não subordinação dos interesses nacionais aos interesses das multinacionais da CEE.

Tal como já dissemos, é com a segurança de quem trabalhou, de quem interveio activamente, de quem procurou consensos para resolver os problemas nacionais que partimos para esta batalha. Mas a segurança que nos dá o trabalho realizado, as propostas que temos, só se converterão em vantagens se conseguirmos que elas sejam conhecidas do eleitorado.

Sem esquematismos, de forma combativa, procuraremos mostrar que aqueles que no plano interno lu-



trabalhadores e do povo contra a política do PSD, são os mesmos que no Parlamento Europeu, lutam e defendem os interesses nacionais.

A opção de voto dos portugueses não pode estar desligada dos efeitos desastrosos da política do Governo PSD/Cavaco.

### Medidas de direcção

Em Lisboa, onde se situa a maior concentração de eleitores e onde a CDU tem forte implantação, os comunistas têm de estar à altura das suas responsabilidades. Para isso, impõe-se, desde já, que sejam tomadas medidas de direcção, destacando quadros, elaborando planos de pré-campanha, formando comissões CDU com ampla participação unitária, empenhando-se para que sejam um êxito as iniciativas já programadas no âmbito da cidade, nomeadamente sobre os centros históricos de Alfama, Mouraria e Bairro Alto, ambiente, direitos sociais dos trabalhadores, comerciantes, reformados, juventude e mulheres.

# 3.ªs Jornadas Algarvias em Silves

Poder Local e integração na CEE: que desenvolvimento para o Algarve?

Em torno deste tema vai realizar-se em Silves um debate promovido pela Direcção Regional (DORAL) do PCP, com a participação de deputados, técnicos e eleitos nas autarquias, em conjunto «com todos aqueles que estejam interessados em discutir o desenvolvimento do Algarve no quadro do Portugal democrático saído do 25 de Abril».

Falamos das terceiras Jornadas Algarvias, que terão lugar no Restaurante D. Sancho I, junto à entrada do castelo de Silves, a partir das 10 horas já do próximo dia 16.

O debate ocorrerá em três painéis, assim organizados:

1.º — Actividade económica e desenvolvimento do Algarve (moderador: dr. Carlos Corvelo Rodrigues); 2.º — Fundos comunitários e desenvolvimento do Algarve (moderador: dr. Vasco Cal); 3.º — Regionalização, Poder Local e desenvolvimento do Algarve (moderador: Carlos Brito).

### É indispensável participar

Ao anunciar esta iniciativa, a DORAL do PCP chama a atenção para estes aspectos:

A integração de Portugal no Mercado Comum coloca uma multiplicidade de problemas face ao futuro do País.

Que tipo de desenvolvimento o Algarve necessita, é uma questão não pouco importante. Dela decorre a necessidade de proceder a uma análise aprofundada acerca dos mecanismos de apreciação e aplicação dos fundos estruturais provenientes da CEE.

Que papel está reservado à regionalização, e ao exercício do Poder Local democrático saído do 25 de Abril, é outra questão não menos importante. Em que ponto estamos, para onde caminhamos, face à proximidade do Mercado Único e à Plena Integração é uma interrogação que hoje se coloca a muitos de nós, independentemente do posicionamento político que se tenha e até das expectativas que a cada um foram criadas com a integração de Portugal na CEE.

São, entre outras, estas as questões que desejamos abordar e discutir no amplo debate que nos dispomos organizar.

Participam nele deputados, eleitos no Poder Local, técnicos, conjuntamente com todos aqueles que estejam interessados em discutir o desenvolvimento do Algarve no quadro do Portugal democrático saído do 25 de Abril.

Por tudo isto é importante, é indispensável participar!

### PS + PSD contra a CDU

A real possibilidade de o Partido Socialista alargar no Algarve as coligações com o PSD no âmbito das eleições autárquicas, foi salientada pelo camarada Carlos Luís Figueira, membro suplente da Comissão Política e

responsável pela organização do Algarve, refere um *telex* da SIP/DORAL.

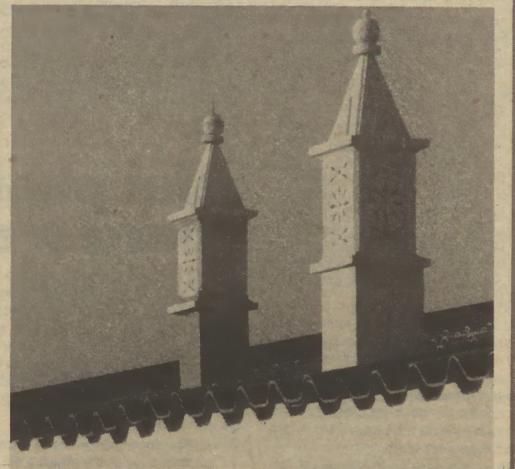
O Partido Socialista, durante a reunião efectuada na passada semana e tão tardiamente realizada por dificuldades de resposta e falta de datas por parte da Federação de Faro do PS, rejeitou liminarmente qualquer possibilidade de entendimento para desalojar o PSD de, pelo menos, duas importantes autarquias da região — Faro e Loulé, ao mesmo tempo que se desenhavam fortes possibilidades de coligações e não de desistências mútuas em Vila Real de Santo António, onde já existe o acordo desde as anteriores

nos gravosos acordos de revisão constitucional, caracterizados pelo ataque às conquistas dos trabalhadores e a descaracterização do regime democrático», sendo ao mesmo tempo reveladora dos apêlites de poder à custa das forças que estão interessadas de uma maneira coerente em combater o Governo de Cavaco e a sua política.

«Pelá nossa parte» — sublinhou — «consideramos encerrada a discussão com o Partido Socialista em matéria de eleições autárquicas no Algarve e reafirmamos as posições já tomadas pela Direcção da Organização Regional, ratificadas pelo plenário distrital da CDU de correr com listas próprias a todos os órgãos autárquicos, abertas à participação de personalidades independentes e membros de outros partidos democráticos, com a garantia de seriedade que caracteriza o trabalho da CDU e com base em propostas que defendam os reais interesses das populações do Algarve.

«Esperamos pela nossa parte» — frisou — «que o Partido So-

## • Poder Local e integração na CEE: que desenvolvimento para o Algarve?



eleições e, em Silves e Vila do Bispo — autarquias de maioria CDU.

Esta tomada de posição da Federação de Faro do PS é antagonista com as posições assumidas pelas suas organizações de base em Silves e Vila do Bispo, que desaconselham estas coligações com o PSD, por as considerarem como um reforço do «poder laranja» na região.

«A chamada nova oposição da direcção socialista ao poder laranja» — salientou Carlos Luís Figueira — «não é mais que um slogan para encobrir a real política de alianças, já consagrada

cialista, em consonância com o sentimento de unidade democrática que hoje está patente em muitos dos seus militantes de base, acabe por não aprofundar as alianças com o partido do Governo, que diz combater».

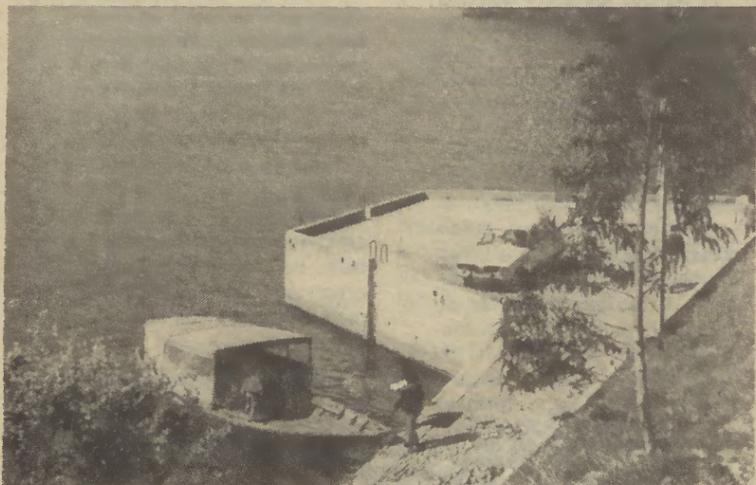
«A Direcção da Organização Regional do Algarve — concluiu o camarada Carlos Luís Figueira — reafirma a sua disponibilidade para continuar os contactos com os partidos da área democrática, com vista a entendimentos que possibilitem afastar a direita da gestão autárquica algarvia e um combate eficaz à política do Governo PSD/Cavaco». ■

■ **Júlia Lima**

# RIO MAU mel e trabalho

**RIO MAU.** Nome de rio e de terra. Rio Mau, porque, como nos contaram, em época de grandes chuvas a água escorre pelos montes e torna-o, na confluência com o Douro, revoltoso e ameaçador. E a freguesia mais jovem do concelho de Penafiel, tem pouco mais de quatro anos. Jovem é também a sua população cuja média de idades não ultrapassa os trinta anos. Desde 1979 beneficiou já da gestão equilibrada, honesta e competente da então Junta de Freguesia de Sebolido onde estava integrada. Hoje, Rio Mau conhece, naturalmente, uma ainda maior dinâmica no seu desenvolvimento, embora, com os poucos meios financeiros de que dispõe, continue a lutar com carências bastantes que exigem da parte dos órgãos do poder a atenção que lhe não foi dada durante dezenas de anos.

Há duas semanas trouxemos ao EM FOCO a freguesia «mãe» de Sebolido. Hoje, aqui fica um pouco da vida e dos problemas da jovem Rio Mau.



No Douro, o cais construído pela EDP, por insistência da Junta de Freguesia

«Terra Mãe da Apicultura, é de fama o teu bom mel...», diz a antiga popular e é na produção de mel e de colmeias, essencialmente para exportação, que assenta a principal indústria instalada em Rio Mau.

«Hoje, quase todos trabalhamos no Porto, na construção civil ou em fábricas, ou então atravessamos o Douro, para ir para as Minas do Pejão. Ninguém vive só da agricultura, embora aos fins-de-semana cada um trate dos seus pequenos quintais», disseram-nos. Foram as apresentações: David Teixeira, Presidente da Junta, operário na EUROFER, Vítor Rocha, Secretário, bancário reformado, e José Correia, Tesoureiro, mineiro no Pejão (que não pôde falar connosco por se encontrar a trabalhar), a equipa de comunistas que dirige actualmente os destinos da freguesia.

E continuou-se a falar de mel, que «antigamente ocupava muito mais gente, pois a zona era rica em carqueja, antes dos incêndios, tudo era artesanal, desde as colmeias à confecção de luvas para as manusear». Ficou a tradição e um «doce» cartão de visitas.

Além Ribeiro, Ramadinha, Belo Horizonte, Justercos, Corgas, Fужaco, Remoinho, Telheira, Lugar, S. João, são nomes que falam de caminhos apertados entre montes, de lugares, ou mesmo de bairros, que são uma das preocupações essenciais da Junta de Freguesia. Disse-nos o camarada David Teixeira: «Num meio rural como é Rio Mau, tivemos de dar atenção prioritária aos caminhos, mesmo quando o dinheiro é pouco». É já possível ver o resultado: foram rasgados novos arruamentos, pavimentados outros, construídos muros de suporte, por toda a freguesia e designadamente nas zonas mais degradadas.

«Recebemos anualmente pouco mais de dois mil contos, dos quais mais de oitocentos são para as des-

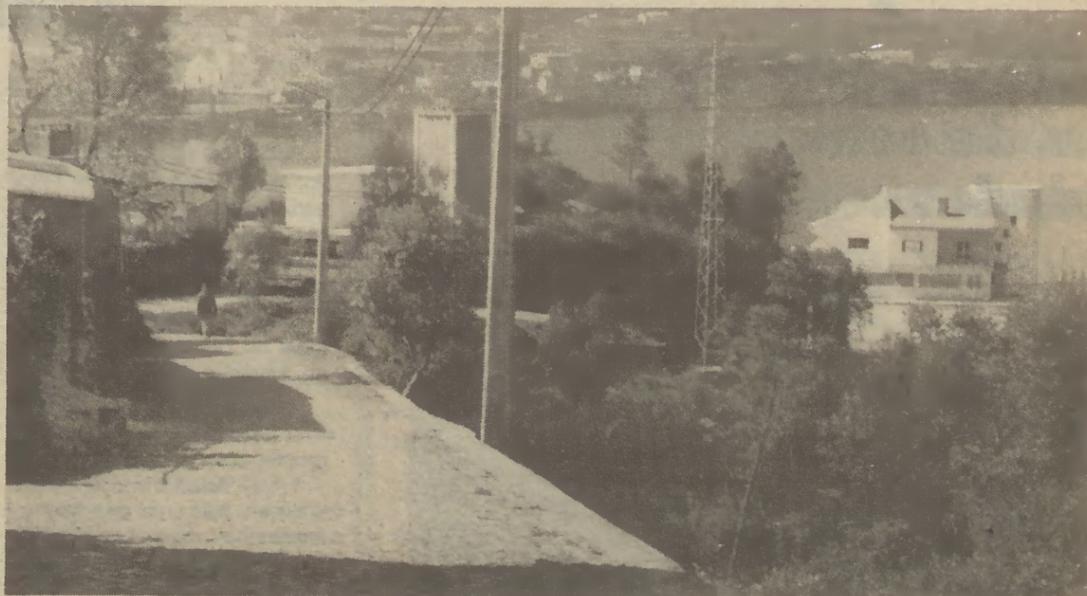
pesas correntes. Para pavimentações pensamos investir mil contos, no ano corrente, mas seriam necessários pelo menos vinte mil para completar os projectos que temos». Insistir junto da Câmara de Penafiel para que participe nas obras tem sido, assim, uma linha de trabalho da Junta que tem dado resultados — em 1989 conseguiu-se que o orçamento municipal incluisse cerca de seis mil contos para a continuação do arranjo de arruamentos em Rio Mau.

## Um plano para o desenvolvimento

O eventual encerramento das Minas do Pejão coloca às populações da região um conjunto de problemas de grande gravidade. Também em Rio Mau nos falaram do assunto, em particular do desemprego em que poderão cair os actuais mineiros e da redução das perspectivas de emprego para os jovens, com o conseqüente afastamento progressivo da população activa para os grandes centros urbanos e a emigração.

Foi correspondendo a estas naturais preocupações que, já em Agosto de 1988, as Juntas de Rio Mau e Sebolido (onde moram perto de três centenas de trabalhadores das Minas), apresentaram à CCRN/Comissão Coordenadora da Região Norte, e embora fosse opinião das duas autarquias de que seria possível, e desejável, a introdução de outro tipo de unidades de produção na zona, uma proposta fundamentada, tendo em vista por um lado o aproveitamento e desenvolvimento dos recursos naturais para fins turísticos, de modo a permitir mais postos de trabalho, e por outro a criação de «condições mínimas propícias à fixação de residência».

Quanto ao primeiro ponto apontou-se para a construção de uma **placina natural**, como alternativa às praias fluviais que ficaram submersas pela albufeira da Barragem de Crestume/Lever, uma **zona de pesca desportiva**, nomeadamente com a abertura de um arruamento junto ao Douro que ligasse as duas freguesias e outro na margem do Rio Mau; uma **passagem do Douro**, até Pedorido, na



Rio Mau — a rua de S. João, pavimentada e alargada pela Junta. Ao centro, o depósito da água, um problema resolvido no essencial

### Prioridades

De uma prioridade passou-se para outra: a reconstrução do edifício da Junta, a velha e degradada escola da Godinha — a primeira escola primária existente na freguesia, construída pela própria população — onde já funcionava anteriormente a Junta de Sebolido. Depois de muita luta com a Direcção-Geral do Património do Estado para que fosse oferecida à freguesia, com uma outra escola abandonada (a do Remoinho), oferta há muitos anos de um benemérito de Rio Mau, a Junta viu-se obrigada a adquirir os dois edifícios para ultrapassar o impasse. «Este ano temos como objectivo acabar as obras da Junta, pelo menos o rés-do-chão, onde pensamos poder instalar também um serviço de ambulância, em colaboração com os Bombeiros de Entre-os-Rios», procurando assim corresponder a uma das necessidades mais sentidas pela população. Ir ao Porto (a 30 km) ou a Penafiel (a 26 km) não é fácil, particularmente quando se está

doente, daí a justa preocupação da Junta em resolver mais este problema.

No futuro, será a restauração do outro edifício, para fins culturais e para dar apoio a algumas colectividades que não têm sede própria. Fazer da antiga Escola do Remoinho um centro de canoagem, criar uma biblioteca, são sonhos de que nos falaram os camaradas de Rio Mau, sonhos possíveis de concretizar com a imensa vontade que manifestam.

Do abastecimento de água, um problema praticamente resolvido, do alargamento do cemitério, obra conseguida com a insistência da Junta, da iluminação pública, do jardim público recuperado, da construção de um cais junto ao douro, outra reclamação da Junta à EDP, de tudo um pouco nos contaram os camaradas no percurso que fizemos a pé pela freguesia e à medida que, com orgulho, nos mostravam a obra já realizada. Obra em que teve, no correr dos anos, a contribuição da população, tanto em milhares de horas de

trabalho voluntário como em participações financeiras.

E apenas mais um exemplo: o lavadouro que a Junta pretende construir junto ao Douro, no lugar de Belo Horizonte. A este respeito os camaradas não quiseram perder a oportunidade de lembrar «a contribuição decisiva do camarada Madureira, arquitecto, que sempre de forma desinteressada tem dado um apoio precioso ao trabalho da Junta». O projecto do lavadouro é um caso, mas poderíamos lembrar que é da autoria do mesmo, o projecto da Junta de Freguesia de Sebolido, de que falámos no «Avante!» há duas semanas.

### Participar

Participar é outra palavra que não é estranha às gentes de Rio Mau. Participar, no colectivo, na resolução dos problemas que vão aparecendo, nas associações culturais e desportivas — em Rio Mau há uma Banda Musical, desde 1920, um Centro Popular de Recreio, um Grupo Columbófilo, o Rio Mau Futebol Clube e o Grupo Malta do Rio (que, como nos referiram, já participou na Festa do «Avante!», no Festival da Canção Juvenil). Participar, também, na construção da nova igreja, uma obra iniciada há cerca de um ano e totalmente financiada pela própria população que organiza cortejos, leilões, e contribui com trabalho voluntário. «Todos sem excepção, contribuíram para esta obra que vai já em doze mil contos», fez questão de lembrar o Presidente da Junta.

E falou-se também das dificuldades, criadas pela tentativa de isolamento do Presidente da Junta, com o acordo entre o PSD e PS na constituição da nova Junta, após as eleições de 1985. «Foram quase três anos em que nem trabalharam e procuraram impedir que os comunistas trabalhassem, mas não o conseguiram». Sucessivas demissões de elementos do PS e do PSD, quer na Junta quer na Assembleia de Freguesia, acabaram por culminar, depois de «muitas zangas entre comadres», na eleição, por unanimidade, de dois elementos da CDU para os cargos de Secretário e Tesoureiro da Junta. «Deixem trabalhar quem quer trabalhar» é a voz corrente na freguesia, que reconhece o valor da obra realizada, apesar das tentativas de desestabilização da autarquia. ■

outra margem, com mais segurança, com carreiras regulares de barco para pessoas e viaturas e, ainda, a instalação de um **parque de campismo**.

A criação de uma **rede mínima de esgotos** e o reforço do **abastecimento de água** a Rio Mau; a **urbanização de zonas** em Sebolido, quer para habitação permanente, quer para segunda habitação; o apoio à construção de **espaços para a prática de desporto** (em particular ao projecto de um polidesportivo e um anfiteatro já iniciado em Sebolido); e, por fim a construção de um **sistema de rega** que permitisse maior rendimento da agricultura, estas outras tantas propostas que apontam no sentido do crescimento e desenvolvimento daquela zona.

Sem perderem de vista a necessidade absoluta de lutar pela implementação deste (ou até de outro) projecto, Rio Mau e Sebolido continuam à espera de uma resposta, não sem justas apreensões. É que se ouve já falar de estudos semelhantes «encomendados» à CCRN pela própria Empresa Carbonífera do Douro, para a margem esquerda do rio, em terrenos da empresa Falam de «transferência» de mineiros para trabalhos de construção civil e electricidade, ou para a zona de Valongo, para as novas prospecções de ouro ou para uma projectada exploração em grande escala de lousa.

Estas são questões que estão em aberto e que não podem ficar nos gabinetes, têm de passar pela intervenção directa dos interessados, os trabalhadores e as populações, em particular. Em Rio Mau e Sebolido está-se a fazer por isso. ■

# O PDR não serve o Alentejo

• DORA do PCP acusa Governo de ignorar as forças económicas, sociais e políticas da região.

**É** difícil encontrar entidades no Alentejo satisfeitas com o método, conteúdo e resultados previsíveis do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR).

Quem o afirma é a Direcção da Organização Regional do Alentejo (DORA) do PCP, que recentemente apresentou em conferência de imprensa, realizada em Évora, fortes críticas ao Governo pelo facto de o PDR, já apresentado na CEE, não ter em conta as realidades e as necessidades do Alentejo.

Dirigida pelos camaradas António Murteira, do secretariado da DORA e do CC do PCP; Eulália Miranda, do secretariado da DORA e suplente do CC; João Fernando, da DORA e suplente do CC e da direcção do secretariado distrital das UCP/Cooperativas do distrito de Portalegre; Alfredo Barroso, da comissão distrital de Évora do PCP, presidente da Câmara Municipal do Redondo e da direcção da Associação de Municípios do distrito de Évora; e José Figueira, do executivo da DORA e dirigente da União dos Sindicatos do distrito de Évora, a conferência de imprensa foi também oportunidade para apresentar as propostas dos comunistas para o desenvolvimento do Alentejo.

Num documento distribuído aos jornalistas, os responsáveis da DORA acusam o Governo de, na elaboração do PDR, ter marginalizado «de facto o Poder Local, as organizações dos trabalhadores, dos agricultores, dos industriais e dos comerciantes e as forças da oposição», desaproveitando assim «um enorme manancial de conhecimentos, de experiência, de energia e de inteligência.»

Após sublinhar que «não está assegurada a base social de apoio necessária» a um tal projecto e que o PDR é «demasiado impreciso em relação à questão do controlo da aplicação dos financiamentos», o documento da DORA refere que o verdadeiro plano para o Alentejo está camuflado:

**Para o Alentejo, cerca de um terço do território nacional, com significativos recursos hídricos, terras e no subsolo, num país que importa cerca de metade do que consome, o Governo e a CEE querem impor a florestação, sobretudo com uma espécie menos adequada às condições edafoclimáticas da região — o eucalipto.**

Por isso, na opinião dos comunistas alentejanos, grandes projectos como o Alqueva, Plano de Rega, Metalurgia do Cobre e do Estanho, economia agrícola mista, ordenamento cultural e desenvolvimento

fronteiriço, não são contemplados pelo PDR.

Legítimo motivo de preocupação constitui, por exemplo, toda a zona central alentejana, «contemplada» com uma verba insignificante, ou ainda as atrasadas zonas fronteiriças, que de facto **não são contempladas** com projectos visando o seu desenvolvimento.

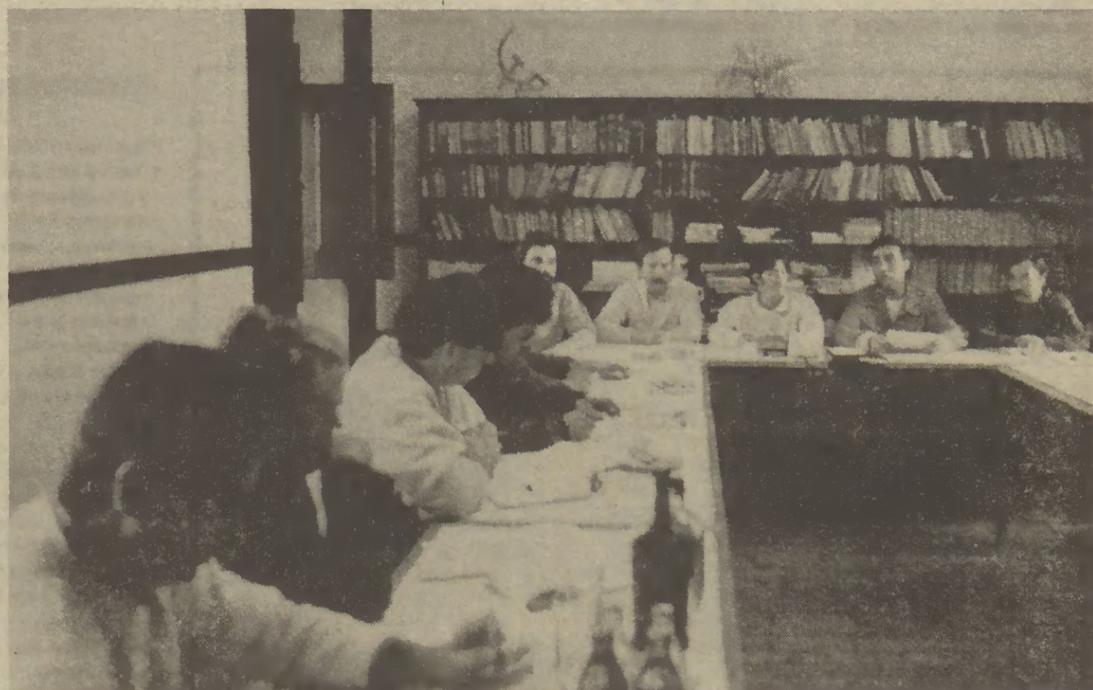
A propósito, vale a pena referir a «história» contada pelo camarada Alfredo Barroso, respeitante à participação destinada às autarquias no dito programa de desenvolvimento das zonas fronteiriças. As Câmaras Municipais foram contactadas numa quinta-feira para participarem numa reunião no dia seguinte, sexta-feira; aí, foi-lhes pedida a apresentação de propostas na segunda-feira seguinte. Em causa estavam «apenas» um programa estimado em 800 mil para um período de quatro anos, envolvendo mais de vinte municípios!!!

Pretendia o Governo, nesta irresponsável maratona, que os responsáveis autárquicos se pronunciassem sobre matéria tão sensível e importante como o desenvolvimento...

Sem comentários.

Não espanta por isso que os camaradas da DORA afirmem que «mesmo os mais optimistas estão apreensivos por o Governo apresen-

tar um PDR que poderá ir agravar ainda mais as assimetrias entre o interior do país, designadamente o Alentejo e o litoral e muito mais ainda em relação à vizinha Espanha e outros países comunitários».



Aspecto da conferência de imprensa promovida pela DORA do PCP, em Évora

tar um PDR que poderá ir agravar ainda mais as assimetrias entre o interior do país, designadamente o Alentejo e o litoral e muito mais ainda em relação à vizinha Espanha e outros países comunitários».

Salientando que o PDR é «absolutamente omissivo» no que se refere ao crescimento económico do Alentejo, a DORA do PCP chama a atenção para o facto de o mesmo apontar para a diminuição até 1993 da população alentejana, em menos 0,2 por cento, o que no entender dos comunistas mostra a «inadequação da política governamental e das medidas constantes do PDR nesta área».

Fazendo notar que a taxa de desemprego na região é da ordem dos 16 por cento (a mais alta do país e da Europa, com excepção da Espanha), o documento apresentado na

conferência não pode deixar de condenar o facto de que «o PDR não prevê o crescimento do emprego e a taxa até 1993 é zero».

## Propostas da DORA do PCP

Para os comunistas alentejanos é evidente que no PDR não há nada que preveja a melhoria da situação social e do nível de vida do povo alentejano. Esta opinião é de resto comum a todo o Plano, a nível geral, como se reconhece no parecer do próprio Conselho Nacional do Plano, que afirma que «a vertente social não aparece suficientemente valorizada no PDR no que respeita à melhoria das condições de vida das populações e de sectores como habitação e saúde (...).»

Para inverter esta situação, exige-se uma política democrática, participada, dialogante que permita a contribuição das forças políticas, Poder Local, organizações de trabalhadores, agricultores, industriais e comerciantes alentejanos na definição, gestão e execução dos planos de desenvolvimento para o Alentejo, de forma a criar uma sólida base social de apoio, indispensável ao sucesso de toda a política de desenvolvimento e bem-estar.

Só assim será possível aproveitar os recursos e potencialidades do Alentejo, reduzir as assimetrias existentes, garantir o crescimento económico, criar condições para o crescimento e fixação da população, impedindo que as nossas riquezas caiam nas mãos dos monopólios e que os nossos trabalhadores sejam por eles explorados.

Para os camaradas da DORA, há que pôr em prática uma política de educação e formação profissional, uma política de justiça social e avançar com a criação das regiões administrativas, «como forma genuína e democrática de potencializar o desenvolvimento regional e o aproveitamento eficaz dos financiamentos nacionais e comunitários».

Estes objectivos, consideram os

camaradas da DORA, exigem o desenvolvimento do projecto do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo; um projecto de ordenamento cultural da região que potencialize o aproveitamento da terra, dos recursos hídricos, florestais e cinéticos e impedir a ocupação por facto consumado pelo eucalipto para servir os interesses das multinacionais do sector. E também um projecto de economia mista para a agricultura alentejana, com apoio às diversas formas de economia agrícola existente (explorações familiares, UCP/Cooperativas, sector privado, incentivos ao associativismo).

No âmbito dos projectos a implementar salienta-se ainda o aproveitamento racional e integrado dos coutos mineiros de Aljustrel e Neves Corvo, a exploração e transformação dos recursos do subsolo (como o mármore e granito), um plano de aproveitamento para o sector da agro-indústria, um plano de carácter fronteiriço que permita desenvolver as zonas raianas do Alentejo, das mais atrasadas do país e da Europa, e o apoio à dinamização das Regiões de Turismo de S. Mamede (Portalegre), Planície Dourada (Beja) e Planície Histórica (Évora).

Sublinhando que, a não ser contrariada a política do Governo, «corremos o risco de cada vez nos distanciarmos do nível de desenvolvimento económico e social da CEE», os camaradas da DORA consideram que as eleições de 18 de Junho para o Parlamento Europeu são uma oportunidade para o eleitorado «penalizar o PSD e o Governo de Cavaco Silva pela má política interna e pela falta de capacidade para preparar o país para o Mercado Único».

Como foi salientado, «é preciso que cada alentejano, cada português, cada democrata, decida se quer utilizar o seu voto em políticas que provocaram a estagnação do país (...) ou se é altura de apostar nas propostas, nos projectos de forças que, como o PCP e a CDU, se apresentam com uma política de unidade e diálogo, com uma obra realizada e um projecto de futuro para desenvolver o Alentejo e Portugal.» ■



O Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) apresentado pelo Governo não tem em conta as realidades e necessidades do Alentejo

**Cristãos-novos**

Alberto João Jardim veio esta semana a terreiro para defender a necessidade de «remodelar ou reforçar o Governo com elementos mais políticos». Aproveitou a oportunidade para dizer que o «PSD não teve capacidade de contra-ataque e fêz retumbantemente no campo da promoção pública da sua imagem e da imagem do Governo junto da opinião pública».

Retumbantemente, Jardim espetou o dedo acusador e apontou os culpados: os «cristãos-novos do PSD». Ou seja, sempre citando Jardim, a «muita gente que entrou no partido» quando o PSD já «não estava na mó de baixo».

Na riqueza do vocabulário

português Jardim não encontrou a palavra certa para designar tal gente: oportunistas. Mas se já deu conta da realidade e propõe uma cruzada aos seus «cristãos-novos», Jardim deixa o PSD a braços com outro problema: a desertificação. As moscas. Lá para as bandas do PSD, se alguém corre pelo amor à camisola fá-lo anonimamente. Os conhecidos têm todos um lema comum — o seu negócio, perdão, a sua militância, é números, daqueles redondos com cifrão no meio. De preferência, às malas cheias.

**Os luxos**

Entre muitas outras coisas que o Governo considera luxos desnecessários e que

# Pontos Cardeais

agora foram alvo de restrições ao crédito contam-se os electrodomésticos.

A partir da passada segunda-feira, um aquecedor eléctrico, por exemplo, deixou de poder ser vendido a crédito, já que quem não tem dinheiro para viver numa casa com ar condicionado tem certamente obrigação de dispensar aquecimentos que só servem para fazer o país gastar mais energia.

Assim, enquanto uns se climatizam muito, outros, a maioria, poupam ao país milhares de contos. Se o frio for muito sempre há a esperança de compensar com uns agasalhos... a pronto pagamento é claro, que o vestuário e o calçado também viram o crédito cortado. Como dizia uma canção em voga nos tempos do fascismo, «que mais queres tu no país do sol onde podes andar nú?»

**Estacionamentos**

Segundo deliberação da Câmara Municipal de Lisboa aprovada com os votos favoráveis do PSD, CDS e PS, a zona do Chiado vai passar a ter estacionamento pago, regulado por parquímetros electrónicos e prevendo qualquer coisa como 400 lugares pagos. As tarifas variam entre 60, 30 e 20 escudos/hora conforme o período do dia e, segundo os autores e apoiantes da ideia, esta medida visa «obter uma maior oferta de espaços».

Não se percebe como o mesmo espaço pode «aumentar a oferta» só pelo facto de passar de grátis a pago. A não ser que se façam outras contas, como esta, por exemplo: tirando a gratuidade, expulsam-se os que não podem ou têm dificuldades em pagar e abre-se espaço aos que podem pagar tudo a pronto — desde carros a estacionamentos. Assim já se compreende. Agora, senhores vereadores do PSD, CDS e PS, não nos venham é com rábulas a armar ao «interesse social»!

**Acordos**

O PRD decidiu estabelecer um acordo com o PS com incidência nas eleições europeias e autárquicas. O PSD, pela voz de Dias Loureiro, comentou o facto rotulando-o grosseiramente de «um episódio, porventura o último, da morte anunciada dos renovadores». Inquirido sobre a mesma questão, o dirigente do PCP Ângelo Veloso considerou que o referido acordo «dá significativa contribuição para o reforço das teses "hegemonistas" e "bipolarizantes" do PS, teses que a vida demonstra serem incompatíveis com a oposição coerente à política de direita». Posto isto o PRD respondeu... ao PCP. Achou a apreciação de Ângelo Veloso «intolerável», «reveladora de nervosismo» e «demonstrativa de que a decisão foi acertada», argumentando ainda que o seu acordo com o PS constitui «uma alternativa clara e credível no seio da esquerda democrática à desastrosa governação do PSD». Que se trata de uma «alternativa clara» do PRD, não há dúvida, mas quanto a ser «credível», não nos parece. E já agora perguntamos: se o PRD está tão empenhado na luta contra a desastrosa governação do PSD, por que esquece os insultos deste partido e gasta tão adjectivadas energias contra... o PCP?!...

# Gazetilha

por *Ignotus Sum***Teatro na sala de jantar**

Cavaco não lê jornais não vê a Imprensa do seu país. Nem se diga que são as «bocas» habituais: é ele quem o diz. Mas eu não creio, para grande mágoa, que não leia sequer o *Borda d'Água*...

Livros, eis outro assunto em que não toca. Um livro, passo a passo, é muito papel junto e ele adormece logo, de cansaço. Ah, como ele aprecia os brandos leques dos seus livros de cheques...

O Teatro é o seu enguiço. Nunca lá vai. Perguntará às vezes: «Também cá temos disso? Eu pensava que eram só os ingleses...» Mas em casa juntou, ultimamente, actores que lhe leram Gil Vicente...

Que triste ideia de primeira apanha! Assim, um truque mais tira do saco: Se Cavaco não vai à montanha vai a montanha ter com o Cavaco...

**Vocações perdidas...**

Era do PSD um grande autarca com posição segura no Partido. Lá dentro mesmo andava conhecido como futuro capitão da barca...

Mas ei-lo que, de súbito, se abarca a seis mil contos. E ficou perdido. Na imunda prisão está detido e dia e noite de suor de encharca.

O homem teria o seu futuro ardente. Seus amigos erraram neste pé ao pô-lo de uma Junta presidente

Respeito houvesse pelas vocações ele estaria mas na CEE e eram, não já seis mil, mas seis milhões...

**O exemplo do vinho**

Este protesto vem do Bombarral de quem sabe, afinal, a dureza que tem as pedras do caminho que faz do agricultor o pele e osso: O governo importa vinho sem querer saber do nosso...

Neste governo manda a bebedeira e, para pior mazela, o vinho da piela é de marca estrangeira...

Estão a ver, lavradores, no vinho, como em toda a economia, o povo lavra dores lavra o governo só pirataria...

**Actualidade**

O Cadilhe é escandaloso? A Beleza é escandalosa? Não sou preconceituoso mas alguém com a gente goza nesta dúvida alterosa que me traz tão desgostoso: a Beleza é escandalosa? O Cadilhe é escandaloso? Cavaco Silva, anguloso, de perfil para a TV posa. Se a Beleza é escandalosa? Se o Cadilhe é escandaloso? Diz-nos que não, majestoso, diz que a Imprensa é mentirosa e diz que não leu a prosa do inquirito famoso...

... um Cavaco em polvorosa na aventura mal cheirosa...



SOLAN

# Agenda

**Avante!**

Ano 59 — Série VII  
N.º 797

6 de Abril de 1989

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Quinta

### • LOURES

Juventude e CEE — debate promovido pela CDU no salão da Junta de Freguesia de Odivelas, com início às 21.00. Participação de Jorge Zacarias e do deputado António Filipe.

### • VILA FRANCA DE XIRA

Reunião da Coordenadora concelhia da CDU — salão da Junta de Freguesia da Castanheira, 21.30.

## Sexta

### • LISBOA

Sessão de esclarecimento sobre o

Parlamento Europeu e as eleições de 18 de Junho — Junta de Freguesia da Penha de França, 21.30, com a participação do camarada Henrique de Sousa.

### • ALHANDRA

Sessão de esclarecimento sobre as eleições para o Parlamento Europeu, promovida pela CDU —

Sociedade Euterpe Alhandrense, 21.30.

### • SOBRALINHO

Plenário de militantes — no Centro de Trabalho, 21.30.

## Sábado

### • LISBOA

— II Assembleia do Sector Público da ORL — no Centro de Trabalho Vitória; — sessão de esclarecimento sobre o Parlamento Europeu — no salão da Junta de Freguesia de Benfca, às 16.00, com a participação do camarada Dias Lourenço.

### • CHAVES

4.ª Assembleia Plenária (extraordinária) da Organização Concelhia de Chaves — no anfiteatro da Escola Fernando de Magalhães, a partir das 15.00, com a participação do camarada Armando Carvalho.

### • BRAGA

A Constituição da República — que futuro? — debate com a participação dos camaradas José Manuel Mendes, deputado, e José Antunes, do CC — salão da Junta de Freguesia de S. Lázaro, 21.30.

### • GUIMARÃES

A Constituição da República — que futuro? — debate, também com a participação de José Manuel Mendes e José Antunes — no salão da Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos, 16.00.

### • AMADORA

Encontro da CDU da freguesia de Falaqueira-Venda Nova.

### • VIALONGA

4.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Vialonga — na Associação Desportiva e Cultural do Parque Residencial, a partir das 14.30, com a participação do camarada José Vitoriano.

### • SACAÉM

2.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Sacavém — na Academia Recreativa e Musical de Sacavém, às 14.30, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa.

### • ALVERCA

3.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Alverca — no salão dos Bombeiros Voluntários, às 14.30, com a participação do camarada Marília Vilaverde Cabral.

### • SANTARÉM

Encontro Concelhio da CDU: «A Actividade da CDU e as próximas eleições». A partir das 15.00, na sala da Assembleia Municipal (Campo da Feira).

### • SINTRA

O progresso de Sintra é possível — lema do encontro promovido pela CDU de Sintra na Escola Se-

cundária de Santa Maria de Sintra. Das 9.30 às 18.00.

• SETÚBAL  
2.ª Assembleia (extraordinária) da Organização Regional de Setúbal — a partir das 9.30 na SFUAP — Cova da Piedade.

### • TIRES

Plenário dos militantes das células de Tires, Matarraque e Bairro das Vinhas — 21.00, CT de Tires.

## Domingo

### • ÉVORA

Fórum CDU Alentejo: apresentação e

debate do projecto de Manifesto Regional da CDU para as Eleições do Parlamento Europeu. No Palácio D. Manuel, das 9.30 às 13.30.

### • VISEU

2.ª Assembleia (extraordinária) da Organização Distrital de Viseu. No auditório da Escola de Enfermagem, a partir das 9.30.

### • CARCAVELOS

Assembleia da Organização de Freguesia de Carcaveiros. A partir das 10.00, na colectividade GIMB, em Rebelva.



**CDU**

## Apresenta lista de candidatos ao Parlamento Europeu

Sessão de apresentação pública, no sábado, às 17.30, no Hotel Sheraton, no seguimento da reunião do Conselho Consultivo Nacional da CDU

### • VILA REAL

Desenvolvimento de Trás-os-Montes na CEE — minas e águas minero-medicinais: debate promovido pela CDU com a participação de diversos especialistas. Às 14.30 no salão do Centro Cultural.

### • FIGUEIRA DA FOZ

Almoço-convívio promovido pela orga-

nização de Tavarede, com a participação do camarada Francisco Guerreiro, que fará uma intervenção sobre a situação política.

### • COVILHÃ

Encontro de comissões, activistas e eleitos da CDU — na sala da Assembleia Municipal, a partir das 14.00, com a

participação do camarada Luís Sá.

### • CASCAIS

2.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Cascais — das 9.00 às 18.00, na Associação dos Columbófilos.

### • AMADORA

Encontro da CDU da freguesia da Mina.

## 2.ª Assembleia (extraordinária) da Organização Regional de Setúbal do PCP

- Sábado, dia 8, na SFUAP (Almada), às 9.30 horas
- Intervenções de Manuel Sobral (abertura) e Domingos Abrantes (encerramento)



## Assembleias plenárias para discussão dos documentos e eleição de delegados

### Dia 6

#### Campo Maior

Cacém — CT do PCP, 21.00

Benfica/Lisboa — CT do PCP de Benfica, 21.00

Loures — CT do PCP, 18.00

### Dia 7

Oeiras — CT do PCP de Algés, 21.00

Queluz — CT do PCP, 21.30

Porto (algumas freguesias) — CT da JCP, 21.30

### Dia 8

Castelo Branco — CT do PCP da Covilhã, 15.00

Faro — CT do PCP, 15.30

Funchal — Sessão pública

Chaves — 15.00

Coimbra (Ensino Superior) — 15.00

Coruche

### Dia 9

Cascais — CT do PCP, 15.30

Avis — 9.00

Porto (Ensino Superior) — 15.30

Lisboa (Ensino Superior)

— CT do PCP de Alcântara, 10.00

Setúbal (concelhos do sul)

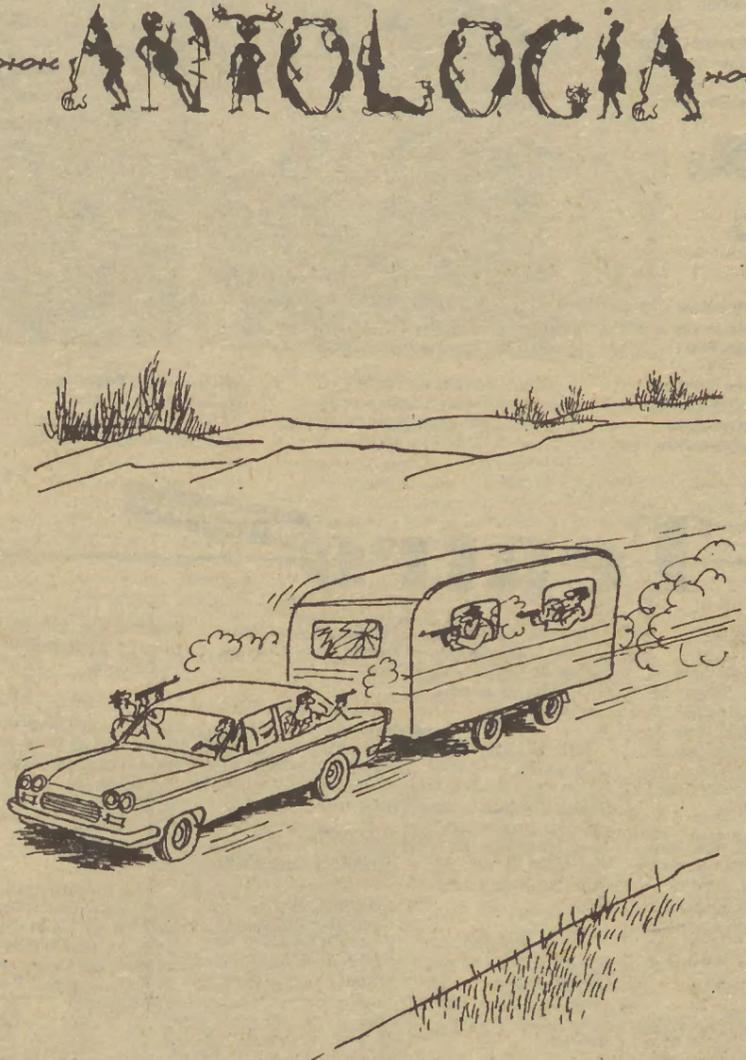
— CT do PCP de Grândola, 15.00

## Amadora

### A revisão constitucional, o pacote laboral e os direitos dos trabalhadores

Debate promovido pelas delegações sindicais da USL/CGTP-IN e Comissões de Trabalhadores do concelho da Amadora.

7 de Abril, 21 horas,  
Recreios da Amadora



REISINGER (Holanda) in «Panorama» revista holandesa, n.º 34 — Agosto de 1983

# TV **O Programa**

**Quinta**
**RTP1**

 09.00 - Bom Dia  
 10.00 - As Dez

 12.15 - Brega e Chique (93.º epis.)  
 13.00 - Jornal da Tarde  
 13.30 - Ilha da Fantasia (últ. epis.)  
 14.15 - S.A.J. Serviço de Auxílio aos Jovens (série, 3.º epis.)  
 14.40 - No Mundo da Ciência  
 15.05 - Diamonds Awards  
 16.00 - Os Roberts  
 16.35 - Ponto por Ponto  
 17.30 - Brinca Brincando  
 18.20 - Lugar de Encontro  
 19.30 - Telejornal  
 20.05 - Boletim Meteorológico  
 20.10 - Falar Português

 20.20 - Sassaricando (13.º epis.)  
 21.15 - Os Heróis da Esquadriha (série, 3.º epis.)  
 22.15 - Os Contos da Casa  
 22.45 - Canto Alegre  
 00.05 - 24 Horas  
 00.35 - Remate

**RTP2**

 15.00 - Filhos e Filhas (188.º epis.)  
 15.25 - A Casa de Irene  
 15.45 - Magazine Cinema  
 16.20 - Quem Sai aos Seus...  
 16.45 - Basquetebol - Taça dos Campeões Europeus  
 20.45 - Cem Grandes Quadros  
 21.00 - Jornal das Nove  
 21.30 - Maude (89.º epis.)  
 22.00 - Especial Desporto

**Sexta**
**RTP1**

 09.00 - Bom Dia  
 10.00 - As Dez  
 12.15 - Brega e Chique  
 13.00 - Jornal da Tarde  
 13.30 - Chateauballon (17.º epis.)  
 14.25 - Imagem e Imagens  
 15.05 - Kool and the Gang  
 16.35 - Ponto por Ponto  
 17.30 - Brinca Brincando

 18.20 - Lugar de Encontro  
 19.30 - Telejornal  
 20.05 - Boletim Meteorológico  
 20.10 - Falar Português  
 20.20 - Sassaricando  
 21.15 - Telemundo  
 21.50 - Teatro - «A Menina Alice e o Inspector»  
 23.30 - 24 Horas  
 00.00 - Remate  
 00.10 - Pela Noite Dentro - «Night Gallery», real. Boris Sagal/S. Spielberg/B. Shear (telefilme, EUA/1985, 98 min.)

**RTP2**

 15.00 - Filhos e Filhas  
 15.25 - Agora, Escolha

 16.55 - Sinhá Moça  
 17.30 - Trinta Minutos Com...  
 18.00 - Vestígios  
 19.00 - Music Box  
 20.00 - Os Intocáveis  
 21.00 - Jornal das Nove  
 21.30 - Maude  
 21.55 - Os Prazeres e as Sombras (últ. epis.)  
 23.50 - Rotações

**Sábado**
**RTP1**

 09.00 - Juventude e Família (A Família Robinson, Desporto e Ciência, Era uma Vez a Vida, O Safari do João Valentão, As Aventuras de Teddy Ruxpin, Sebastião na CEE, Get Smart)  
 11.55 - Karajan dirige Tchaikovsky  
 13.00 - Notícias  
 13.10 - Recordes Guinness  
 13.35 - Parlamento


14.05 - Sessão da Tarde - «O Tapete Mágico», real. William Graham (telefilme, EUA/1971, 100 min.)

 15.45 - Vivamúsica  
 16.40 - Crime, Disse Ela  
 17.25 - No Tempo em que Você Nasceu

 19.10 - Sete Folhas  
 19.45 - Totoloto  
 20.00 - Jornal de Sábado  
 21.30 - Fantástico  
 22.45 - Pássaros Feridos (6.º epis.)


23.45 - Cinema da Meia-Noite - «O Ano de Todos os Perigos», real. Peter Weir (Austrália-EUA/1983, 115 min.)

**RTP2**

 09.00 - Compacto Music Box  
 11.45 - A Nossa Turma  
 13.00 - Compacto Brega e Chique  
 16.00 - Estádio

**Domingo**
**RTP1**

 09.00 - Juventude e Família  
 11.15 - Missa  
 12.05 - 70x7  
 12.30 - TV Rural  
 13.00 - Notícias  
 13.10 - Fórmula 1 (5.º epis.)  
 13.55 - Viagem às Profundezas (5.º epis.)  
 14.50 - Primeira Matinée - «Madame X»  
 17.00 - Clube dos Amigos Disney  
 19.00 - O Justiceiro  
 20.00 - Jornal de Domingo  
 20.50 - Alf, uma Coisa do Outro Mundo  
 21.25 - Voltar (série «Fados» - 1.º epis.)  
 22.15 - Filmezinho  
 22.20 - Domingo Desportivo

**RTP2**

 09.00 - Music Box  
 10.00 - Troféu  
 13.00 - Caminhos  
 13.30 - Novos Horizontes  
 13.50 - Veterinário de Província  
 14.45 - Sem Fronteiras - «Os Grandes Rios do Mundo»  
 16.00 - Troféu

 18.00 - A Bela e o Monstro  
 18.45 - Século XX («A História de Hollywood» - 5.º epis.)  
 19.50 - Primeiro Andamento  
 20.15 - Quem Sai aos Seus  
 20.40 - Artes e Letras - Bosch  
 22.00 - Cineclube: «O Sinal do Dragão», real. Douglas Sirk (EUA/1954, 92 min.)  
 23.35 - Som da Surpresa

**Segunda**
**RTP1**

 09.00 - Bom Dia  
 10.00 - As Dez  
 12.15 - Brega e Chique  
 13.00 - Jornal da Tarde  
 13.30 - O Império de Carson (34.º epis.)  
 14.15 - A Brigada Falcão (série, 4.º epis.)  
 14.40 - Pescadores (série, 1.º epis.)  
 15.05 - Neil Diamond  
 16.00 - Os Roberts  
 16.35 - Ponto por Ponto  
 17.30 - Brinca Brincando  
 18.20 - Lugar de Encontro  
 19.30 - Telejornal  
 20.05 - Boletim Meteorológico  
 20.10 - Falar Português  
 20.20 - Sassaricando  
 21.20 - O Jovem Chaplin (série, 1.º e 2.º epis.)  
 23.00 - Portugal - Passado e Presente (série, 1.º epis.)  
 24.00 - 24 Horas  
 00.30 - Remate.

**RTP2**

 15.00 - Filhos e Filhas  
 15.25 - Agora Escolha  
 16.55 - Sinhá Moça  
 17.30 - Trinta Minutos Com...  
 18.00 - Telefilme  
 19.00 - Music Box Especial  
 19.55 - Os Intocáveis  
 21.00 - Jornal das Nove  
 21.30 - Acerto de Contas (Magazine de Economia)  
 22.00 - Teatro - «Pierrot e Arlequim».

**Terça**
**RTP1**

 09.00 - Bom Dia  
 10.00 - As Dez  
 12.15 - Brega e Chique

**Filmes**

 «Night Gallery» - 6.º, 00.10, RTP-1  
 «O Tapete Mágico» - sáb., 14.05, RTP-1  
 «O Ano de Todos os Perigos» - sáb., 23.40, RTP-1  
 «Madame X» - dom., 15.20, RTP-1  
 «O Sinal do Pagão» - dom., 22.00, RTP-2  
 «O Tambor» - 3.º, 22.00, RTP-2  
 «Luzes da Ribalta» - 4.º, 21.35, RTP-1

**Música**
**Sexta**

 15.00, RTP-1: Kool and the Gang  
 19.00, RTP-2: Music Box

**Sábado**

 09.00, RTP-2: Compacto Music Box  
 15.45, RTP-1: Vivamúsica  
 20.00, RTP-2: Spandau Ballet II

**Domingo**

 09.00, RTP-2: Music Box  
 19.45, RTP-2: Primeiro Andamento  
 23.35, RTP-2: Som da Surpresa

**Segunda**

 15.05, RTP-1: Neil Diamond  
 19.00, RTP-2: Music Box Especial

**Terça**

 15.05, RTP-1: Fairport Convention  
 15.50, RTP-2: Primeiro Andamento  
 18.00, RTP-2: Music Box (Via Rápida)  
 19.00, RTP-2: Music Box (Off the Wall)

**Desporto**

 Remate - RTP-1, 5.º (00.35), 6.º (24.00), 2.º (00.30), 3.º (23.25) e 4.º (00.20)  
 Rotações - RTP-2, 6.º, 23.50  
 Estádio - RTP-2, sáb., 16.00 e 21.15  
 Basquetebol - RTP-2, sáb., 21.15  
 Troféu - RTP-2, dom. (10.00 e 16.00)  
 Domingo Desportivo - RTP-1, 22.20

 13.00 - Jornal da Tarde  
 13.30 - Dallas (19.º epis.)  
 14.15 - Os Super Gatos  
 14.40 - Um Certo Sorriso (série, 1.º epis.)  
 15.05 - Fairport Convention  
 16.05 - Os Roberts  
 16.35 - Ponto por Ponto  
 17.30 - Brinca Brincando  
 18.20 - Lugar de Encontro  
 19.30 - Telejornal  
 20.05 - Boletim Meteorológico  
 20.13 - Falar Português  
 20.20 - Sassaricando  
 21.00 - O Jovem Chaplin (últ.º epis.)  
 22.00 - Primeira Página  
 22.55 - 24 Horas  
 23.25 - Remate.

**Quarta**
**RTP1**

 09.00 - Bom Dia  
 10.00 - As Dez  
 12.15 - Brega e Chique  
 13.00 - Jornal da Tarde  
 13.30 - Fama (39.º epis.)  
 14.15 - The Strangers (série)  
 14.35 - O Homem e a Cidade (série, 1.º epis.)  
 16.00 - Os Roberts  
 16.35 - Ponto por Ponto  
 17.30 - Brinca Brincando  
 18.20 - Lugar de Encontro  
 19.30 - Telejornal  
 20.05 - Boletim Meteorológico  
 20.10 - Falar Português  
 20.20 - Sassaricando  
 21.15 - Vamos Jogar no Totobola

**RTP2**

 15.00 - Filhos e Filhas  
 15.25 - Elogio da Leitura  
 15.50 - Primeiro Andamento  
 16.30 - Lá em Casa Tudo Bem  
 16.55 - Sinhá Moça  
 17.30 - Trinta Minutos Com  
 18.00 - Music Box (Via rápida)  
 19.00 - Music Box (Off the wall)  
 19.55 - Os Intocáveis  
 21.00 - Jornal das Nove  
 21.30 - Magazine de Cinema  
 22.00 - Cinemadois: «O Tambor», real. Volker Schlöndorff (RFA-França/1979, 135 min.).

 21.35 - Lotação esgotada: «Luzes da Ribalta», real. Charles Chaplin (EUA, 1952, 130 min.)  
 23.50 - 24 Horas  
 00.20 - Remate.

**RTP2**

 15.00 - Filhos e Filhas  
 15.25 - Agora, Escolha  
 16.55 - Sinhá Moça  
 17.35 - Trinta Minutos com...  
 18.00 - O Aparecimento do Homem (série, 4.º epis.)  
 19.55 - Os Intocáveis  
 21.00 - Jornal das Nove  
 21.30 - Especial Desporto.

# Teatro **O Cartaz**

**LISBOA**

Clube Estefânia, R. Alexandre Braga, 24-A. De 3.ª a 6.ª às 21.30; sáb. às 18.00; dom. às 16.00. Perversões, de David Mamet, enc. Miguel Guilherme e José Pedro Gomes.

Mosteiro dos Jerónimos. 3.ª, 4.ª, 5.ª, sáb. e dom. às 15.00; 6.ª e sáb. às 21.30. Lusitânia, adaptação de textos de Gil Vicente, enc. Guilherme Filipe, pelo grupo Persona.

Teatro ABC, Parque Mayer. 6.ª, sáb. e dom. às 21.30, dom. também às 16.00. Virgem Nunca Mais, de Ary Fontoura e Júlio Dasaune, que também dirigem.

Teatro da Comuna, Praça de Espanha. De

3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. Os Recrutados, de Neil Simon, enc. João Mota, pela Comuna.

Teatro da Trindade, R. Nova da Trindade. De 3.ª a sáb. às 21.30. Olavo e Alberto, de Heinrich Henkel, enc. José Martins e José José Piçoto, prod. do CDIAG. (hoje último dia)

Teatro Politeama, R. Portas Santo Antão. Diariamente às 19.00. Final de Samuel Beckett, enc. Mário Viegas. (até 9/4)

Teatro Variedades (Parque Mayer). De 3.ª a domingo às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. A Prova dos Novos!, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga, A. Nazareth

Fernandes, enc. Maria Helena Matos e Marina Mota.

Teatro Vasco Santana, Av. República/Entrecampos. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. Habeas Corpus, de Alan Bennett, enc. Luzia Maria Martins, pelo Teatro Estúdio de Lisboa. (até 9/4)

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. O Leitinho do Nenê, de Alfonso Paso, encen. Francisco Nicholson.

**Para Crianças**

Comuna, Praça de Espanha - Sala 2. 6.ª e sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. Carcaças, Pedro I, Príncipe

Bezerra, enc. João Brites, pelo Grupo de Teatro O Bando.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1 - ao Calvário. Sáb. e dom. às 16.00. A Nuvem Que Não Queria Chover, de Fernando Bento Gomes, enc. Kim Cachopo.

**PORTO**

Os Comediantes, R. Gonçalo Cristóvão. De 5.ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. Possessos de Amor, de Sam Shepard, enc. Peter Field.

**ESTORIL**

Casino, Pr. J. Teodoro dos Santos. 5.ª e 6.ª às 21.30, dom. às 17. Piaf, de Pam Gems, enc. Flávio Rangel. Com Bibi Ferreira. (até 12/4)

# Cinema A seleção

	David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Os Acusados	—	—	—	★★★
<b>B</b> Encontro de Irmãos	—	—	—	★★★
<b>C</b> Gente Estranha	★★★★	—	—	★★★★
<b>D</b> Um Peixe Chamado Wanda	—	★★★	★★★	★★★
<b>E</b> O Turista Acidental	★★★★	—	—	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Jonathan Kaplan — Amoreiras (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 24.00), Lisboa.
- B — Real. Barry Levinson — Alfa 1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras 6 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), S. Jorge (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa; Coliseu (15.30, 18.00, 21.30) e Pedro Cem (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Porto.
- C — Real. Andrei Konchalovsky — King/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- D — Real. Charles Crichton — S. Jorge/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Fonte Nova (14.15, 16.30, 18.45, 21.15) — Lisboa.
- E — Real. Lawrence Kasdan — Amoreiras 7 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 00.15) e — Quarteto 1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.

# Exposições



Colectiva de artistas africanos no Museu Municipal de Santiago do Cacém: entre outros, Lívio Morais (Moçambique) e Eleutério Sanches (Angola)

## • LISBOA

**Alberto Gordillo** — «Do Metal à Transparência», jóias. Museu do Traje, Parque do Monteiro-Mor (Paço do Lumiar). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.

**Américo Freire** — Pintura. SNBA, Rua Barata Salgueiro, 36. De 2.ª a 6.ª das 14 às 20 (até 9/4).

**Ana Aragão** — Pintura. Palácio dos Corchueiros, R. Alberto Oliveira (Alvalade) (até 13/4).

«Caseirão» — Pintura. Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A. De 3.ª a sáb., das 14 às 20 (até 22/4).

«Cinco Séculos de Comunicação» (Da malaposta ao telégrafo; as novas tecnologias nas telecomunicações) — Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo.

Colectiva de desenho. Gal. Leo, Trav. da Queimada, 48. De 3.ª a sáb., das 14.30 às 19.30 (até 13/4).

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

Colectiva de pintura, desenho e escultura de um grupo de alunos da ESBAL. Junta de Freguesia de Alcântara (Até 21/4).

«Companhia Rey Colaço/Robles Monteiro» — Museu Nacional do Teatro. Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.

**Daniel Nave** — Pintura. Gal. Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A (até 11/4).

**Eduardo Pedroso** — Gravura. Cooperativa Gravura, Trav. do Sequeiro, 4. De 2.ª a 6.ª, das 10.30 às 13.30 e das 15 às 19 (até 24/4).

**Filipe Rocha da Silva** — Pintura. Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian (até 16/4).

**Glória Elena** (México) — Pintura. Gal. João Hogan/Voz do Operário, R. Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª das 14.30 às 22; sáb. das 15 às 18. Até 15/4.

**Helena Meneses** — Pintura. Gal. Palma, Calç. da Palma, 6 (até 21/4).

**Hervé Dangla** — Fotografia. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom. das 15 às 19.30. (Até 6/4).

**Isabel Laginhas** — Pintura. Gal. Quadrum, R. Alberto Oliveira (Cochêus). De 2.ª a 6.ª das 10 às 13 e das 15 às 20; sáb. das 15 às 19 (até 15/4).

**Júlio Resende** — Óleos (Retrospectiva 1946-1988). Galerias de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a 6.ª, das 10 às 17, sáb. e dom., das 14 às 17.

**Kika Costa Campos** — Tapeçaria. Forum Picoas, Av. Fontes Pereira de Melo. Das 11 às 13.30 e das 14.30 às 19 (até 15/4).

**Leonor Veiga** — Pintura. Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9-1.ª (até 3/5).

**Manfred Hamm** — «Técnica Morta», fotografia. Instituto Ale-

que do Monteiro-Mor, P. do Lumiar). De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17. Até 30/4.

**Vitor Ribeiro** — Escultura. Gal. 111, Campo Grande, 113 (até 24/4).

## • PORTO

**Américo Silva** — Gravura e fotografia. Coop. Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1 (até 11/4).

**Carlos Cobra** — Desenho e escultura. Coop. Árvore (até 11/4).

**Gil Teixeira Lopes** — Pintura e escultura. Gal. EG. De 3.ª a sáb. das 14 às 20.

**José de Guimarães** — Serigrafia. Módulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a sáb., das 16 às 20 (até fim de Abril).

**Júlio Resende** — Aquarelas (Retrospectiva). Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris.

**Tâpies** — Pintura, gravura, litografia. Gal. Fluxus, R. Rosário, 125-129 (até 13/4).

• OUTRAS LOCALIDADES

«Dos Modernistas aos anos sessenta» — colectiva de desenhos de Viana, Souza-Cardoso, Carvalhais, Manta, Almada, Barradas, Pavia, Pomar, entre outros. Galeria Municipal de Arte. De 3.ª a dom. das 15 às 23 (10/4) ALMADA.

**João Duarte** — Escultura. Galeria dos Patudos (Casa Museu dos Patudos) ALPIARÇA.

**António Colaço** — Aquarelas. Nova Galeria, R. Alfredo Figueiras, 1. De 3.ª a dom., das 16 às 20 (até 30/4) BARREIRO.

Colectiva (Colectão Fernando Nunes Ribeiro). Museu Regional de BEJA.

**Maria Keil** — Pintura (anos 40-80). Galeria de Colares, Rua Fria, 2. 6.ª, sáb. e dom. das 14.30 às 19.30 (até 16/4) COLARES.

**Margarida Tengarrinha** — Pintura e desenho. Gal. Mercado de Escravos. Das 14 às 20 (até 15/4) LAGOS.

**Louro Artur** — Pintura. Gal. Arte Roca MARINHA GRANDE.

«Artistas Africanos» — Colectiva de artes plásticas de artistas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. De dom. a 5.ª, das 10 às 12.30 e das 14 às 17.30, até 4/6, Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal de SANTIAGO DO CACÉM.

**Júlio Pomar** — Desenho. R. José Luís de Andrade, 139 (até 12/4) SANTO TIRESO.

Colectiva de pintura — Gal. Neugargama, R. Mig. Bombarda, 15. De 2.ª a 6.ª, das 14 às 20, sáb., das 10 às 13 e das 16 às 19, TORRES VEDRAS.

# ...e ainda

## Música

No Grande Auditório da Gulbenkian — hoje às 21.30, amanhã às 18.30 — concertos pelo **Coro e Orquestra Gulbenkian** inteiramente preenchidos com obras de **Beethoven**: Fantasia para piano, coro e orquestra, op. 80, e Sinfonia n.º 9 («Sinfonia Coral»). Direcção do maestro **Muhai Tang**, pianista **Gerhard Oppitz**.

Preços dos bilhetes: de 700\$00 a 1000\$00.

Dois outros concertos a merecerem destaque, na mesma sala:

— o do **Octeto da Orquestra Filarmónica de Berlim**, com peças de Mozart e Schubert, no dia 10 às 18.30;

— o recital do pianista **Artur Pizarro**, com obras de Bach-Busoni, Mozart, Chopin e Brahms, no dia 11 às 18.30.

Outros recitais:

— no Instituto Italiano, hoje às 18.30, do guitarrista **Massimo Laura**; no Palácio de Queluz, no domingo, do violinista **Pedro Teixeira da Silva**.

E há jazz no **S. Luiz** — espectáculos promovidos pela Associação de Estudantes de Arquitectura e integrados na «Animação do Chiado» que também promove: hoje, **Mário Laginha** a solo; amanhã o **Quarteto de Carlos Martins**. Sempre às 22.00.

**FORUM CULTURAL**

TEATRO - Danças - Música

PAÇO D. MARCELO - 130 - 1310 - LISBOA

**CDU**

do Parlamento Europeu

**Desenvolver o Alentejo**

## Bailado

Um espectáculo denominado «Soirée Bournonville», que integra os bailados **Napoli** e **La Sylphide**, pela **Companhia Nacional de Bailado** e bailarinos convidados, com a colaboração da Orquestra Sinfónica do Teatro Nacional de S. Carlos; no **Teatro Nacional de S. Carlos** nos dias 6 e 7 às 21.00 e no dia 8 às 16.00.

## Teatro

**Fausto, Fernando, Fragmentos**, que esteve em cena no Teatro Nacional de D. Maria II, voltou ontem àquela sala. Sessões: de 3.ª a sábado às 21.30, domingos às 16.00.

Na Sala Gil Vicente (a sala-estúdio do D. Maria II) está anunciada para amanhã a estreia de **África** — original de Isabel Medina com encenação de Luís Filipe Costa. De 3.ª a sábado às 21.45, aos domingos às 16.30.

Diferentemente do que consta no nosso cartaz «Teatro», a peça **Olavo e Alberto** mantém-se em cena no Teatro da Trindade até domingo (sessão às 17.00).

## Pioneiros

Aproveitando o plenário de monitores dos Pioneiros de Portugal do distrito de Santarém que no próximo domingo se realiza na Volta do Vale, o núcleo de Pioneiros desta localidade promove um convívio que inclui uma visita, com os monitores, à União das Cooperativas da Volta do Vale. Convidam, é claro, os amiguinhos, pioneiros ou não, que com eles queiram passar assim um bom dia.



## Cinema

Termina hoje na Sala 2 do Quarteto, em Lisboa, a **Semana do Cinema Soviético** que ali tem estado a decorrer, organizada pela Associação Portuguesa-URSS. Às 15, 17, 19 e 21.30 exhibe-se «Mulher Só Procura Relacionar-se», de V. Krichtofovitch, legendado em português.

Esta «semana» vai decorrer também em **Coimbra** (de 10 a 17 de Abril no Cine-Teatro Gil Vicente) e no **Porto** (de 21 a 28, no Cine-Clube do Porto), acrescida de um oitavo filme «Amigo para os Inimigos, Inimigo para os Amigos», de Nikita Mikhalkov.

O **ABC Cine-Clube de Lisboa** prossegue o ciclo dedicado a oito cineastas que marcaram o cinema europeu da última década. Na 6.ª-feira, às 18.45, será projectado — como habitualmente no Quarteto — o segundo título de Fassbinder integrado neste ciclo: **A Segunda Dimensão**, de 1978.

Na **Cinemateca** prossegue o ciclo Ingmar Bergman. Estão



# Tempo Fim de Semana



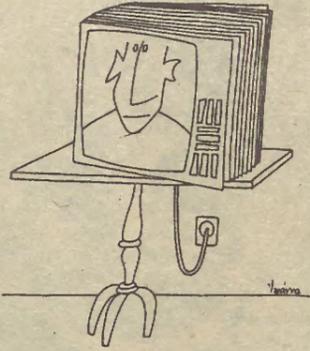
Previsão do Instituto Português de Meteorologia e Geofísica.

Céu muito nublado ou encoberto, vento sudoeste moderado, por vezes forte. Períodos de chuva e aguaceiros. Possibilidades de trovoadas. Pequena subida de temperatura.



Heitor Chichorro na Costa de Caparica

# a TV



## Moita, carrasco!

Se alguém tivesse qualquer dúvida sobre a subordinação de informação na RTP à estratégia global do Governo, aí estava o caso do Ministério da Saúde para a remover.

Não se trata de uma apreciação subjectiva. É um facto.

Repare-se que, por aquelas bandas foi total o silêncio, mesmo quando o assunto já era do domínio público. Aliás, o caso vem de longe, quando o PCP pediu inquérito ao que se passava na gestão do Hospital de S. Francisco Xavier em que o nome do ex-actual sub-secretário da Saúde já vinha à superfície. E a grande informação da RTP, moita carrasco...

Na RTP o caso aparece agora de sopetão, sem que a audiência se encontre minimamente informada. É com espanto que se vê o Primeiro-Ministro defender a Ministra, pondo nisto uma ênfase dramática, quando pergunta horrorizado: «Quem é capaz de pôr em dúvida a honestidade da ministra da Saúde?»

Tal ênfase, se é desnecessária, é ridícula. E se é ridícula, é comprometedora.

Mas na RTP Beleza ataca em grande. E a RTP corre em seu auxílio. Há emissões de Telejornal em que ela aparece várias vezes. E sempre na defesa da saúde em Portugal, está claro...

Ainda a propósito da Beleza, mas não só.

Durante a conferência de imprensa do PS, foi dito que este «é talvez o maior escândalo depois da queda do anterior regime...»

Caramba, em certos meios parece que é pecado dizer, pura e simplesmente «depois da queda do fascismo...»

O «pragmatismo» tem destas coisas...

## A laranja e a laranjada

O PS emitiu o seu tempo de antena. Muitas bandeiras, muitas palavras, algumas afirmações prementárias. «Somos alternativa ao Estado laranja... «O PS tem soluções para mudar o país...» «queremos um futuro de prosperidade e não de miséria... etc., etc.

Pessoalmente, considero infeliz a constante inovação do «Estado laranja». De facto, não se trata de uma caracterização política: nada nos diz sobre a maneira de ser do PSD, sobre a sua obra de destruição da liberdade e da decência. Mas não é só por isso. É que o PS não tinha nenhuma necessidade de ofender a laranja, fruto aliás tão popular e tão simpático.

Os dirigentes do PS dizem o que lhes vem à boca. Mas de repente aparece no mesmo tempo de antena, um trabalhador socialista que se refere à necessidade de combater «o apoio ao grande patronato».

Assim fala a sabedoria. O oportunismo tem outra linguagem...

## A realidade... irreal

Com a aproximação das eleições autárquicas, o PSD toma as suas precauções.

Desculpem!, eu disse PSD deve ler-se «a informação da RTP».

Nada de confusões...

Agora, «Jornal de Domingo» deu em ir passar o fim-de-semana aqui e acolá. Ouvem fulano e cicrano, o folclore, os monumentos, as estradas, os progressos conseguidos, as dificuldades que estão a ser vencidas, etc., etc., os organismos oficiais ou oficiosos, o Presidente da Câmara...

Evidente, a realidade nunca aparece contrastada. Não há poliedro: há o espelho convexo em que as deformações podem surgir como naturais.

Isto porque **Jornal de Domingo** despreza ostensivamente as forças políticas das regiões. Nem ao menos aí, a RTP dá voz à oposição.

Mas sei porquê. É que **Jornal de Domingo** não quer politizar as suas reportagens...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Grandes detalhes

É incontestável a força das grandes *manchetes*, das notícias com grandes títulos e fotos a quatro colunas, das reportagens nas páginas centrais, dos artigos de página ímpar? Mas, leitor, experimente reparar nas coisas mais miúdas e talvez descubra grandes pormenores no quadro que cada jornal traça da vida de todos nós.

## Couço: um gesto bonito

«Isto até parece um dia de festa», comentava no passado fim-de-semana ao «CM» um morador do Couço, ante o movimento de populares que, junto às instalações da Junta de Freguesia local, respondia ao apelo de «Dar Sangue é Salvar uma Vida».

Como o nosso jornal ontem teve oportunidade de noticiar, ali foram recolhidos 80 litros de sangue ribatejano, de «boa cepa», numa dávida repleta de um puro movimento de solidariedade para com o próximo, de fazer inveja às gentes das grandes cidades.

Do mais novo ao mais velho, todos queriam dar o seu contributo, mesmo no caso daqueles a quem a idade limite de 65 anos indicava o término oficial do gesto gratuito.

A boa-vontade não era no entanto suficiente para esconder as dificuldades da associação que tinha trazido os dadores, o Corpo de Dadores Benévolos de Sangue do Concelho de Coruche, fundada em 1967, e que tem como presidente José Rebocho.

E nada melhor para ilustrar esta constatação do que o velho «Peugeot», com mais de 30 anos, utilizado nas deslocações dos elementos do grupo para as acções de propagação e cuja vetusta idade acabaria por ser fatal no dia da recolha, acabando ao empurrão.

Mas como diz o ditado «tristezas não pagam dívidas», os ribatejanos lá iam estendendo o braço. Depois, era a vez de comer qualquer coisa e emborcar uns líquidos, preparando o estômago para o almoço de cozido à portuguesa e carne de porco frita que fechou com chave de ouro a «jornada do sangue», uma chave de ouro, destaque-se, organizada pelos populares com fundos recolhidos num baile de Carnaval, um gesto no mínimo considerado bonito.

(«Correio da Manhã», 4 de Abril)

## Abril: os capitães

«Dos 4165 oficiais do quadro permanente do Exército existentes em 1 de Janeiro de 1974, apenas 703 participaram no 25 de Abril. Isto é, 16,90 por cento, como afirmam os tenentes-coronéis Aniceto Afonso e Brás da Costa num interessante estudo sobre a natureza dos militares comprometidos com o movimento que derrubou a ditadura. Um documento que vem a propósito divulgar numa altura em que o 25 de Abril está na véspera de comemorar 15 bonitos anos.

Aqueles dois oficiais andavam intrigados com o Movimento dos Capitães, do qual haviam feito parte desde a primeira hora. Sabiam, como muita outra gente sabia, que o movimento se constituiria com base «em compromissos escritos, colectiva ou individualmente assinados». Mais: eles sabiam que as assinaturas se contariam por algumas centenas. Mas permaneciam intrigados quanto «à exactidão dos números, quanto à natureza dos comprometidos».

Vai daí, deitaram mãos à obra e tentaram obter respostas para duas perguntas: «Quem eram os capitães do Movimento? Quem eram os capitães que, dando corpo visível à aspiração quase unânime, haviam praticado o acto redentor, cortando, com a espada, o nó asfíxiante?»

(«Europeu», 3 de Abril)

## A perestroika no Telejornal

«O Telejornal não consegue esconder a excitação que o percorre a cada suspiro da «perestroika» e da «glasnost» na URSS. Esta diligência informativa e a ostensiva exibição dos sentimentos de solidariedade do «Telejornal» para com a luta pela livre circulação de informação e pelo confronto aberto de opiniões no país de Gorbachov seriam compreensíveis se, a nível interno, o Telejornal não mostrasse permanecer arreigado a perversas tradições da era Brejnev. Ainda no passado fim-de-semana alargado da Páscoa — quando «o jornal», o «Semanário», o «Independente» e o «Expresso» davam larga cobertura noticiosa ao «caso Costa Freire» e revelavam elementos comprometedores sobre a actuação do demissionário secretário de Estado da Administração da Saúde —, o Telejornal optou por um longo e total silêncio sobre o assunto. Custa a crer que os jornalistas do Telejornal não leiam a imprensa semanal nem vejam sequer os títulos de primeira página. Mas, pelo menos, o director de Informação José Eduardo Moniz tinha a obrigação profissional de a consultar. E de não ocultar ao público televisivo informação disponível de incontestável actualidade e interesse. A menos que o director de Informação da RTP tenha decidido seguir à risca o exemplo de Cavaco Silva que revelou «ler pouco os jornais». Para evitar incómodos.»

(«Expresso», 1 de Abril)

## Economia dos grandes

«A cerimónia de assinatura dos contratos de tomada firme da operação de privatização de 49 por cento do capital da UNICER vai ter lugar na próxima quarta-feira.

Segundo a Lusa, fazem par-

te do sindicato financeiro, liderado pelo BPI, que toma firme a operação, três grandes grupos de instituições de crédito, a saber:

1.º Grupo: Banco Comercial Português (BCP), Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL), Banco de Fomento Nacional (BFN), Pinto e Sotto Mayor (BPSM), Portugêus do Atlântico (BPA), CISF, Caixa Geral de Depósitos (CGD) e MDM-Sociedade de Investimento; 2.º Grupo: Banco Borges & Irmão (BBI), FONSECAS e Burnay (BFB), Nacional Ultramarino (BNU), Totta e Açores (BTA), Crédito Predial Português (CPP), Credit Lyonnais, Credit Suisse First Boston, União de Bancos (UBP) e Montepio Geral; 3.º Grupo: Banco de Comércio e Indústria (BCI), Banco Internacional de Crédito (BIC), Barclays Bank, Citibank, Credit Franco-Portugais, Espírito Santo-Sociedade de Investimentos (ESSI), Eurofinanceira, Hispano-Americano, Itausa, Sociedade Financeira Portuguesa (SFP), MCI, Cinindústria, Banque National de Paris (BNP), Finantia e Lloyds Bank.

A cerimónia está marcada para as 15 e 30, num hotel de Lisboa.

A operação de privatização da UNICER vai ser lançada no dia 10 de Abril.

(«Diário Popular», 3 de Abril)

## Economia dos «médios»

«Sr. Director:

Escrevo-lhe na esperança de ver esta carta publicada no seu jornal, no espaço do **Correio Económico**. Dirá o sr., ou dirão alguns leitores, se efectivamente a carta for publicada, que é um desabafo individual, que vale somente isso: é a opinião de um indivíduo. Seja. Mas penso que pode ser mais do que isso. Pode ser a expressão dum estado de espírito que toma muitos portugueses que, como eu, não são activistas do que quer que seja, mas que estão cá, alimentam expectativas, têm anseios (e frustrações...), que podem e devem ter voz, porque às vezes até são chamados a decidir.

Votei nas eleições de 1987, como tantos milhões de portugueses, e votei com a esperança, que alguns semearam, de estar a contribuir para melhorar a minha vida. A da maioria, mas também, não tenho vergonha de dizer que primeiro pensei em mim, a minha vida.

Fizeram-nos essa promessa. Começaram a cumpri-la, todos sentimos isso. Mas penso que só começaram.

Sou o que chamam um quadro técnico. Olhando à volta, sei que estou melhor que a maioria. Pertencço àquilo que se convencionou chamar a classe média. Mas se olho para mais longe vejo que estou muito distante dos que ocupam uma posição semelhante nos países que estão connosco na CEE. Prometeram-nos que caminharíamos para nos aproximarmos deles.

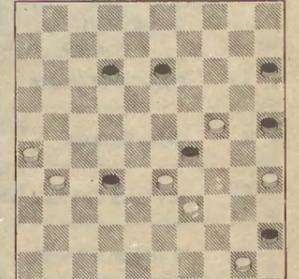
Pelo que se seguiu, pensamos que estávamos no caminho. Pelo que está a acontecer agora, duvidamos. As medidas decretadas na semana passada pelo Ministro das Finanças abalam a esperança. Voltámos atrás? O que é que precisarão de prometer, e de fazer, para que nas próximas eleições voltemos a acreditar que é possível?

Gabriel Nunes — Lisboa.»

(«Semanário Económico», 31 de Março)

# Damas

CXC VII — 6 de Abril de 1989  
Proposição N.º 197  
Por: Alain Tavernier (Fr.)  
«Dame à la Une»  
n.º 29/Oct. Déc., 1988  
Pr.: [7]: 12-13-15-25-29-32-45  
Br.: [7]: 24-26-31-33-35-39-50

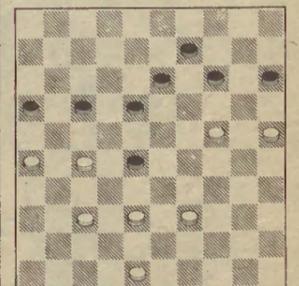


Jogam as Brancas e ganham

\*\*\*

## Golpe N.º 197

Por: Matra (Bordeaux)  
Match amigável «Damier Bergerou»/Damier Bordéus  
Pr.: [8]: 9-13-14-15-16-17-18-28  
Br.: [8]: 24-25-26-27-37-38-39-48



Jogam as Brancas e fazem Dama

\*\*\*

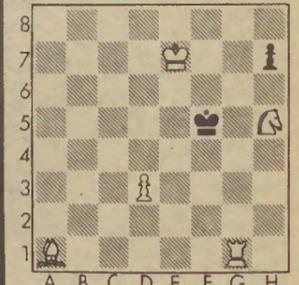
Soluções do N.º CXC VII  
Miniatura N.º 197 (A.T.): 35-30 (25x43); 24-20 (15x24); 50-44 (29x38); 44-40 (45x34); 31-27 (32x21) 26x48+.

Golpe N.º 197 (M.): 25-20 e 37-32 e 48-42 e 27-21 e 21x3=D+.

A. de M.M.

# Xadrez

CXC VII — 6 de Abril de 1989  
Proposição N.º 197-A  
Por: André Chéron  
Pr.: [2]: Ph7-R15  
Br.: [5]: Pd3-Ch5-Bal-Tgl-Ré7

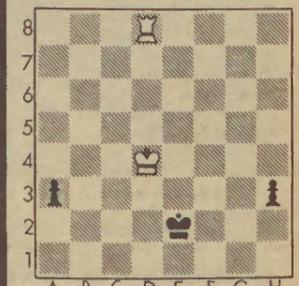


Mate em três lances

\*\*\*

## Proposição N.º 197-B

Por: M. Havel, 1944  
Pr.: [3]: Ps.a3, h3-Ré2  
Br.: [2]: Td8-Rd4



Jogam as Brancas e ganham

\*\*\*

Soluções do N.º CXC VII  
N.º 197-A (A.C.): 1. Bh8, h6; 2. Tg7, Rd5; 3. Tg5+.  
N.º 197-B (M.H.): 1. R64, h2; 2. Th8, Rd2; 3. Rd4, Rç2; 4. Rç4, a2; 5. Th2+, Fb1; 6. Rb3, a1=C+; 7. Rç3 e Br. ganham.

A. de M.M.